



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

LUCIANA RODRIGUES DA SILVA

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE:
UMA ANÁLISE DO USO DO NOME SOCIAL NO CEFET-MG NA
PERSPECTIVA DE SUJEITOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS**

Belo Horizonte

2019



LUCIANA RODRIGUES DA SILVA

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE:
UMA ANÁLISE DO USO DO NOME SOCIAL NO CEFET-MG NA
PERSPECTIVA DE SUJEITOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção de título de Mestra em Educação Tecnológica.

Área de Concentração: Linha de pesquisa: II - Processos Formativos em Educação Tecnológica

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Pazetto Ferreira

Belo Horizonte

2019

S586e Silva, Luciana Rodrigues da
Educação e diversidade: uma análise do uso do nome social no Cefet-MG na perspectiva de sujeitos transexuais e travestis / Luciana Rodrigues da Silva. – 2019.
120 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Orientadora: Débora Pazetto Ferreira.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Identidade de Gênero – Belo Horizonte (MG) – Teses.
2. Sexualidade – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Teoria Queer – Teses. 4. Políticas públicas – Teses. 5. Universidades e Faculdades – Teses. I. Ferreira, Débora Pazetto. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 370.819815



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC n.º. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Luciana Rodrigues da Silva

“EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DO USO DO NOME SOCIAL NO CEFET-MG NA PERSPECTIVA DE SUJEITOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS”.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 12 de dezembro de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Débora Pazetto Ferreira – Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Resende Alves
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Maria Adélia da Costa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Aos participantes desta pesquisa, pela dedicação, empenho, doação;

A Deus pelo dom da vida;

À vida pelos obstáculos, percalços, quedas, dissabores;

Aos espíritos de luz pela sapiência;

Aos meus pais pelo exemplo;

Ao Raunni Luiz pelo companheirismo;

Às minhas meninas, Matilda, Pitusha, Aika, pela companhia nas madrugadas;

Aos colegas Arnaldo, Sinay, Kátia e Jaqueline pelo apoio;

À orientadora Débora Pazetto pela complacência, sabedoria e disposição;

Aos colegas Sérgio e Ueverson pela troca de experiências;

Aos colegas da turma 2018 do Programa de Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG pelos sorrisos;

Eu espero que isso tudo melhore e que no futuro estejamos olhando para essa pesquisa e para outras e possamos falar assim: isso já foi superado, eu espero do fundo do meu coração que esse dia um dia chegue.

(GABRIELA, participante da pesquisa)

RESUMO

No Brasil, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), uma pessoa transexual ou travesti é morta a cada 48 horas simplesmente por não se encaixar na norma binária de gênero, 99% dessa população não se sente segura num país no qual a violência parte de todos os estratos sociais e parece ter sido naturalizada. Acometidos pelo preconceito, esse grupo minoritário acaba excluído do tecido social que lhes nega cotidianamente os direitos básicos como saúde, educação e o direito à vida. Em face desse cenário, o Estado propôs por meio do Decreto 8.727/ 2016 a política pública que autoriza o uso do nome social em todos os órgãos públicos do país, com o intuito de promover o acesso, a permanência e a inclusão dessa população de forma mais igualitária. Nesse sentido os objetivos dessa pesquisa são analisar a eficácia dessa política partindo de uma análise bibliográfica sobre o processo histórico-político-social que produziram a sexualidade e o gênero numa lógica heterossexual e como essas estruturas vêm perpetuando efeitos que causam a marginalização das pessoas transexuais e travestis no ambiente acadêmico. Além disso, trata-se de analisar de que forma as políticas públicas voltadas à inserção social dessa população interferem nesse processo de exclusão. Ao mesmo tempo, analisar de forma empírica a eficácia do nome social amparado pelo Decreto 8.727/ 16, enquanto medida governamental e estratégica de educação inclusiva, em relação à inserção desse grupo na comunidade acadêmica do CEFET-MG. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados, foi utilizada pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, a partir das quais foram extraídas situações vivenciadas, sensação de pertencimento ao ambiente acadêmico e demais experiências que os participantes quiseram registrar. O material foi submetido à Análise do Discurso que revelou, dentre muitas coisas, a incompletude e ineficiência do nome social enquanto ferramenta de reconhecimento ao gênero vivenciado, além de submeter a população LGBTTAIQ à uma cidadania precária. Acredita-se que divulgar a maneira como as técnicas construtivas de gênero têm interferido na relação social das pessoas transexuais e travestis, e como essa prática tem impedido a formação acadêmica, profissional e humana dessa minoria, permitirá a abertura de discussões e ações que ressaltem a importância do reconhecimento dos direitos desse público e o respeito à diversidade de gênero.

Palavras Chave: Políticas Públicas. Sexualidade. Gênero. Teoria *Queer*

ABSTRACT

In Brazil, according to data from the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA), a transsexual or transvestite person is killed every 48 hours simply because it does not fit the binary gender norm, 99% of this population does not feel safe in a country where violence comes from all walks of life and seems to have been naturalized. Affected by prejudice, this minority group ends up excluded from the social fabric that daily denies them the basic rights such as health, education and the right to life. In view of this scenario, the State proposed, through Decree 8.727 / 2016, the public policy that authorizes the use of the social name in all public agencies in the country, in order to promote access, permanence and inclusion of this population in a more egalitarian. In this sense, the objectives of this research are to analyze the effectiveness of this policy starting from a bibliographical analysis about the historical-political-social process that produced sexuality and gender in a heterosexual logic and how these structures have been perpetuating effects that cause exclusion, marginalization of people. transsexuals and transvestites in the academic environment. In addition to analyzing how public policies aimed at the social insertion of this population interfere in this process of exclusion. At the same time, empirically analyze the effectiveness of the social name supported by Decree 8.727 / 16, as a governmental and strategic measure of inclusive education, in relation to the inclusion of this group in the academic community of CEFET-MG. The method used was qualitative research. For data collection, we used documentary research and semi-structured interviews, from which we extracted experienced situations, a sense of belonging to the academic environment and other experiences that the participants wanted to record. The material was submitted to Discourse Analysis which revealed, among many things, the incompleteness and inefficiency of the social name as a tool for recognizing the experienced gender, in addition to subjecting the LGBTTAIQ population to precarious citizenship. It is believed that disclosing the way gender constructive techniques have interfered in the social relationship of transgender and transvestite people, and how this practice has prevented the academic, professional and human formation of this minority, will allow the opening of discussions and actions that emphasize the importance of recognizing the rights of this audience and respecting gender diversity.

Keywords: Public Policies. Sexuality. Genre. Queer Theory

LISTA DE FIGURAS

Figura 2 – Cartilha Nome Social	70
---------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos participantes.....	71
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CFM	Conselho Federal de Medicina
CGRID	Coordenadoria de Gênero, Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidades
CID-10	Código Internacional de Doenças
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRPSP	Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo
DST/ AIDS	Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GENTTE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Trabalho e Tecnologia
LGBTI	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais
LGBTTAIQ	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, assexuais, intersexuais e <i>queer</i>
MEC	Ministério da Educação
NEGED	Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNE	Plano Nacional de Ensino
SBEM	Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia do Estado de São Paulo

SPE	Secretaria de Política Estudantil
SUS	Sistema Único de Saúde
TGEU	Transgender Europe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	16
2.1 Conhecendo o campo teórico: gênero e sexualidade na perspectiva <i>queer</i>	16
2.2 Sistema sexo/gênero como dispositivo da inteligibilidade humana.....	21
2.3 Considerações sobre Feminismos: agenciamento do lugar da mulher transexual e travesti.....	29
2.4 Considerações sobre Feminismos: passabilidade.....	32
2.5 Considerações sobre a invenção de uma sexualidade estigmatizada.....	37
2.6 Nome social como política de inclusão no sistema escolar.....	43
2.6.1 Nome social e o Decreto 8.727/16.....	46
2.6.2 Mas há controvérsias... ..	48
2.7 Sexualidade no espaço escolar.....	52
2.8 Um espaço escolar sem gênero.....	55
2.9 Cenário político e perspectivas futuras.....	63
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	68
3.1 O espaço da pesquisa.....	70
3.2 Os sujeitos da pesquisa.....	71
4 TRANSITANDO ENTRE OS DISCURSOS, INTERDISCURSOS, O DITO E O NÃO-DITO.....	73
4.1 O reconhecimento de si.....	74
4.2 Sobre a sexualidade das crianças e adolescentes.....	77
4.3 Processos depressivos e suicídio da população LGBTTAIQ.....	81
4.4 Interpelação e reconhecimento: a violência moral centrada nos padrões.....	90
4.5 Agora tenho um nome, eu existo?.....	94
5 IMPRESSÕES SOBRE OS ASPECTOS APREENDIDOS.....	104
6 REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista.....	117
APÊNDICE B – Medidas dos governos Lula e Dilma de valorização da população LGBT.....	119

1 INTRODUÇÃO

A emergência de políticas públicas em favor da população transexual¹ e travesti² no Brasil é reflexo das lutas e reivindicações na busca pelo respeito às diferenças e a igualdade dos direitos de uma população que, historicamente, vive uma situação de marginalização, vulnerabilidade e exclusão social.

Diante desse cenário, o Estado implementou políticas públicas com o intuito de incluir tal população. Contudo, estudos de gênero e diversidade mostram que é preciso avançar para que, de fato, essas normativas possam ser consideradas medidas efetivas na garantia dos direitos que são lesados cotidianamente.

Sabe-se que essas políticas são necessárias. No entanto, cabe analisar se são suficientes no atendimento das demandas do público mencionado. Por esse motivo, este projeto propõe pesquisar acerca do uso do nome social no CEFET-MG, visto que se trata da única política pública na Instituição voltada à população transexual e travesti, buscando descobrir se, na perspectiva desses sujeitos, essa política garante o acesso e permanência desse grupo no ambiente acadêmico, assegurando uma vivência mais inclusiva e igualitária, além do respeito ao gênero.

Frequentemente, o preconceito, agressões e violências acompanham o cotidiano da população transexual e travesti. No Brasil, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), uma pessoa transexual ou travesti é morta a cada 48 horas simplesmente por não se encaixar na norma binária de gênero. Existe ainda uma dificuldade no levantamento dos dados, pois os órgãos responsáveis, como atendimento de saúde, IML e delegacias não identificam a orientação sexual e gênero das vítimas (ANTRA, 2019). A violência está naturalizada e o Brasil se tornou um país hostil a essa população, haja vista que 99% de pessoas (LGBTI) não se sentem seguras (ANTRA, 2019).

O preconceito sofrido por pessoas transexuais e travestis se manifesta das mais diversas formas: violência física; moral; psicológica; uso de expressões pejorativas e

¹As pessoas transexuais sentem que seu corpo não está adequado ao modo como se sentem e pensam, querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico. Isso pode se dar de várias formas, desde procedimentos hormonais até procedimentos cirúrgicos. O que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico (JESUS, 2012, p. 8-9).

²As travestis não são, isoladamente, homens ou mulheres, são homens e mulheres, não existe uma fronteira fixa, podem desejar e sentir afeto por homens e por mulheres, por travestis e por transexuais. (...) No caso, a travesti tem aspectos de homossexualidade, assim como pode ter aspectos de heterossexualidade e, conseqüentemente, de bissexualidade (ANDRADE, 2012, p.121).

discriminatórias; aversão; repugnância e ódio são características de comportamento preconceituoso em razão da identidade de gênero, denominado como transfobia. Essa violência é comprovada em dados demonstrados pela ANTRA (2018b) quando revelam que a expectativa de vida da população de transexuais e travestis não passa de 35 anos, menos da metade da média nacional, que é de 74,9 anos da população em geral.

De acordo com a ANTRA (2017), estudos realizados pela Transgender Europe (TGEU), referentes ao período de 2008 a 2016, mostram que o Brasil ocupa o 1º lugar em assassinatos de pessoas transexuais no mundo, evidenciando o ódio desferido a esse grupo. A Organização não governamental realiza o monitoramento anual de assassinatos relacionados à transfobia, homofobia e bifobia desde 2009, em âmbito mundial, em parceria com movimentos sociais, e pesquisas virtuais.

Observa-se que o ambiente escolar não é diferente. A escola se revela hostil e violenta, contribuindo para a evasão da população de transexuais e travestis que, em grande parte, não chega às universidades. Uma pesquisa realizada com 1.016 jovens, pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em 2016, aponta que 73% dos estudantes que não se declararam heterossexuais no Brasil já foram agredidos verbalmente na escola, já as agressões físicas ocorreram com um a cada quatro desses alunos.

Conforme a ANTRA (2017), 90% da população transexual e travesti já recorreu à prostituição como meio de subsistência “devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar” (ANTRA, 2017, p.18). Não se pretende aqui criticar a atividade de prostituição, mas denunciar um problema estrutural que direciona pessoas transexuais e travestis a tal seguimento compulsoriamente, como se o destino profissional desses sujeitos só pudesse se constituir nesse ramo de trabalho. Isso fatalmente os insere num sistema de exclusão como afirma Leal (2018):

Somos estigmatizadas pela atividade profissional da prostituição (...) a precarização da prostituição consiste não apenas no fato desta mal ser reconhecida como um trabalho, mas por sua importância social ver-se alternada entre a abjeção e a utilidade para a manutenção do circuito sexual-frígido-violento da chamada família tradicional brasileira (LEAL, 2018, p. 57).

Esta é uma visão clássica e bastante reiterada no contexto contemporâneo e sugere que essa população não pode ocupar espaços em outras carreiras profissionais.

Para Louro (1997), a educação representa um papel importante na inclusão dos grupos tradicionalmente excluídos. Se a escola deseja ocupar lugar privilegiado na promoção da cidadania, não pode ignorar nenhum grupo social, uma vez que a educação é um bem público e de direito social com a finalidade essencial de formação de sujeitos conscientes. Afinal, cidadãos responsáveis e qualificados são os principais atores do desenvolvimento da nação. Como afirma Sobrinho,

A trajetória de escolarização fornece bases de conhecimentos, de valores e de organização dos processos formativos da construção jamais acabada dos sujeitos ao longo da vida. Isso carrega dois significados importantes. Primeiro, a educação deve ser entendida e realizada como um sistema; a melhoria quantitativa e qualitativa de um nível educacional está estreitamente vinculada à melhoria dos demais e do conjunto. Segundo, a exclusão escolar é uma das formas mais perversas de injustiça, pois priva os indivíduos e, por extensão, a sociedade dos fundamentos e ferramentas cognitivos, axiológicos e práticos essenciais para a edificação de uma vida digna e construtiva (SOBRINHO, 2013, p. 116).

A luta da população transexual e travesti pelo direito ao acesso e permanência no sistema educacional, pleiteando mudanças num cenário historicamente excludente, tem se fortalecido a cada dia com o apoio dos movimentos sociais. Em virtude disso, as instituições de ensino estão se transformando de modo a minimizar os impactos que a construção das “verdades” institucionais sobre os corpos trouxe aos grupos segregados ao longo do tempo (LOURO, 1997). A diversidade de sujeitos dentro da sala de aula possibilita também condições importantes de intervenção, desde que a observação e conscientização estejam presentes, favorecendo questionamentos comuns a todas as iniciativas:

Esse "afinamento" da sensibilidade (para observar e questionar) talvez seja a conquista fundamental para a qual cada um/uma e todos/as precisaríamos nos voltar. Sensibilidade que supõe informação, conhecimento e também desejo e disposição política. As desigualdades só poderão ser percebidas e desestabilizadas e subvertidas na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução. Isso implica operar com base nas próprias experiências pessoais e coletivas, mas também, necessariamente, operar com apoio nas análises e construções teóricas que estão sendo realizadas (LOURO, 1997, p. 121).

Nessa direção, investiga-se como as estruturas discursivas que produziram a sexualidade e o gênero numa lógica heterossexual perpetuam a exclusão e a marginalização das pessoas transexuais e travestis no ambiente acadêmico. O uso do nome social no CEFET-MG será analisado como contraponto a essa lógica

cisheteronormativa³ e excludente. Isso será feito por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas que se autodeclararam transexuais, tendo em vista a importância de “dar voz” aos sujeitos para quem a política pública é voltada. É de nosso interesse verificar, no tocante à população transexual, a eficácia do nome social na efetivação de seus direitos, bem como a sensação de pertencimento ao ambiente acadêmico.

O CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais) vem, aos poucos, mostrando-se uma instituição consciente de sua responsabilidade social em relação à população transexual e travesti: além de debates sobre gênero e sexualidade promovidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Trabalho e Tecnologia (GENTTE, linha de pesquisa do GEPTT que esteve ativa entre 2016 e 2018) e pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade (NEGED) que integra a Coordenadoria de Gênero, Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidades (CGRID), unidade organizacional da Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário do CEFET-MG, a instituição inclui, ainda, estudantes regulares que fazem uso do nome social, os quais serão os sujeitos entrevistados neste trabalho. Por esse motivo, os *campi* do CEFET-MG serão os *locus* desta pesquisa.

É importante ressaltar que o interesse em estudar esse tema surgiu da experiência de trabalho em atendimento ao público como Técnica Administrativa em Educação no CEFET-MG. Foi possível perceber por meio do convívio, a presença de estudantes pertencentes à comunidade LGBTTAIQ⁴ na Instituição, e como esse número vem aumentando. Dessa forma, busca-se conhecimento acerca da conduta da instituição em relação ao acolhimento e atendimento das demandas específicas desse grupo, que visem ao acesso, permanência e respeito à diversidade de gênero no cenário escolar.

Em busca do objetivo proposto, foi necessário aprofundar a leitura nas bases teóricas, as quais norteiam todo este trabalho. Assim, o capítulo 2 traz os princípios básicos da Teoria *Queer*, seu surgimento, seus principais autores e introduz os conceitos

³A perspectiva cisheteronormativa “tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição da anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas”. O termo cisgênero e cisgeneridade, por sua vez, é usado para “nomear experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/ gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico)” (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 133- 134).

⁴As siglas LGBTTAIQ referem-se aos termos: lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, assexuais, intersexuais e *queer* (ALVES, 2017, p. 33).

de gênero e sexo nessa perspectiva. Tal capítulo apresenta, ainda, noções de como o reconhecimento do outro e a inteligibilidade humana estão condicionados à sexualidade constituída, sobretudo, numa lógica cisheteronormativa. Discute questões acerca da legitimidade da mulher transexual e travesti nos movimentos feministas e na sociedade. Além disso, perpassa também o cotidiano estigmatizado das pessoas transexuais e travesti e sua interlocução com a passabilidade.

No capítulo 2, discute-se o nome social amparado pelo Decreto 8.727/16 e se essa política confere cidadania às pessoas transexuais e travestis. São introduzidas análises de como a escola articulou os dispositivos da sexualidade em função do sistema cisheteronormativo e, por fim, aborda as bases culturais sob as quais o governo atual está alicerçado e a relação dessas bases com as demandas LGBTTAIQ.

O terceiro capítulo trata os métodos e técnicas utilizados na escolha dos/ das participantes, objeto e delineamento do espaço da pesquisa.

O quarto capítulo articula as vivências dos/ das participantes, as quais foram relatadas nas entrevistas semiestruturadas, com apontamentos identificados nas próprias entrevistas. Assim, discute o autorreconhecimento, padrão de gênero sedimentado na lógica cisheteronormativa, aborda aspectos relacionados à sexualidade das crianças e dos adolescentes e sua relação com processos depressivos.

O quinto capítulo demonstra os aspectos apreendidos da pesquisa e reflexões acerca da efetividade do nome social.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conhecendo o campo teórico: gênero e sexualidade na perspectiva *queer*

O termo *queer* semanticamente pode ser traduzido para se referir ao que é “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2004, p. 38), nos EUA, era utilizado para se referir aos pervertidos, degenerados e também como tratamento pejorativo dispendido a pessoas homossexuais. No Brasil, o termo equivaleria ao “viadinho”, “sapatona”, “bicha” e outros tantos usados para depreciar as sexualidades não binárias.

A efervescência dos movimentos *gays* nos anos 1970 nos EUA deu origem aos grupos que passaram a se orgulhar de serem chamados *queer*, pois se apropriaram de um conceito usado para insultar, como uma ferramenta política, e diziam “Sim, nós somos *Queer!*”. “*Queer* adquire todo o seu poder precisamente por meio da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002a, p.58, tradução nossa). Assim:

A tomada da palavra pelas minorias *queer* é um advento não tanto pós-moderno como pós-humano: uma transformação na produção, na circulação dos discursos nas instituições modernas (da escola à família, passando pelo cinema ou pela arte) e uma mutação dos corpos (PRECIADO, 2011, p. 17).

A partir daí o conceito *queer* é ressignificado como movimento político e migra rapidamente para o campo teórico.

O termo *Queer Theory* foi cunhado no meio acadêmico nos anos 80, na Universidade da Califórnia, por Tereza de Lauretis, que problematizava os estudos *queer* com os estudos *gays* e lésbicos. A autora foi uma das primeiras pensadoras das “Tecnologias de Gênero”, entendidas como técnicas de ser homem ou de ser mulher apreendidas ao longo da vida. No entanto, a teoria *queer* só veio a se consolidar em 1990, com a publicação da obra **Problemas de Gênero** (*Gender Trouble*), de Judith Butler, uma das precursoras e principais teóricas desse campo de estudo. Butler trouxe contribuições que subverteram a vertente teórica e mostrou estar além do questionamento ao binarismo heterossexual/ homossexual, pois seu questionamento colocava em cheque os discursos que determinavam as subjetividades sexuais construídas de forma naturalizante.

No Brasil, os estudos *queer* se fortaleceram apenas no século XXI. A corrente formada aqui produziu trabalhos sólidos e relevantes como os dos sociólogos Richard Miskolci e Berenice Bento, os da antropóloga Larissa Pelúcio e os da pedagoga Guacira Lopes Louro, que discutem os estudos *queer* no âmbito educacional, identificando as estruturas que produzem as diferenças entre os sujeitos.

A Teoria *Queer* articulava teórica e metodologicamente os Estudos Culturais norte-americanos e o pós-estruturalismo francês, “que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação” (MISKOLCI, 2009, p. 152), além de romper com as ideias do sujeito como centro de uma epistemologia, “o sujeito no pós-estruturalismo é sempre como provisório, circunstancial e cindido” (MISKOLCI, 2009, p. 152). Para Louro (2004):

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecidível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p.7).

A Teoria *Queer* permite pensar a fluidez das subjetividades sexuais, bem como novas formas de pensar a educação, a cultura, o poder e:

efetua uma verdadeira reviravolta epistemológica. A *teoria queer* quer nos fazer pensar *queer* (homossexual, mas também “diferente”) e não *straight* (heterossexual, mas também “quadrado”): ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. (...). O *queer* se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e aos conhecimentos sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa (SILVA, 2000, p.107 *apud* LOURO, 2004, p. 47-48).

Nesse sentido, a teoria passou a representar as minorias sexuais historicamente subalternizadas na sua multiplicidade e diversidade. Contudo, os estudos não se restringiram à problematização crítica da dicotomia heterossexual/ homossexual que regula as relações na sociedade, mas se voltaram de forma mais aprofundada para os modos de produção/desconstrução das subjetividades e das categorias que estabeleceram a heterossexualidade compulsória, bem como o jogo de poder aí

implicado. “Trata-se, portanto, de uma mudança no foco e nas estratégias de análise; trata-se de outra perspectiva epistemológica que está voltada, como diz Seidman, para a ‘cultura’, para as ‘estruturas linguísticas ou discursivas’ e para seus ‘contextos institucionais’” (LOURO, 2004, p. 46).

É importante destacar as principais bases teóricas nas quais se fundamentaram os estudos *queer*. Primeiro, a teoria ancorou-se na abordagem de Michel Foucault, apesar de o autor não ser considerado um teórico *queer*. Em sua primeira obra, **História da sexualidade I- A vontade de saber**, Foucault rompe com o poder repressivo que marcou por mais de um século os estudos de uma sexualidade que “fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar” (FOUCAULT, 2015, p. 13) Foucault descobriu na sexualidade um dispositivo⁵ que, ao invés de repressor, revelou-se produtor de discursos que, relacionados às variações de poder e de saber, legitimavam as hierarquias e regulavam as condutas, os comportamentos que se naturalizavam. “Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas” (FOUCAULT, 2015, p. 16).

No segundo momento, a teoria teve significativas contribuições dos estudos de Jacques Derrida, que se deram a partir de seu conceito metodológico da desconstrução. Segundo o autor, a lógica ocidental opera tradicionalmente com binarismos, nos quais se funda um determinado sujeito e, a partir desse lugar, se estabelece o “outro”, que é sempre seu oposto subordinado, o que o autor chama de complementaridade: “o suplemento não tem só o poder de procurar uma presença ausente através de sua imagem: no-la procurando por procuração de signo, ele a mantém a distância e a domina” (DERRIDA, 1973, p. 190). Assim, opera a dicotomia heterossexualidade/homossexualidade, o primeiro termo de origem “natural”, dominante, só se materializa e atinge sua supremacia a partir da materialização de seu derivante, o subordinado, criado para ser inferior e abjeto, num processo de significação e anulação. “O conceito de origem ou de natureza não é, pois, senão o mito da adição, da complementariedade

⁵ O termo “dispositivo” foi fundado por Foucault nos anos 1970 para nomear os “operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. (...) Trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de práticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de ‘dispositivos de poder’, ‘dispositivos de saber’, de ‘dispositivos disciplinares’, de ‘dispositivos de sexualidade’ etc. (...) Um dispositivo é um conjunto decididamente heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (REVEL, 2005, p. 39-40).

anulada por ser puramente aditiva” (DERRIDA, 1973, p. 204). Derrida e os teóricos *queer* afirmam que o processo de desconstrução poderia desestabilizar esses pares:

Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos linguísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/ mulher, masculinidade/ feminilidade). A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos polos. Trabalhando para mostrar que cada polo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada polo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido (LOURO, 2004, p.42-43).

Por sua vez, as contribuições mais contemporâneas para a teoria partem principalmente de Judith Butler, que tem atribuído novas concepções sobre a linguagem discursiva do sexo, da sexualidade e do gênero. A partir das ideias de Foucault, a autora afirma que o sexo é normativo, o qual produz, demarca e diferencia os corpos que governa e se materializa por meio do tempo inculcado nos discursos que precisam ser constantemente lembrados, repetidos e ritualizados por várias instituições de autoridade em determinados períodos de tempo para a materialização das condutas sexuais, reforçando o efeito naturalizado, pois “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta (BUTLER, 2018, p. 195)”.

Para a autora, tais normas são performativas, uma vez que produzem aquilo que nomeiam a partir de um processo repetitivo e coercitivo no qual o sujeito não pode decidir sobre o sexo que irá ou não assumir. A partir das normas estabelecidas, o sujeito assume, incorpora e materializa uma sexualidade regulada dentro do padrão heterossexual. Destarte, para Butler (2018), o enunciado médico “é uma menina” ou “é um menino” não descreve um corpo, mas produz um sujeito e o introduz em uma lógica binária da qual serão esperados comportamentos que já estavam postos no tecido social para serem assimilados, incorporados com o objetivo de produzir uma identidade. Por conseguinte, esse processo também acaba produzindo obrigatoriamente os corpos abjetos que escaparam à norma e, a partir daí, passam a ser o referencial com base no qual se estabelecem as fronteiras, ou seja, o oposto, a diferença, o exterior dos corpos que internalizaram as normas.

O conceito de performatividade introduzido por Butler deriva da filosofia da linguagem de Austin. A tradição filosófica privilegia o aspecto descritivo da linguagem,

o qual a delimita como “verdadeiro” e “falso”. Contudo, Austin confronta este aspecto demonstrando que a linguagem não só descreve, mas realiza algo “(to perform): esses enunciados performativos realizam aquilo que nomeiam, como na cerimônia de casamento, a fala “eu vos declaro marido e esposa” realiza o fato de os noivos se tornarem casados” (PAZETTO; SAMWAYS, 2018, p. 160-161). Assim, Butler identificou que o enunciado “eu vos declaro marido e esposa” na celebração matrimonial tem o mesmo estatuto linguístico do enunciado “é uma menina” ao final do parto, ou seja, não só descreve, mas produz efeitos que serão sentidos ao longo da vida.

Sendo assim, “afirmar que o sujeito é ele próprio produzido em – e como – uma matriz generificada de relações não significa descartar o sujeito, mas apenas perguntar pelas condições de sua emergência e operação” (BUTLER, 2018, p.204). É, também, refletir sobre como a materialização do sexo no corpo se torna produtora de poder de tal modo que se torna indissociável das normas reguladoras e, ao mesmo tempo, determina as subjetividades sexuadas vinculadas ao imperativo heterossexual. É, por fim, denunciar o caráter performativo do sexo e dos gêneros e racionalizá-los como construtos sociais usados como dispositivo para consolidar a supremacia heterossexual sobre as demais formas de relações.

Outras contribuições à teoria que muito frequente têm sido alvo de debates são as ideias do filósofo transexual Paul-Beatriz Preciado, com sua obra **Manifesto Contrassexual**, bastante inspirada nas obras de Derrida, Deleuze, Butler, Foucault, Haraway, Wittig, entre outros. Seus estudos propõem uma contrassexualidade em oposição ao regime estático das práticas sexuais, ou seja, a desconstrução das categorias fixas das subjetividades do sujeito, rompendo com os binarismos homossexualidade/heterossexualidade, homem/ mulher, masculino/ feminino, natureza/ tecnologia, enfatizando “o corpo como espaço de construção biopolítica, como lugar de opressão, mas também como centro de resistência” (PRECIADO, 2017, p. 13). Assim:

A contrassexualidade tem por objeto de estudo as transformações tecnológicas dos corpos sexuados e generificados. Ela não rejeita a hipótese das construções sociais ou psicológicas de gênero, mas ressitua como mecanismos, estratégias e usos em um sistema tecnológico mais amplo (PRECIADO, 2017, p. 24).

Para o autor, a contrassexualidade busca a desconstrução sistemática naturalizante em que se fundamentaram as práticas sexuais e a determinação dos

gêneros, constituindo, assim, não uma igualdade, mas uma equivalência dos “corpo-sujeitos-falantes”, pois:

(...) todos nós já estamos mais ou menos operados/ as, por tecnologias sociais bem precisas, dito de outro modo, que todos somos pós- op: razão pela qual nos valeria mais apontarmos para certas formas de resistência contrassexuais do que continuar nostalgicamente nos agarrando às velhas ficções da “natureza” (PRECIADO, 2017, p. 14).

Preciado também dialoga com os estudos de Donna Haraway para fundamentar a ideia de que o sexo é tecnológico. O sentido do “termo tecnologia (cuja origem remete à *techné*, ofício e arte de fabricar, opondo-se a *physis*, natureza) coloca em funcionamento uma série de oposições binárias: natural/artificial, órgão/máquina, primitivo/moderno” (PRECIADO, 2017, p. 147). A partir dessa concepção, o autor faz uma crítica à essência da natureza humana que, segundo ele, não é nada mais que o efeito da tecnologia social que fragmenta o corpo por meio do recorte de determinados órgãos e reproduz a heterossexualidade como natural, inscrevendo os corpos em normas que garantam a supremacia de um sexo sobre o outro. O filósofo ainda assevera que:

É hora de deixar de estudar e de descrever o sexo como parte da história natural das sociedades humanas. A “história da humanidade” se beneficiaria se fosse rebatizada como “história das tecnologias”, sendo o sexo e o gênero dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo. Essa “história das tecnologias” mostra que “a Natureza Humana” não é senão um efeito de negociação permanente das fronteiras entre humano e animal, corpo e máquina (Donna Haraway, 1995), mas também entre órgão e plástico (PRECIADO, 2017, p. 23).

Nesse sentido, a principal crítica dos estudos *queer* está relacionada com o modo essencialista pelo qual a cultura ocidental construiu as subjetividades sexuadas, produzindo gênero nos corpos, demarcando-os de forma ideológica como se esse processo ocorresse de forma natural, mascarando os aspectos coercitivos que programam os corpos e os inserem numa cadeia de regulamentação elaborada como uma estratégia de perpetuação do poder, da supremacia do gênero masculino sobre o feminino e, principalmente, da hegemonia das relações heterossexuais.

2.2 Sistema sexo/gênero como dispositivo da inteligibilidade humana

O entendimento das categorias sexo e gênero como algo estável tem sido contestado, principalmente após o aprofundamento dos estudos culturais pós-estruturalistas sobre a sexualidade. Ainda é recorrente a tendência de se pensar a sexualidade por dois prismas: construída ou determinada. A sexualidade construída é considerada em certo sentido livre, mas a sexualidade determinada só pode ser entendida como fixa (BUTLER, 2002b), não existe a possibilidade de convergência dessas duas vertentes.

Dessa forma, se admitida uma sexualidade determinada ou fixa, ou seja, sedimentada em uma ótica essencialista, pode parecer inadmissível a afirmação de que a materialização do sexo no corpo é fruto de uma construção regida por uma cadeia coercitiva de poder, ou ainda dizer que os gêneros conhecidos não são naturais. Assim, existe o risco de o sexo aparecer como o último resquício da natureza, depois das tecnologias terem cumprido seu trabalho de construção do corpo (PRECIADO, 2017, p. 147).

Admitir essas afirmações significa imergir em um campo teórico subversivo, nem sempre de todo estável, que interpela a todo instante a essência humana. São afirmações que não se explicam por si mesmas e demandam reflexões acerca dessa estrutura estável e resistente às mudanças (PRECIADO, 2017) que se tornou o sistema sexo (Natureza) / gênero (Tecnologia social) e de que forma esse sistema continua produzindo sujeitos e conferindo identidade aos corpos.

A sexualidade humana tem um ponto de interseção com a noção de inteligibilidade do sujeito, pois a produção da identidade está sempre relacionada com uma lei, mais especificamente as proibições sob ameaça de castigo, assim como o sexo (BUTLER, 2002b). Ao considerar que os corpos quando não internalizam os códigos de legitimidade são relegados por esse sistema à condição de não existência no âmbito material e político. Portanto, “podemos sugerir que corpos só surgem, só duram, só vivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas regulatórios” (BUTLER, 2002b. p.14, tradução nossa).

Dessa forma, o entendimento do processo de construção da inteligibilidade humana não se dá fora do âmbito da sexualidade, uma vez que sexo-gênero-desejo-inteligibilidade estão interligados e funcionam como produtor de identidades segundo a matriz cisheteronormativa. Portanto, as categorias sexo e gênero serão analisadas a fim de identificar quais circunstâncias e em quais limites uma categoria passa a atravessar e produzir a outra, resultando num dinâmico processo constitutivo da identidade humana.

Partindo da categoria sexo, Butler (2018) aponta seu caráter normativo a partir de Foucault, que trata o sexo como parte de um “ideal regulatório”, ou seja, uma prática regulatória que produz e diferencia os corpos que governa ao mesmo tempo em que forçosamente se materializa por meio do tempo impelido por essas mesmas normas altamente reguladas. Assim, para a autora, o sexo

(...) não é simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das regras pelas quais o “alguém” se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida dentro da esfera da inteligibilidade cultural. (...) o “sexo” é um ideal regulador cuja materialização é imposta e alcançada (ou não) através de certas práticas altamente regulamentadas. Em outras palavras, o “sexo”, é uma construção ideal que necessariamente materializa através do tempo. Não é uma realidade simples ou condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas reguladoras materializam o “sexo” e alcançam tal materialização em virtude da reiteração forçada dessas normas (BUTLER, 2017, p. 18-19, tradução nossa).

Preciado (2017) também corrobora com Foucault ao afirmar que “É preciso pensar o sexo pelo menos a partir do século XVIII, como uma tecnologia biopolítica. Isto é, como um sistema complexo de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos (...)” (PRECIADO, 2017, p. 79). Segundo a autora, Foucault mostrou, por meio da biopolítica, que a sexualidade é resultado de quatro grandes tecnologias positivas e produtivas ao invés de proibitivas e repressivas (histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras e a psiquiatrização do prazer perverso)⁶.

A sexualidade centrada na lógica heterossexual, para Preciado (2011), é produto desse sistema biopolítico destinado a produzir o que a autora chama de corpos *straight*. “O corpo *straight* é o produto de uma divisão do trabalho da carne, segundo o qual cada órgão é definido por sua função” (PRECIADO, 2011, 12), ou seja, na construção da sexualidade, as partes do corpo são territorializadas, assegurando a produção dos gêneros e de órgãos sexuais e reprodutores. A partir daí a sexualidade passa a ocupar lugar de interesse político e governamental (PRECIADO, 2011).

A territorialização que categoriza as partes do corpo representa as tecnologias que funcionam como uma “mesa de operação abstrata” (PRECIADO, 2017, p. 127) que fabrica a falsa coerência corporal por meio dos órgãos reprodutores, os quais se tornam referência como órgãos sexuais, em detrimento da totalidade sexual do corpo. Esse

⁶Sobre “biopolítica”, ver a obra de FOUCAULT, Michel: **História da Sexualidade I** e o curso ministrado no Collège de France, em 1976: **Em defesa da Sociedade**.

mecanismo que exclui partes do corpo como não sexuais e privilegia outras, trabalha em função da naturalização das práticas que são reconhecidas como sexuais, ao mesmo tempo em que marca a diferença sexual dos corpos tornando-os inteligíveis. Contudo, os órgãos sexuais atualmente reconhecidos só adquirem significado em um contexto heterossexual prescrito por essa tecnologia sofisticada e:

Não são somente “órgãos reprodutores”, no sentido de que permitem a reprodução sexual da espécie, e sim que são também e sobretudo, “órgãos reprodutores” da coerência do corpo como propriamente “humano” (...) “O corpo só tem sentido como sexuado, um corpo sem sexo é monstruoso (PRECIADO, 2017, p.131).

Da mesma maneira, partindo para a segunda categoria, a demarcação de gênero no corpo também representa um aparato político de controle da identificação humana, mas sem, no entanto, evidenciar seu caráter construído como afirma Butler (2006a): “o gênero é o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções do masculino e do feminino (...)” (BUTLER, 2006a, p. 70 tradução nossa) “(...) é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2017, p. 69).

Quando Butler (2017) menciona a estilização repetida do corpo, a autora se refere à performatividade, um conceito fundado por ela e que tem sido refinado desde seus estudos iniciais sobre as questões de gênero, nos quais evidencia o caráter ilusório do gênero constitutivo e anterior à identidade. Segundo a autora, a identidade de gênero não está relacionada à materialização do sexo no corpo, pelo contrário, é resultado da repetição estilizada de atos performativos ao longo do tempo, enquanto o gênero é a estilização do corpo.

Em outras palavras, os gestos corporais são teatrais, são movimentos, papéis, falas, comportamentos, são possibilidades históricas corporificadas que, repetidos ao longo do tempo de forma ritualista, moldam uma *performance* em consonância com o que se espera do gênero estabelecido cultural e socialmente. Entretanto, Butler (2002b) ressalta que a performatividade não pode ser entendida fora da interação e repetição das normas que regulam o sexo, pois o sexo é produzido na reiteração das normas hegemônicas. Tampouco deve ser entendida como algo teatral, uma vez que não se trata da representação do sujeito, mas sim, de algo que constitui e dá sentido ao sujeito.

É possível observar a construção da performatividade desde cedo quando o discurso médico feito no momento do nascimento de uma criança a insere em um esquema pronto, binário e cisheteronormativo, “todos nós passamos por essa primeira mesa de operações performativas: ‘é uma menina’! ou ‘é um menino’! (...) A interpelação não é só performativa. Seus efeitos são prostéticos: faz corpos” (PRECIADO, 2017, p. 130),

essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2018, p. 205).

Esses atos possuem dimensão temporal e coletiva, além de terem caráter público. O objetivo dessa repetição é moldar o gênero dentro de uma estrutura binária ao mesmo tempo em que consolida o sujeito. Mas cabe ressaltar que o gênero não pode ser entendido como uma identidade estável, os atos repetitivos produzem somente uma ilusão de um eu permanente que desloca a identidade para um campo na qual ela é constituída social e culturalmente, pois,

se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são *performativos*, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos e gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (BUTLER, 2017, p.243-244).

Por conseguinte, para a autora, a possibilidade de subversão de gênero pode acontecer na relação arbitrária entre esses atos, sobretudo na quebra desse estilo repetitivo.

Preciado (2017) aponta o caráter ilusório do gênero ao analisar como a tecnologia sexual moderna se tornou uma fábrica de produção de corpos homens e corpos mulheres por meio da fragmentação do corpo.

O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. (...) poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais (PRECIADO, 2017, p. 29).

A autora faz uma análise do período de guerras no século XX, quando o uso de próteses foi amplamente utilizado. De modo bastante eficaz, a construção tecnológica

do corpo por meio da prótese reconduzia ao trabalho soldados mutilados nas batalhas. A imbricação do orgânico com o mecânico demonstrou que o corpo antes masculino, pois tal tecnologia ainda não havia sido pensada para os corpos femininos, podia ser tecnologicamente construído. Nascia, assim, um misto de homem-máquina em que um instrumento mecânico sutilmente se tornava um membro vivo, se passando por natural. Um fato interessante é que a reconstrução prostética, por outro lado, nunca poderia substituir o órgão sexual masculino, pois se revelaria uma ameaça ao poder natural do homem no meio familiar e social, “Se o corpo masculino (órgãos sexuais incluídos) pudesse ser prosteticamente construído, também poderia, pois, ser des-construído, deslocado e, por que não, substituído” (PRECIADO, 2017, p. 163).

A verdade que a construção tecnológica dos corpos exerce sobre o sistema falocêntrico, desestabilizando a categoria natural do homem, pode ser facilmente ampliada para o sistema sexo/ gênero. Da mesma maneira que a prótese se passa por natural quando incorporada ao corpo como uma cópia mecânica de um órgão vivo, o gênero também se apresenta como natural quando performático no corpo e funcionando como reflexo do sexo:

O que estou sugerindo aqui é que o sexo e o gênero deveriam ser considerados como formas de incorporação prostética que se fazem passar por naturais, mas que, em que pese sua resistência anatômico-política, estão sujeitos a processos de transformação e de mudança constantes (PRECIADO, 2017, p. 166).

Ainda nas análises de Butler, a autora considera o gênero como uma espécie de “estilo corporal” com consequências punitivas, ressaltando que as *performances* de cada gênero criam a ideia de que existem gêneros, e que estes podem ser distintos. Além disso, esses atos são naturalizados e considerados a essência de cada gênero em específico, tornando a própria origem do gênero obscura.

A crença nessa construção pune aqueles que não se enquadram dentro dessa relação de distinção e estabelece que “toda aproximação imperfeita deve se renaturalizar em benefício do sistema e todo acidente sistemático (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade.) deve operar como a exceção perversa que confirma a regra da natureza” (PRECIADO, 2017, p.29-30).

É importante ressaltar que no sistema cisheteronormativo o gênero é a mimética do sexo. Essa ideia coloca em questão a possibilidade de existirem outras configurações de gênero, pois, o gênero interligado ao sexo dessa maneira fica limitado por ele. A

partir dessa hipótese, o sexo só pode ser binário, rígido em sua morfologia e construção. No entanto, Butler (2017) refuta essa ideia do sexo estático e aponta que, assim como o gênero, o sexo não é anterior ao discurso, mas é um efeito dele, ou seja, o sexo é produzido discursivamente, pois,

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (como uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/ cultural pelo qual “a natureza sexual” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2017, p. 27).

Diante disso, Butler (2006a) afirma que refletir sobre o deslocamento da origem da identidade como uma essência primária para o campo discursivo, revela o caráter formativo da sexualidade humana que se constitui de forma discursiva amparada dos signos sociais e públicos. Isso permite uma análise sobre os corpos despida das marcações de gênero, sem a pretensão de encontrar neles uma identidade verdadeira, privilegiando a subjetividade humana. Com isso, a tecnologia normativa produtora do sexo e do gênero “(...) oferece uma perspectiva crítica sobre a versão do ‘humano’ que requer morfologias ideais e a constrição das normas corporais” (BUTLER, 2006a, p. 17-18, tradução nossa), estabelecendo, dessa forma, que a inteligibilidade humana só se dá a partir da circunscrição dessas normas, conforme diz a autora:

Os termos que nos permitem ser reconhecidos como humanos são socialmente articulados e são variáveis. E, às vezes, os mesmos termos que conferem a qualidade de “humano” a certos indivíduos são aqueles que privam outros da possibilidade de atingir esse status, produzindo assim um diferencial entre o humano e o menos humano. Essas regras têm consequência de longo alcance sobre a nossa concepção de modelo de humanos com direitos ou o ser humano que está incluído na esfera de participação da deliberação política. O humano é concebido de forma diferente, dependendo de sua raça e da visibilidade dessa raça; sua morfologia e a extensão em que a referida morfologia é reconhecida; seu sexo e a verificação perceptual do dito sexo; sua etnia e a categorização dessa etnia (BUTLER, 2006a, p. 14, tradução nossa).

Nesse sentido, as normas que regulam a sexualidade são anteriores ao “humano” e o próprio “humano” emerge dessas normas (BUTLER, 2017). Por isso, o humano só

adquire significação a partir da materialização do sexo e definição do gênero no corpo, pois a consciência da própria existência está estritamente relacionada à existência de um “eu” sexual corporal. No entanto, cabe lembrar que a própria noção de inteligibilidade foi concebida nos moldes de uma cultura cisheteronormativa e, conseqüentemente, produz a identidade do sujeito cerceada por esses padrões. Butler (2017) assevera que são tais práticas identificatórias que, historicamente, definem de forma excludente e autoritária quais são os corpos que “têm importância e quais não têm”, “(...) impondo uma rede de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que aparecerá e do que não aparecerá dentro da esfera social” (BUTLER, 2006a, p. 69, tradução nossa) podem ser subvertidas.

Os teóricos *queer* questionam essa forma de produzir identidade por acreditar que a própria noção de identidade está condicionada às práticas reguladoras, as mesmas que governam os sexos e os gêneros. As mesmas que elegem a identidade a um ideal normativo ao mesmo tempo em que permite certas identificações sexuadas em detrimento de outras. Desse modo, produzir a inteligibilidade dos sujeitos por meio de uma identidade sedimentada numa matriz estável do sexo e do gênero coloca em cheque a noção de “pessoa” daqueles ao qual o gênero não se conforma às normas culturais cisheteronormativas (BUTLER, 2017).

Os gêneros inteligíveis, ou seja, aqueles que mantêm uma relação coerente entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, se constituem na noção de que a sexualidade humana é uma continuidade simétrica entre sexo biológico, gênero culturalmente construído e o efeito de ambos no desejo e prática sexual do sujeito. O gênero entendido nessa linha acaba por conformar o desejo sexual dentro da lógica heterossexual, produzindo o masculino e o feminino. Isso determina “que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’— isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’” (BUTLER, 2017, p. 44).

Da mesma maneira, dizer que a identidade de gênero se refere à forma como os indivíduos se percebem sexualmente, é determinar que essa percepção de si está alinhada à mesma simetria sexo, gênero, prática sexual e desejo, ou seja, só adquire sentido dentro do sistema binário de gênero. A identidade, desde sua constituição, já nasce inserida no sistema heterossexual compulsório, portanto, não pode ser entendida como conceito fundante do próprio sujeito, pois é constituída por meio das mesmas normas que governam os corpos.

Ainda segundo Butler (2017), o sistema excludente de formação da identidade é responsável por produzir os seres abjetos, aqueles que não adquirem o status de sujeito por não materializarem um sexo coerente no corpo, “o ihumano”. Butler (2017) afirma, seguindo essa lógica, que “ (...) o sujeito é constituído através da força de exclusão e abjeção, uma força que produz um constituinte externo do sujeito, um exterior abjeto que, depois de tudo, é ‘interior’ ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional (BUTLER, 2017, p. 20, tradução nossa) e que, por sua vez, constitui uma ameaça inconcebível que pode desestabilizar e rearticular as fronteiras que limitam a constituição do humano.

Sendo assim, o termo identidade de gênero não será utilizado nessa pesquisa para se referir à expressão da sexualidade dos indivíduos, por considerarmos que a identidade, entendida tal como é, segue cerceada pelos padrões cisheteronormativos adquirindo sentido somente no sistema binário de gênero. Em outras palavras, o termo identidade de gênero se mostra incapaz de contemplar as múltiplas expressões de gênero, aqui incluídas as de transexuais e travestis, por isso o termo subjetividade será privilegiado, sempre que possível para evidenciar as identidades fluidas. Essa pesquisa seguirá norteada pela ideia de identidade cambiante, passível de transformações, flutuante. Destarte, não pode haver “identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2017, p. 56).

2.3 Considerações sobre Feminismos: agenciamento do lugar da mulher transexual e travesti

Não há como falar dos espaços ocupados pela mulher transexual e travesti sem interseccionar essa discussão à reflexão sobre o processo histórico de lutas e resistência feminina, pois essa categoria “têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e constituírem suas próprias formas quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina” (JESUS et al. 2014, p. 11). Aos poucos, a construção/desconstrução de obstáculos de natureza ontológica vêm causando rupturas profundas no sistema androcêntrico hegemônico. O retorno do movimento feminista considerado Segunda Onda⁷, na década de 1970, ficou marcado por disputas advindas da

⁷“Enquanto o feminismo de “Primeira Onda” esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos --- como o de votar e ser eleita, o feminismo chamado de “Segunda Onda” surgiu depois da

heterogeneidade interna do movimento. Nessa virada do século, o movimento ficou marcado pela pluralidade de vozes que organizaram de forma autônoma as várias correntes feministas que representavam mulheres negras, lésbicas e outras alteridades, que, por sua vez, não eram legitimadas como feministas “verdadeiras” dentro do movimento feminista mais amplo. Nos anos 1990, o feminismo se revelou mais plural, articulado e permanentemente em fluxo (COACCI, 2014).

As primeiras correntes feministas desenvolveram uma visão naturalizada do sexo enfatizando a construção de uma identidade feminina no singular, o que não contemplava a totalidade das mulheres. Mas o movimento perpassou por complexas abordagens que partiram das essencialistas, que tinham como característica principal o empenho na libertação da mulher do patriarcado e a defesa de uma identidade feminina fixa. Até as antiessencialistas, que se ancoravam nos preceitos da desconstrução, questionando o caráter ontológico da categoria mulher (JESUS et al., 2014). Essa última, considerada por muitos teóricos como o feminismo moderno, entende que a categoria mulher foi concebida como uma matriz de tudo aquilo que o homem não é, tornando-se seu oposto subordinado, o que acabaria por sustentar as relações opressivas de poder.

Esse feminismo contemporâneo percebia a identidade feminina como algo múltiplo. Debates sobre identidade de gênero, sexualidades e corporeidades contemplando as subjetividades transgêneras eram pautas marcantes que caracterizavam a evolução do movimento. Os debates levavam a discussão em torno do feminismo para além do essencialismo e binarismos de gênero, que outrora norteava o feminismo tradicional. No entanto, o viés feminista engajado nessas pautas foi bastante criticado por pensadoras feministas, ditas tradicionais, que viram na negação epistemológica da essência do gênero, o esvaziamento da categoria mulher. Destarte, atualmente, o ponto fundamental no qual o movimento feminista atual se debruça, tendo em vista a pluralidade de atores que compõe o movimento, tem sido responder quem é o sujeito do feminismo, quem esse feminismo representa e quem está legitimado a falar em nome dele.

Apesar de o feminismo reconhecer as particularidades das mulheres que compunha o movimento, existia ainda o receio de que essas diferenças o

Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Nesse momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’” (PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2006, v.26, n.52, p.249-272).

fragmentassem, por isso, era preciso um denominador comum mínimo que as unisse. A diversidade nesse cenário implicou em diferença e desigualdade, no qual as pautas reivindicadas por “outros” feminismos foram negligenciadas em prol de uma causa geral das mulheres (COACCI, 2014).

Esse fator comum, que seria uma premissa que legitima as mulheres para estarem no interior do movimento e o representar como feministas, trata-se da cisgeneridade. A exigência da cisgeneridade como ponto comum e legitimador da natureza feminina tem sido um dos fatores que causa a exclusão de pessoas transexuais e travestis também nos espaços de militância, evidenciando o tratamento diferenciado entre as cisgeneridades e transgeneridades. Isso demonstra certamente que o sujeito do feminismo sempre foi a mulher, mas a mulher cisgênera (COACCI, 2014).

A efervescência dos debates em torno dessa questão revela correntes favoráveis e contrárias à presença de pessoas transexuais e travestis nos movimentos feministas. As discussões se ampliam para além de discursos sobre o direito dessas pessoas de pertencerem e serem reconhecidas como sujeitos do feminismo, repousa no discurso heterocentrado, reafirmando o quanto a sociedade encontra-se ancorada em essencialismos e padrões cisheteronormativos “de modo que as mulheres transexuais e travestis além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biologizante que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade” (JESUS, 2012, p.13). Em outras palavras, um corpo que não performa com os padrões cisgêneros, ou mesmo que performe de forma coerente, mas tenha experienciado a condição masculina, não pode ser eleito à categoria “mulher”.

A resposta à recusa e discriminação sofrida pela população de mulheres transexuais e travestis dentro do movimento feminista, foi a reconfiguração para um feminismo que abarcasse as ambiguidades e polifonias que ficavam à margem. Dessa forma, nos finais dos anos 1990 e início dos anos 2000, surge o movimento chamado de transfeminismo ou feminismo transgênero. Jesus diz, citando Koyama (2011), que o transfeminismo representa, “primordialmente, um movimento feito por e para mulheres trans que entendem que a sua liberação está intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres, e além” (JESUS, 2012, p. 14),

Representa a continuidade da potência desconstrutora da categoria gênero e encontra lugar em um movimento em que a análise da mulher como sujeito político é uma categoria em construção e neste sentido, reivindica-se mulher e feminista, em uma evidente busca de legitimidade para falar como tal dentro

de espaços de poder, parece-me mais um fator a ser levado em consideração na construção desse sujeito (JESUS et al. 2014, p. 80).

Sua principal crítica recai sobre a ideia de que mulheres e homens de “verdade” são aqueles que possuem órgãos genitais femininos (vagina e útero) e masculinos testículos e pênis, como afirmados pelo feminismo tradicional. Essa lógica oprime todos os corpos que não estão conforme a norma binária “incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ ou ‘emasculados’; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos” (JESUS et al., 2014, p. 5).

O transfeminismo quando surgiu apresentava algumas diferenças marcantes das correntes feministas que já existiam formadas majoritariamente por transexuais e travestis. Ele era constituído por pessoas mais jovens de classe mais alta e maior nível educacional, enquanto que o movimento feminista de transexuais e travestis era formado “por meninas que vieram da rua, da pista (COACCI, 2014, p. 158)”. Mas, embora existissem elementos afins em ambos os movimentos, algumas pautas como a defesa de identidades fluidas e não binárias só aparecem no transfeminismo, muito influenciado pela teoria *queer*.

Portanto, o surgimento das várias correntes que compõem o movimento feminista, dentre elas o transfeminismo, apresenta atualmente um fortalecimento da luta e resistência política coletiva, isso possibilita uma representatividade de sujeitos mais abrangente resultando em um movimento mais amplo e heterogêneo mesmo que as forças sejam articuladas de forma interdependentes.

2.4 Considerações sobre Feminismos: passabilidade

Como visto no tópico anterior, alguns espaços femininos que deveriam acolher todas as mulheres são seletivos e funcionam em favor do sistema cisheteronormativo. O discenso impera até mesmo nos espaços criados por transexuais e travestis, visto que ainda existem embates internos, recusas e tensionamentos que terminam em exclusão. Essa disputa pode ser analisada por dois prismas: de um lado existem pessoas que se autorreconhecem como mulheres e homens transexuais, defendem a identidade fluida se recusando a fazer parte do sistema binário de gênero, de outro, pessoas que também se

autorreconhecem homens e mulheres transexuais, mas ao contrário, desejam se encaixar nos padrões sociais estabelecidos para o gênero feminino/ masculino, muitas vezes, recorrendo às cirurgias de transgenitalização.

No entanto, a indagação a esse respeito não está alinhada somente com o desejo de performar ou não o gênero no corpo, está mais preocupada com a resistência ao autorreconhecimento identitário, à violência e opressão estrutural que obriga de forma arbitrária que todas as categorias de corpos estejam alinhadas ao padrão cisheteronormativo. Dessa forma, essa discussão terá como ponto central o termo passabilidade como categoria analítica dos processos de se transicionar e sobre as normativas de gênero que produzem sujeitos por meio da regulação das corporeidades.

A passabilidade⁸ revela o processo turbulento de negociação das leituras dadas ao corpo que ocorrem de forma singular, tanto no corpo transexual quanto no travesti. As transformações corporais, aqui se incluem hormonização, cirurgias estéticas, dentre outros, acontecem paulatinamente até que se alcance uma *performance* cis coerente e o sujeito se torne “passável”. Ser “passável” significa se alinhar o mais próximo possível do gênero desejado e essa condição se dá à custa do apagamento de uma historicidade corporal em prol de uma identidade cis. No entanto, existe uma parcela dentro desse grupo que não deseja vivenciar a experiência de modificações corporais, justamente por acreditar que o sistema binário só será subvertido, se passar a reconhecer de fato que existem outras configurações corporais além das regulamentadas pelo consenso hegemônico.

É importante ressaltar de antemão que o discurso hegemônico das transgeneridades, muitas vezes, se torna fator de exclusão de pessoas travestis, por não apresentar requisitos como a passabilidade cis como afirma Leal (2018),

(...) somos sempre vistas como desviantes, agressivas, indisciplinadas e incoerentes com o que se espera de uma, digamos com ironia, *verdadeira pessoa trans*: a saída de uma cisgeneridade para outra cisgeneridade, diametralmente oposta e que não deixa rastro da cisgeneridade original (LEAL, 2018, p. 20).

⁸“Passabilidade (de ‘passar por’) é a característica de sujeitos trans passarem por sujeitos cis, conseguindo apagar ao máximo marcas do sexo imposto ao seu nascimento e colocarem em si características sociais do sexo com o qual se identificam e desejam ser reconhecidos. Essa é uma ação que aponta para a produção social do gênero quando tal sujeitos trabalham sua imagem, sua gestualidade, as inflexões de fala, modos de agir e se apresentar, enfim, uma série de marcadores que imputam ao corpo marcadores de gênero” (FERREIRA, 2017, não paginado).

O fato é que ambos perpassam as fronteiras da falseabilidade identitária, pois “a legitimidade se dá em função da legibilidade. Ou seja, quanto mais legível à normalidade for um corpo, mais legítimo ele será (LEAL, 2018, p. 20) dentro do sistema de leitura naturalizante fundado pelas instituições médico-jurídicas que se encarregaram de parametrizar as características que tornam um corpo elegível à categoria transexual e travesti. Pode-se depreender disso que, em qualquer situação, um corpo só se torna válido quando enquadrado dentro do padrão binário de gênero.

Outro fator importante sobre a passabilidade é que, além de legitimar somente os corpos emparelhados no padrão cisgênero, ela também causa o apagamento de uma vivência anterior. Em outras palavras, a passabilidade apaga os corpos transexuais e travestis e, por conseguinte, a diferença (FERREIRA, 2017). Pergunta-se, então, como poderia haver uma subversão do sistema binário de gênero, em que todas as possibilidades de configurações corporais e sexuais sejam possíveis, se o fim último do ser transexual ou travesti é atingir uma passabilidade tal, que não seja possível identificar no corpo traços de uma transição?

“Passar” por homem ou mulher é, sem dúvida, dobrar-se à hegemonia normativa de regulação das corporalidades, algo que certamente está na contramão da tão almejada emancipação da sexualidade. Para um olhar menos atento, passam imperceptíveis os aspectos envolvidos no posicionamento adotado pela categoria transexual e travesti de, muitas vezes, negar sua condição transicionada e se submeter a um sistema opressor que não permite a sua existência de forma plena.

Almeida (2012) identificou nos estudos sobre a transexualidade quatro grupos de pessoas que apresentaram características elegíveis ao que ele denomina “homem trans”. O primeiro grupo é formado por pessoas que usam peças da indumentária masculina, no entanto preservam uma identidade feminina por vários motivos, dentre eles a família, o emprego, o círculo social, entre outros. O segundo grupo é caracterizado por pessoas que se apresentam socialmente como homens, mas não se submetem a cirurgias ou tratamentos de modificações corporais. Já o terceiro grupo é constituído por pessoas que contestam o binarismo de gênero. Nelas, os gêneros se misturam, às vezes fazem uso de testosterona, mas sem passar por procedimentos cirúrgicos. Finalmente, o quarto e último grupo engloba pessoas que fazem uso de testosterona, realizam procedimentos cirúrgicos de alta complexidade e utilizam em larga escala dos artifícios que alinham um corpo ao gênero masculino. Frequentemente, buscam reconhecimento jurídico do sexo e nome (ALMEIDA, 2012).

Ancorando-se no estudo de Almeida (2012), o qual identificou dentro da categoria “homem trans” tamanha multiplicidade de sujeitos que evidenciou o aspecto não universal da representação de gênero, será feito aqui um esforço de se abster de generalizações e reducionismos se apoiando na interseccionalidade⁹ para compreender na perspectiva de pessoas transexuais e travestis suas expectativas, motivações, resistências e atravessamentos que os impelem a recorrer à passabilidade como forma de reconhecimento dentro de um sistema sexual coercitivo.

A agência do “passar por” (DUQUE, 2017) vivenciado diariamente pela categoria transexual e travesti no âmbito da vida pública se tornou uma experiência que envolve a exposição do corpo, o espaço e a interação com o outro. Isso significa, segundo Duque (2017), que ser “passável” ou não por mulher ou homem fica a critério da leitura subjetiva feita pelo olhar do outro, atravessado pelo espaço e outros marcadores sociais como idade, classe, cor/raça que podem trazer ou não a inteligibilidade. O autor aponta outros fatores que colaboram na construção da inteligibilidade, além das mudanças corporais e cirurgias estéticas, o uso de roupas, joias, maquiagem, sapatos, dentre outros acessórios que estavam presentes nos relatos dos participantes da pesquisa.

A passabilidade se dá de maneira singular em cada indivíduo, pessoas menos “passáveis” estão mais sujeitas ao julgamento social que aqueles que “passam”. Almeida (2012) afirma que o uso prolongado de testosterona e realização da mastectomia faz com que “homens trans” atendam às expectativas físico-sociais do sexo masculino de forma mais eficaz, o que não acontece com “mulheres trans”. Estudos sobre a empregabilidade de pessoas transexuais demonstraram que o mercado de trabalho está altamente regulado no padrão cisheteronormativo “a corporalidade trans que não passava por cisgênero, seja homem ou mulher, simplesmente não poderia existir” (MARTINELLI, et al. 2018, p. 355). Preciado (2018) confirma, em relato de seu processo de transição, essa realidade quando diz:

Decido conservar minha identidade jurídica de mulher e tomar testosterona sem entrar em um protocolo de mudança de sexo. (...) Obviamente, esta posição é um luxo político. Se nesse momento posso me permitir isso, é porque não preciso sair para procurar trabalho, porque sou branca e porque

⁹ Regina Facchini recorre ao conceito de interseccionalidade definido por Avtar Brah e Ann Phoenix no artigo *Ain't I a woman? Revisiting intersectionality*, para expressar “(...) ideia de ‘diferença’ como categoria analítica, tomando diferença de modo não essencial, mas como categoria que remete à designação de ‘outros’” (FACCHINI, 2009, p.147).

não tenho qualquer intenção de manter um relacionamento burocrático com o Estado (PRECIADO, 2018, p. 65).

O estudo também revelou que a situação de mulheres transexuais, especificamente, é agravada pelo fato de ser menos “passável”, dificultando a conquista de um emprego formal (MARTINELLI, et al. 2018).

O espaço público é, sobretudo, o lugar onde há maior incidência da discriminação, rechaço, exclusão e morte de pessoas transexuais e travestis (ANTRA, 2018). Nesses espaços, a regulação exercida sobre a corporeidade transexual e travesti constrói, por meio da passabilidade, uma cadeia produtora da cisgeneridade compulsória, a qual todos os corpos devem estar alinhados como um requisito elegível à vida social. Nesse contexto, a passabilidade funciona como uma camuflagem, pois permite àqueles que já a adquiriam “sumir na multidão” (ALMEIDA, 2012). “Essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/ expressão de gênero” (ALMEIDA, 2012, p. 519).

A passabilidade ainda que cause o apagamento e invisibilidade dos corpos transexuais e travestis e ainda que seja considerada por alguns ativistas uma forma de enfraquecimento das lutas desses movimentos, representa, ao mesmo tempo, um artifício viável para escapar ao preconceito, às violências cotidianas e alcançar a aceitação social. Sendo assim, a passabilidade se assemelha ao “armário”, expressão utilizada por Sedgwick (2007) para se referir ao regime de controle da sexualidade ocidental, mais especificamente de gays e lésbicas, no final do século XIX. O armário se caracterizou pelas normas rígidas de controle que determinaram o espaço público para as relações heterossexuais e relegaram às relações homossexuais ao espaço privado.

Além do mais, a recepção dos interlocutores na interação social sempre constituirá uma incógnita, quando da revelação de uma condição transicionada, pois, como afirma Sedgwick (2007), “sabemos muito bem quão limitada é a influência que uma revelação individual pode exercer sobre opressões em escalas coletivas e institucionalmente corporificadas” (SEDGWICK, 2007, p. 36).

Assim, tanto a passabilidade quanto o “sair do armário” transitam entre o privado/ público, mas acabam se deslocando do âmbito individual para o campo da possibilidade e, neste caso, a possibilidade de viver. Em outras palavras,

No nível mais básico, tampouco é inexplicável que alguém que queira um emprego, a guarda dos filhos ou direitos de visita, proteção contra violência, contra “terapia”, contra estereótipos distorcidos, contra o escrutínio insultuoso, contra a interpretação forçada de seu produto corporal, possa escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário em algum ou em todos os segmentos da sua vida (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Portanto, dizer a quem se transiciona que buscar a condição “passável” é ser, antes de tudo, subserviente ao sistema sexual hegemônico, é tão incoerente quanto perverso, pois negligencia o processo de negociação pela vida, travado diariamente por essa população. Não leva a cabo que a passabilidade é um processo que se constitui no dor e que, apesar da possibilidade de trégua na luta diária pela vida, muitas vezes não retira a população transexual e travesti da condição de vulnerabilidade como afirma Duque (2017):

(...) seja qual for a experiência de *passabilidade* (com ou sem cirurgias, com ou sem documentos que legitimem o gênero e o sexo requerido, com ou sem uma imagem que garanta o *passar por*, etc.) “devemos estar capacitados para compreender que a impressão da realidade criada por uma representação é uma coisa delicada, frágil, que pode ser quebrada por minúsculos contratemplos” (GOFFMAN, 1985, p. 58). E, aqui, como vimos, não há processos cirúrgicos, alterações em documentos oficiais ou performance de gênero que estejam livres desses contratemplos (DUQUE, 2017, não paginado).

2.5 Considerações sobre a invenção de uma sexualidade estigmatizada

A sexualidade, ao longo da história, constituiu-se normalizada por regras e condutas que se transformaram de forma dinâmica nas diversas sociedades. No entanto, o trânsito do âmbito da vida privada ao espaço social mudou a forma de tratar as relações sociais e trouxe consigo formas sutis, no entanto, mais rígidas de controle da sexualidade, como retratado na obra *História da Sexualidade*, de Foucault (2015). O autor pontua que:

Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem-aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os “interesses” discursivos que a sustentam (FOUCAULT, 2015, p. 13)

A partir da metade do século XVIII, engendrava-se uma tecnologia do sexo como foco hegemônico, investida no cuidado e proteção do corpo. Esses novos saberes

causaram transformações sociais ainda notadas no tempo atual. A burguesia se empenhava em “atribuir uma sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo ‘de classe’, com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça...” (FOUCAULT, 2015, p. 135). A sociedade após a Revolução Burguesa do século XVIII ficou marcada por um novo dispositivo de poder baseado na disciplina. Ancorado no poder disciplinar tomava forma o projeto burguês de normalização, uma técnica de intervenção e transformação social que seguia uma lógica que tanto qualificava quanto corrigia. “Assim, a norma não visa excluir ou rejeitar, antes é a pedra de toque de um exame perpétuo de um campo de regularidade dentro do qual se analisa incessantemente cada indivíduo para julgar se ele é conforme a regra ou a norma hegemônica” (MISKOLCI, 2003, p. 110).

Os discursos e práticas disciplinares que caracterizaram o projeto burguês instituíram o que Foucault (1988) chamou de biopoder, um instrumento de regulação política e econômica que categorizava, quantificava e qualificava os seres humanos. Isso se deu por meio do controle da natalidade, mortalidade, controle da incidência de doenças, dentre outros. O modelo econômico e reprodutivo da família burguesa tornou-se o padrão ideal e todas as formas desviantes desse modelo eram consideradas aberrações. “Assim, a família tornou-se o local privilegiado para a distinção entre o normal e o anormal e isso se deu a partir do dispositivo de sexualidade” (MISKOLCI, 2003, p. 111).

Até o final do século XVIII, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil ficavam à cargo do controle e orientação das práticas sexuais. Contudo, esse controle escapou à instituição eclesiástica e se tornou preocupação do Estado nos séculos XIX e XX, os quais se tornaram a era da multiplicação e proliferação das sexualidades periféricas. Como afirmou Foucault (2015), “nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais” (FOUCAULT, 2015, p. 41). Época que ficou marcada pelo controle político, econômico, técnico dos corpos e das práticas sexuais, os quais foram classificados sob o viés da moral, saúde e higiene,

Nascia a sexologia. Inventavam-se tipos sexuais, decidia-se o que era normal ou patológico e esses tipos passavam a ser hierarquizados. Buscava-se tenazmente conhecer, explicar, identificar e também classificar, dividir, reger e disciplinar a sexualidade. Tais discursos, carregados da autoridade da ciência, gozavam do estatuto de verdade e se confrontavam ou se combinavam com os discursos da igreja, da moral e da lei (LOURO, 2009, p.88).

Na sociedade brasileira, em particular, a emergência do dispositivo da sexualidade como forma de controle se deu na constituição da República. A preocupação de constituir uma nação pura não “degenerada” desencadeou o processo de Eugenia, uma ciência “que unificava várias áreas de conhecimento sob a mesma retórica da necessidade de proteção da sociedade” (MISKOLCI, 2003, p. 116). A Eugenia engajou-se na melhoria da hereditariedade encorajando a reprodução de “sadios” e inibindo a reprodução dos degenerados. Os degenerados, por sua vez, englobavam toda a parcela de “incapacitados”, os quais teriam “um destino inevitável de fraqueza, doença e comportamento social perigoso” (MISKOLCI, 2003, p. 117). Dentre eles encontravam-se o mestiço que também era considerado anormal, pois trazia consigo a herança de “más” características. Iniciou-se, assim, um racismo ético sob a proteção social.

O discurso de que os “degenerados” representavam um perigo social foi o cerne do qual se serviram os aparatos médicos-legais para transformar toda forma de desvio em patologia “essa tendência geral a classificar como patológicos estados de inconformidade revela uma classificação moral e legal de um saber que se constitui pela negação das diferenças individuais” (MISKOLCI, 2003, p. 116). Sendo assim, a articulação da sexualidade, a purificação da raça e a patologização dos desvios foram os dispositivos envolvidos no estratagema responsável pela constituição de uma biopolítica singular no cenário brasileiro, qual seja a normalização da vida, que, em contrapartida, serviu de justificativa para o exercício do controle social (MISKOLCI, 2008).

Nesse sentido, em um cenário marcado historicamente pela escravidão, as relações de poder se constituíram em um processo de categorização pautado pela articulação do racismo e sexualidade na busca da normalização de uma identidade coletiva. Nesse período, a interseção entre gênero, raça e sexualidade constituiu as subjetividades de grupos vulneráveis como negros, mulheres e homossexuais como anormalidades (MISKOLCI, 2008). Em outras palavras, o biopoder só se constituiu aqui no Brasil por meio de dispositivos de exclusão que naturalizaram certas diferenças e desigualdades e tornaram invisíveis as relações de poder aí implicadas.

Conforme Foucault (1988), o poder disciplinar evoluiu na sociedade contemporânea para novas formas de controle dos comportamentos e estilos de vida. Miskolci (2007a) alerta para o surgimento, nesse período, dos chamados “pânicos morais”, termo criado em 1960, por Stanley Cohen. Esses fenômenos tornaram-se privilegiados nessa nova ordem de poder, pois o temor à mudança foi o ponto de partida

para a discussão do controle sobre os comportamentos. O “temor coletivo” recai sobre algo já existente na coletividade que é colocado em evidência, geralmente, por grupos de interesse que, consensualmente, mobilizam-se diante de rompimentos de padrões normativos que ameaçam instituições históricas como a família e o casamento (MISKOLCI, 2007a).

Dessa forma, a sociedade se mantém vigilante ao que possa abalar a ordem, buscando formas que visam fortalecer os mecanismos de controle social. Miskolci (2007a) ainda ressalta que existe nesse processo uma disputa de poder entre grupos sociais, valores e normas, que implicam benefícios de ordem moral e material. Contudo, é necessário observar a serviço de quem estão essas disputas.

A invenção da homossexualidade no século XIX foi um desses mecanismos de controle da sexualidade que, por meio do discurso médico-psiquiátrico sob a égide da “neutralidade”, instituíram a verdade sobre as condutas sexuais, nas quais a heterossexualidade aparecia como única conduta sexual normal. O discurso como instrumento de poder estava mais alinhado com o “pecaminoso” e “patológico” e ao processo de eugenia, o qual conferiu normalidade à heterossexualidade e classificou a homossexualidade como doença,

Nos textos do século XIX existe um perfil-tipo do homossexual ou do invertido: seus gestos, sua postura, a maneira pela qual ele se enfeita, seu coquetismo, como também a forma e as expressões de seu rosto, sua anatomia, a morfologia feminina de todo o seu corpo fazem, regularmente, parte dessa descrição desqualificadora; a qual se refere, ao mesmo tempo, ao tema de uma inversão dos papéis sexuais e ao princípio de um estigma natural dessa ofensa à natureza; seria de acreditar-se, diziam, que “a própria natureza se fez cúmplice da mentira sexual” (FOUCAULT, 2014, p. 24).

Da mesma maneira, a inclusão do transexualismo no Código Internacional de Doenças (CID-10) em 1980 como “transtornos da identidade sexual” apresentou outra forma de patologizar os comportamentos exigindo uma coerência entre sexo biológico, gênero, desejo e práticas sexuais, também orientados pelo sistema cisheteronormativo (BENTO; PELÚCIO, 2012). Transexualismo se tornou o termo oficial para definir pessoas que vivem uma contradição entre o corpo e a subjetividade. É possível perceber no termo que a utilização estratégica do sufixo *ismo*, o qual historicamente denota transtornos e sexualidades perversas, confirma a existência de uma patologia (BENTO, 2006, p.44).

Assim, com a despatologização das subjetividades transexuais, o discurso médico se encarregou de substituir o termo transexualismo por transexualidade, a fim de ser desvinculado do caráter patológico do sufixo *ismo*. Contudo, criaram-se novas categorias médicas que se encarregaram de continuar patologizando os comportamentos por meio de termos mais sutis, como disforia ou transtorno da identidade de gênero (BENTO; PELÚCIO, 2012).

Igualmente, a epidemia do HIV/AIDS nessa mesma época, considerada como “câncer gay” ou “peste gay”, ficou instituída pelo senso comum por ser uma doença causada pelas práticas sexuais homoafetivas entre homens. Dessa forma, “era preciso moralizar e controlar essas sexualidades descontroladas” (PELUCIO, 2007, p. 127). Assim, constitui-se mais um marcador social da diferença relacionado às pessoas homossexuais e extensivo a todo comportamento desviante.

Com isso, a patologização dos comportamentos sexuais não-binários e das subjetividades não cisgênero representa ainda uma das principais causas de marginalização, ao considerar que, embora o homossexualismo tenha sido retirado do CID-10 em 1975 (BENTO; PELÚCIO, 2012), os efeitos desse discurso ainda persistem de forma estigmatizada nas diversas instâncias culturais. Nessa mesma linha segue o transexualismo que, mesmo após muito esforço político por parte de organizações e movimentos sociais para que fosse retirado do CID-10, o que ocorreu somente em meados de 2019, ainda causa a exclusão desse grupo denunciando uma dissidência da norma.

Dentre tantos fatores causadores do estigma a essa população, a prostituição continua fortemente ligada à imagem de mulheres transexuais e travestis. Essa visão implica no não reconhecimento de códigos morais e conduta numa população que extirpada do meio social encontra na atividade profissional da prostituição seu único meio de sobrevivência. “Presas a estes espaços liminares não conseguem se inserir de fato na sociedade heterossexual, cristã e patriarcal” (PELÚCIO, 2004, p. 150).

O fato de o Brasil ser considerado o país que lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas travestis e transexuais, diz muito sobre como são tratadas as questões de gêneros não-binários no cenário brasileiro. De fato, o corpo transexual ou travesti ainda causa estranhamento nos espaços sociais, pois desafia o poder disciplinar. Ao interpelar e transgredir a norma esses corpos se tornam públicos e sobre eles são atribuídos julgamentos que marcam um corpo considerado anormal, uma vez que:

Desviar-se da norma do gênero é produzir o efeito aberrante de que os poderes regulatórios (médico, psiquiátrico e legal, para citar alguns) pode explodir rapidamente a fim de reforçar as razões fundamentais para a continuidade de seu próprio zelo regulador (BUTLER, 2006a, p. 83-84, tradução nossa).

A engenharia social encarregada de produzir corpos sexuados inteligíveis não leva em conta a subjetividade humana e suas relações que são construídas na e por meio da diferença. Por conseguinte, qualquer norma que queira garantir a estabilidade dos gêneros acaba por excluir, marginalizar, estigmatizar e subjugar os sujeitos que não se adequam a essa norma. Nas relações sociais entre sujeitos ditos normais é atribuída uma identidade social aos corpos, amparada em expectativas que esses corpos deverão cumprir. Trata-se do estigma como afirma Goffman (2008):

Enquanto o estranho está à nossa frente podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável (...). Assim deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem (GOFFMAN, 2008, p. 12).

Todo indivíduo já nasce inserido em um campo discursivo que constrói seu corpo, de modo que “quando alguém diz ‘veado’ ou ‘sapatão’, não está emitindo uma opinião pessoal; está efetivando uma operação de recorte e colagem” (BENTO, 2006, p.91) originados de um enunciado mais amplo que, por sua vez, foi fundado em uma historicidade que se constituiu por meio de repetições reiteradas. Louro também afirma que “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças” (LOURO, 1997, p. 65). Sendo assim,

A situação especial do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo mais amplo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é, até certo ponto, “diferente”, e que seria absurdo negar essa diferença. A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo (GOFFMAN, 2008, p. 134).

Dessa forma, como a diferença é construído da própria sociedade, “está, então, implícito, que não é para o diferente que se deve olhar em busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum” (GOFFMAN, 2008, p. 108). Ou seja, é necessário

buscar a compreensão das relações de poder e analisar quais discursos produziram os critérios próprios de categorização e hierarquização de cada sociedade em particular,

o que é preciso fazer é sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições. Não se trata de substituir certos termos por outros. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas sim de modificar as posições de enunciação (PRECIADO, 2017, p. 27).

Em síntese, é preciso modificar a forma da construção dos saberes, como argumenta Butler (2017): “Consequentemente, é o estranho, o incoerente, o que está ‘fora’ da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente” (BUTLER, 2017, p. 191).

2.6 Nome social como política de inclusão no sistema escolar

A relação das palavras com aquilo que elas representam, atravessando todo ato de julgar, designar, nomear, já foi objeto de estudo por Foucault (1999). Na sua obra **As palavras e as coisas**, o autor demonstrou como os elementos da representação da linguagem presentes no discurso se articulam numa rede complexa de relações. O discurso, por sua vez, nomeia aquilo que é dado à representação, enunciando todo o conteúdo de uma representação por meio das palavras, pois “[a] palavra designa, o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma (...) mostra-se aí que as palavras jamais dizem senão o ser da representação, mas nomeiam sempre algo de representado” (FOUCAULT, 1999, p.164). Nesse sentido, o ato de nomear para o autor é:

(...) ao mesmo tempo, dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral. Toda teoria clássica da linguagem se organiza em torno desse ser privilegiado e central. Nele se cruzam todas as funções da linguagem, pois é por ele que as representações podem vir a figurar numa proposição. (...) Pode-se dizer que é o Nome que organiza todo o discurso clássico; falar ou escrever não é dizer as coisas ou se exprimir, não é jogar com a linguagem, é encaminhar-se em direção ao ato soberano de nomeação, é ir, através da linguagem, até o lugar onde as coisas e as palavras se ligam em sua essência comum, e que permite dar-lhes um nome (FOUCAULT, 1999, p.164-166).

O nome acompanha o sujeito, muitas vezes por meio do desejo dos pais, desde antes do seu surgimento como matéria corpórea, traz uma marca inicial que contém um discurso que antecede o corpo, e isso indica o peso do nome na constituição da subjetividade do indivíduo. O nome é a identificação, é a referência que confere legitimidade à existência. Lacan (2006) define nome próprio como

(...) alguma coisa que intervém na nomenclatura de um objeto, em razão das virtudes próprias de sua sonoridade; fora desse efeito de conotação não há nenhuma espécie de alcance significativo. (...) Dizer que um nome próprio, em suma, é sem significação, é alguma coisa de grosseiramente errada! (LACAN, 2006, p. 65).

Como a identificação dos sujeitos se dá por meio do nome, espera-se que haja uma comunhão, coerência entre o nome e o corpo nomeado, atribuindo signos de identidade ao outro, pois:

É a partir desse nome legalmente validado que podemos ser designados socialmente, mesmo que à nossa revelia. Esse funcionamento linguístico e social mostra tanto o aspecto convencional do nome próprio quanto implica seu caráter referencial, produzindo um efeito de identidade por sua repetição (MARIANI, 2014, p. 133-134).

Contudo, observa-se que esse efeito esperado de unicidade entre nome e pessoa não funciona de forma homogênea para todos os indivíduos. Os corpos *queer*, aqui entendidos como de pessoas transexuais e travestis, materializam essa incongruência entre o nome e o corpo nomeado, escapam à norma linguística de nomeação e classificação, subvertendo a linearidade que se supõe, deveria existir para a produção de efeitos de significação, inteligibilidade e reconhecimento de si pelo outro, causando no outro o incômodo, a rejeição por estar diante de um corpo que não pode ser lido ou reconhecido.

Butler (2002b) tomando contribuições de Lacan (2006) afirma que:

O nome funciona como uma espécie de proibição, mas também como uma ocasião de habilitação. Consideremos esse nome um sinal de uma ordem simbólica, uma ordem de direito social, aquela que legitima os sujeitos viáveis através da instituição da diferença sexual e heterossexualidade obrigatória (BUTLER, 2002b, p. 220, tradução nossa).

A autora mostra claramente que a instituição de um nome próprio está para além do simples ato de nomear, pois o nome adquire condição para tornar um sujeito inteligível por meio de signos de identificação que foram instituídos segundo o sistema

heteronormativo, assim sua função social é legitimar e estabelecer uma identidade permanente. No entanto, como são interpretados os efeitos de significação da representação de um sujeito por meio do nome, quando o próprio nome causa estranhamento ao próprio sujeito? Ou ainda, citando Mariani (2014), “Seria um nome próprio um destino para o sujeito?” (MARIANI, 2014, p. 137). Ao se analisar, a seguir, o Decreto 8.727/16 que dispõe sobre o uso do nome social, que é o nome pelo qual a pessoa deseja ser identificada quando o nome civil não reflete o gênero vivenciado, entende-se que, de certa maneira, o Estado tentou trazer soluções às questões levantadas.

Nesse sentido, a discussão que se seguirá irá convergir para a emergência do nome social como política social de inclusão de pessoas transexuais e travestis no ambiente escolar. O termo política social está sendo utilizado partindo da diferenciação entre política pública e política social dada por Souza (2007), ao explicar que: “Enquanto pesquisas em políticas públicas concentram-se no processo e em responder questões como ‘por quê’ e ‘como’, os estudos em políticas sociais tomam o processo apenas como ‘pano de fundo’ e se concentram nas consequências da política, ou seja, o que a política faz ou fez” (SOUZA, 2007, p.71).

Pretende-se, dessa forma, marcar os limites pelos quais irá perpassar a reflexão sobre a política do nome social. O foco se dará no objeto da política pública, qual seja o nome social, mas não se aterá à sua constituição, sua natureza ou processos, mas às “questões que a política busca ‘resolver’, os problemas da área e seus resultados” (SOUZA, 2007, p.71).

Sendo assim, os efeitos dessa política serão observados no ambiente escolar, pois historicamente a Escola e seu sistema foram configurados nos padrões políticos, culturais e sociais que valorizam um público bem determinado, qual seja o homem branco, cristão e heterossexual (LOURO, 2018). Esse padrão constituiu a referência, de modo que “Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’, e gays, lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual” (LOURO, 2018, p.18).

A Escola representa o espaço onde são produzidos homens e mulheres civilizados, os corpos devem ser disciplinados, categorizados e, nesse processo de pedagogia em que se padroniza a sexualidade, o espaço escolar torna-se terreno fértil para as práticas de sexismo, homofobia, transfobia:

Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso (LOURO, 2018, p. 31).

Sabe-se, em pesquisa recente¹⁰ sobre as vivências de pessoas travestis e transexuais no ambiente escolar, que as dificuldades enfrentadas no cotidiano da escola no tocante ao respeito ao gênero se revelou uma das principais causas de exclusão dessa população do sistema de Ensino. Por esse motivo, o uso do nome social no CEFET-MG será analisado na perspectiva de estudantes transexuais e travestis, buscando-se identificar sua eficácia como política inclusiva que visa ao melhoramento das condições que garantem a permanência desses sujeitos no ambiente escolar.

2.6.1 Nome social e o Decreto 8.727/16

O nome social é uma política pública brasileira direcionada às pessoas transgênero¹¹ que, desde 2008, foi se institucionalizando aos poucos nos órgãos municipais, estaduais e federais do país. Trata-se do nome pelo qual a pessoa deseja ser identificada quando o nome civil se torna incapaz de transmitir e estabelecer sentido ao gênero vivenciado. Não se trata de um apelido, pois é ele que garante o respeito ao gênero da pessoa se constituindo ao mesmo tempo em que se constrói o corpo transexual e travesti. Essa política tem por objetivo o reconhecimento individual e social de acordo com o Art. 16 do Código Civil, “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome” (BRASIL, 2002). Nos espaços sociais, o

¹⁰Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT que retrata a primeira pesquisa de âmbito nacional, virtual, realizada no Brasil em 2015 com adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais acerca das experiências vividas nas Instituições de ensino relacionadas ao respeito à identidade de gênero e/ou orientação sexual. A pesquisa também foi realizada nos países Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Colômbia para fins de comparação. <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>> Acesso em: 5 dez. 2017.

¹¹ Transgênero – “Termo guarda-chuva para designar pessoas que transitaram de gênero em algum nível, seja de forma permanente ou não. No Brasil, há uma disputa sobre o termo representar todas as identidades de gênero que se encontram fora da dicotomia homem x mulher, visto que pessoas que performam um determinado gênero em curtos períodos de tempo, em festas ou mesmo fora da vida social, não estão expostas às mesmas situações, geralmente de violência e negação de direitos, que aquelas que vivenciam essas mudanças/redesignações de forma permanente e no dia a dia” (ANTRA. Cartilha de gênero, 2019. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/01/gc3aanero.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2019.

respeito ao nome social representa a garantia da dignidade da pessoa humana como reza o artigo 1º, III, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A árdua trajetória de pessoas transexuais e travestis para conseguir a retificação do nome civil em cartório demandava longo processo judicial que dependia do entendimento de cada juiz e vários laudos médicos-psiquiátricos que, sob discursos patologizantes, denunciavam a incongruência entre sexo biológico e gênero vivenciado. Eram exigidas ainda intervenções corporais, as quais moldavam o corpo dentro dos padrões de gênero masculino/ feminino reconhecido socialmente. Essa burocratização do processo de mudança do nome civil em cartório se tornou uma barreira para a concretude desse direito individual, pois submetia a pessoa a constrangimentos frustrações e esgotamento psicológico.

Contudo, em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal por meio da ADI 4.275 averbada pelo provimento 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça reconheceu “aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil” (BRASIL, 2018a). Entretanto, a medida tem sido cumprida de forma precária em alguns cartórios brasileiros que, conforme afirma a Antra (2018), ainda não reconhecem a legislação, acabam dificultando e, até mesmo, negando o direito solicitado. Diante da displicência no cumprimento da lei, a Organização, então, lançou o projeto “Eu existo” para monitorar por meio do recebimento de denúncias os cartórios que oferecem dificuldade na realização do processo.

É importante observar que o “avanço” em relação à mudança do nome pressupõe também a mudança do sexo, do contrário, seria possível haver a alteração do nome sem haver alteração do sexo? Isso demonstra que essa normativa foi construída com base na lógica cisheteronormativa evidenciando, conforme já apontado por Butler (2017), que a inteligibilidade humana está condicionada à coerência entre sexo-gênero-desejo e, por conseguinte, o nome.

Com a aprovação do Decreto 8.727/16 que “Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016) o direito ao uso do nome social passou a ser garantido também em todas as Instituições públicas de Ensino do país. Antes do Decreto, a inclusão do nome social no sistema

escolar ficava a cargo de legislações específicas de cada Estado e até mesmo a critério da própria Instituição.

A ampliação desta política representa uma medida governamental que visa à inclusão da população transexual e travesti nos diversos ambientes sociais de forma respeitosa conforme o artigo 2º do Decreto: “Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis e transexuais” (BRASIL, 2016). Assim, possuir um nome que expressa o gênero vivenciado contribui para evitar o constrangimento e a exposição desnecessária, situações humilhantes constrangedoras e vexatórias.

2.6.2 Mas há controvérsias...

Analisar os impactos da intervenção do Estado na vida da população no que tange à saúde, educação, economia, seus interesses individuais e coletivos é percorrer o campo de saberes sobre a arte de governar e ser governado tema bastante explorado por Foucault (2017). O autor demonstra como a gestão do Estado no século XVI se assemelhou ao governo da família, gerir os bens, as riquezas e os indivíduos no núcleo familiar caracterizava a economia, que “designa originariamente o sábio governo da casa para o bem da família” (FOUCAULT, 2017, p. 413). Tal qual o pai de família, cabia ao governo manter a vigilância e o controle sobre os indivíduos. Até o século XVIII, introduzir a economia política no Estado segundo os princípios da família significava uma problemática fundamental para exercer o melhor governo possível.

Foucault (2017) enfatiza que o ato de governar está relacionado com o modo de dispor as “coisas” para atingir um fim adequado. As “coisas” as quais o autor se refere são os homens e sua relação com os recursos, território, hábitos, costumes, modos de agir e pensar e a relação ainda com a morte, epidemias, fome, acidentes. Assim, considerando as múltiplas finalidades a serem alcançadas, o governo dispõe das “coisas” por meio de táticas, ou melhor, leis usadas como táticas estabelecidas pelo poder soberano do Estado.

A legislação como ferramenta tática para o alcance dos objetivos do Estado significa imputar leis à população e, ao mesmo tempo, esperar que essas mesmas leis sejam cumpridas, do contrário o Estado não atinge o fim último de todo bom Estado soberano, qual seja: “o bem comum e a salvação de todos” (FOUCAULT, 2017, p.416).

Lê-se nas entrelinhas que o bem a que se propõe a soberania do Estado é a submissão das pessoas a ela, pois,

Se examinarmos o conteúdo que os juristas e teólogos dão ao bem comum, vemos que há bem comum quando súditos obedecem, e sem exceção, às leis, exercem bem os encargos que lhes são atribuídos, praticam os ofícios a que são destinados, respeitam a ordem estabelecida, ao menos à medida que essa ordem é conforme as leis que Deus impôs à natureza e aos homens. Isso quer dizer que o bem público é essencialmente a obediência à lei: seja a do soberano terreno seja a do soberano absoluto, Deus (FOUCAULT, 2017, p. 417).

Nesse sentido, observa-se a legislação brasileira de Registro Civil de Nascimento como uma tática para alcançar um fim, uma vez que é ela que confere a existência jurídica de todo brasileiro e garante o acesso aos direitos advindos dessa legislação como o direito à vida, educação, saúde, cultura, previdência, trabalho, liberdade individual, dignidade, além do acesso aos demais documentos como Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento de identidade, título de eleitor, dentre outros que confere à pessoa qualidade de cidadão.

Considerando, portanto, que pessoas transexuais e travestis não se identificam com o nome recebido no nascimento, nos documentos de registro civil, e que essa parcela da população não vive conforme o gênero que lhes foi imputado é possível se deparar com duas situações: abrir mão da vida civil para viver conforme sua expressão de gênero e se tornar um não-cidadão ou viver de acordo com o registro civil e ter na melhor das hipóteses condições mais favoráveis para exercer seus direitos causando o apagamento de si mesmo ou, em outras palavras, negando a própria existência. Com isso, pode-se inferir que antes do aparecimento do nome social a população transexual e travesti se encontrava à margem da lei, contudo essa política trouxe novas possibilidades de inserção desse grupo na sociedade. Entretanto, essa reintegração conferiu a essa população o direito à cidadania?

Primeiro, é importante compreender o que significa ser cidadão e qual o sentido da cidadania no meio social, pois, como afirma Pinsky (2008), este é um conceito histórico que vai se formando ao longo do tempo e se transforma de acordo com cada população. Funari destaca que, embora o conceito moderno de cidadania tenha sido derivado da Revolução Francesa (1789), ele permanece ligado à noção de coletividade oriunda da relação entre cidadãos, cidade e Estado pensada pelos antigos romanos,

Em latim, a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, “cidadania”, “cidade”, “Estado”. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes cidadãos. *Ciuisé* o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade em seu centro (FUNARI, 2008, p. 49).

Demant (2008) assegura que cidadania é ter “direitos civis e políticos, completos e iguais, mas no sentido original, individual” (DEMANT, 2008, p. 343). O autor ressalta que a Europa no século XVIII concebeu a ideia de cidadania para uma nação étnica, racial e religiosamente homogênea “a evolução da cidadania começou na sociedade europeia, branca e cristã, sem divisões internas insuperáveis além das contradições de classe, e com poucas minorias raciais, nacionais ou religiosas” (DEMANT, 2008, p. 344). Registra-se que somente mais tarde, no século XIX, após as revoluções industrial, política e demográfica a noção de cidadania serviu para abrandar as tensões causadas pela heterogeneidade, que outrora não representava um problema. Demant (2008) afirma que,

O conceito de “cidadão”, expandido para incluir a democracia, foi então utilizado como método para permitir e legitimar coexistência de tantos homens diferentes. Só que isso, dentro do ideário da cidadania, podia ser feito unicamente por meio da negação de diferenças grupais: a aplicação de princípios genéricos solucionaria, acreditou-se, as desigualdades particulares. O ideal se chocou com a dura realidade social de discriminação, preconceitos, perseguição, alienação (DEMANT, 2008, p. 344).

Pinsky (2008) diz que “Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos” (PINSKY, 2008, p. 9). No entanto, a noção de cidadania, como demonstrado por Demant (2008), constituiu um cenário de cidadãos juridicamente iguais, livres pessoal e economicamente, mas também de grupos convivendo sob bases hierárquicas e, sobretudo, desiguais.

Em toda sociedade, a parcela da população considerada vulnerável certamente demanda do poder público uma agenda que tome como ponto de partida suas particularidades. Assim, analisando a competência do nome social enquanto dispositivo de garantia dos direitos “civis e políticos, completos e iguais” citados por Demant (2008) à população transexual e travesti, os quais fazem parte do grupo minoritário, observa-se que o pioneirismo brasileiro na elaboração desta política permite o porte de

um nome que não tem nenhum efeito legal, tampouco garantia de acesso aos direitos de forma plena, uma vez que

Considerando as regulamentações legais previstas no Código Civil e na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), aliadas à imprevisível hermenêutica jurídica, o uso do nome (social) terá sempre restrições e normas reguladoras, gerando desconforto e situações de constrangimento, pois sempre será preciso apresentar um documento com foto e com o nome civil, ao mesmo tempo que será preciso explicar o contexto corpo/ foto/ gênero/ identidade, contando ainda com a benevolência do outro. É como se o sujeito estivesse em constante suspeição, tendo que se explicar como um personagem criado e com risco de ser denunciado (ALVES, 2017, p. 76).

Com efeito, o nome social, especialmente o Decreto 8.727/ 16, encontra-se imerso em uma rede de poder exercida por uma legislação completamente estanque e limitada fundamentada por práticas culturais, médicas, políticas e psicológicas que, historicamente, funcionam a serviço da manutenção da hegemonia heterossexual. Fica evidenciado ainda que o decreto não faz jus a um dos seus objetivos principais, qual seja, evitar a exposição desnecessária e o constrangimento nos ambientes públicos.

É importante observar que opera nesse mecanismo o que Foucault (2017) chama de governamentalidade do Estado, ou seja, “o conjunto específico de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população” (FOUCAULT, 2017, p. 429). Segundo o autor, a partir do século XVIII este tipo de governo se expandiu por todo o Ocidente levando ao desdobramento de táticas de governamentalidade.

De fato, se o Estado só pode operar por meio de leis, se o Estado só pode garantir que seus governados disponham do que ele tem a oferecer, seja em forma de políticas públicas específicas e até mesmo direitos básicos constitucionais, se esse acesso só acontece pelo meio legal, e se adquirir qualidade de cidadão significa ter acesso a estes direitos legais, resta claro que o vácuo no que tange à validade do nome social acontece de forma proposital e ainda pode-se dizer protetiva.

Neste cenário, é possível notar como o nome social se torna uma expressiva tática de governamentalidade quando adquire uma fragilidade no tocante à cidadania transexual e travesti. Por conseguinte, o direito à cidadania plena é negado de forma velada com o intuito de avultar ainda mais o marcador social da diferença, portanto, proposital. É evidente que o Estado legisla em favor dos grupos majoritários para a

manutenção da hegemonia das práticas sociais constituídas historicamente e de maneira protetiva.

2.7 Sexualidade no espaço escolar

Sabe-se, em pesquisa recente¹² sobre as vivências de pessoas travestis e transexuais no ambiente escolar, que as dificuldades enfrentadas no cotidiano da escola no tocante ao respeito ao gênero se revelou uma das principais causas de exclusão dessa população do sistema de Ensino. Tal cenário é reflexo de um mecanismo estratégico que garante também por meio da Escola a manutenção de certas formas de dominação.

Foucault (2015) mostrou em sua obra **História da Sexualidade** que o dispositivo de sexualidade se desenvolve a partir da rede que envolve “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2017, p. 364). Tal dispositivo atua manipulando a relação de força e poder existente entre esses elementos heterogêneos direcionando-os de modo estratégico. Desde sua constituição, a Escola se encarrega de classificar e hierarquizar, separando os ricos dos pobres, adultos de crianças, católicos de protestantes e meninos de meninas (LOURO, 1997), a escola atua em favor desse mecanismo de manipulação como produtora da diferença.

Considera-se a instituição Escola como um dos elementos constituintes do dispositivo de sexualidade e produtora das diferenças. A começar pelo arranjo físico, o projeto arquitetônico, tal como é evidenciado por Louro (1997), o qual delimita os espaços dos prédios escolares, das salas de aula, determinando o que cada um pode ou não fazer, definindo o lugar de cada um, organizando o espaço por meio de códigos e símbolos que constituem diferentes sujeitos, ao passo que estabelecem também modelos a serem seguidos. Foucault (2017) demonstrou que a arquitetura no final do século XVIII se desenvolveu em torno de manifestações de poder. A arte de construir passou a se relacionar com os problemas da população e discretamente delineava objetivos

¹²Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT que retrata a primeira pesquisa de âmbito nacional, virtual, realizada no Brasil em 2015 com adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais acerca das experiências vividas nas Instituições de ensino relacionadas com o respeito à identidade de gênero e/ou orientação sexual. A pesquisa também foi realizada nos países Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Colômbia para fins de comparação. <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>> Acesso em: 5 dez. 2017.

econômicos e políticos. O autor afirma que “Nos temas de vigilância, e particularmente de vigilância escolar, parece que os controles da sexualidade se inscrevem na arquitetura” (FOUCAULT, 2017, p. 323).

A Escola representa o espaço onde são produzidos homens e mulheres civilizados, os corpos devem ser disciplinados, categorizados e, nesse processo de pedagogia em que se padroniza a sexualidade, o espaço escolar torna-se terreno fértil para as práticas de sexismo, homofobia, transfobia:

Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso (LOURO, 2018, p. 31).

A escola é atravessada pelos processos externos de controle do corpo, essas práticas que “educam o corpo” que estão implícitas nas instituições sociais, demarcando e distribuindo os espaços, as roupas, as condutas, a estética, os hábitos, os gostos. Assim, instituindo um sistema escolar configurado nos padrões políticos, culturais e sociais que valorizam um público bem determinado, qual seja o homem branco, cristão e heterossexual (LOURO, 2018) constrói-se a referência, de modo que “Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’, e gays, lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual” (LOURO, 2018, p.18).

A pedagogia da sexualidade aplicada no sistema escolar de forma sutil tem efeito eficaz e duradouro. Ela atua nos corpos e sobre os corpos que “são ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos” (LOURO, 2018, p.20). Logo, existe todo um investimento que, para além de conteúdos programáticos, está voltado na coerção e produção de corpos coerentes,

Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores ‘bons’ e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas *habilidades* e não outras... E todas essas lições são atravessadas pela diferença, elas confirmam e também produzem a diferença (LOURO, 1997, p. 61).

Contudo, o processo de escolarização do corpo acontece via de mão dupla, sendo que, de um lado, a escola aplica, assim como outras instâncias sociais, as tecnologias de governo do corpo e, por outro lado, os sujeitos são participantes ativos na construção identitária por meio do autogoverno, podem assumir ou recusar a escolarização, complementando o processo.

É importante ressaltar que na busca pela disciplinarização das condutas e dos corpos, é desencadeada outra forma de controle: a vigilância. Ela acontece de todos os lados denunciando a violação da norma. Nas escolas, em particular, ficam claros os padrões e critérios para se tornar um homem e uma mulher “de verdade”. Aprovisionados com tais critérios também se torna fácil identificar quais são os sujeitos que se afastam deles. A visibilidade traz consigo o julgamento que tem como pena a exclusão, o desprezo e a exposição ao ridículo de todos os sujeitos que fogem aos padrões, pois qualquer expressão de empatia pode significar adesão às práticas não heterossexuais (LOURO, 2018).

Louro (2017) levanta a seguinte questão: se a escola teria um gênero, qual seria esse gênero? Ela analisa como a escola carrega características de ambos os gêneros. De um lado, o papel acolhedor baseado em relações de confiança, a educação e a vigilância, tarefas tradicionalmente femininas no seio familiar, por outro lado os saberes científicos e transmissão do conhecimento pertencente a um território marcadamente masculino. Ambas as características não traduzem uma resposta precisa e concreta, no entanto demonstram de maneira clara que a escola é, sobretudo, um espaço atravessado pelos gêneros, suas articulações e produção.

A autora enfatiza que a escola sempre ocupou o papel social de formadora de homens e mulheres, mas não de qualquer homem e mulher. Os padrões atribuídos ao processo de escolarização desde o surgimento da escola, formadora de “cristão, cidadão responsável; dos homens e das mulheres virtuosos/as, das elites condutoras, do povo sadio e operoso etc. (LOURO, 1997, p. 90) funcionam ainda nos dias atuais, porém com outras nuances. De fato, a escola não desempenharia sozinha tal tarefa, mas suas técnicas e arranjos contribuíram para o desenvolvimento do processo de disciplinarização dos corpos.

É importante ressaltar também que, certamente, ocorreram outros momentos em que a Igreja atuava mais fortemente no processo escolar, mas ainda é possível observar resquícios desse tempo, a saber, imagens santas, símbolos religiosos e a própria disciplina de Ensino Religioso presente nos planos escolares de ensino que representam

uma significação e certas continuidades. Esse viés religioso desencadeia uma série de questões complexas que remetem à padronização da moral, bons costumes, comportamento.

A escola como lócus de um saber padronizado sobre as coisas, as pessoas, as condutas e sobre si mesmo representa um espaço de aprendizado que diz algo para quem sofreu o processo de escolarização, assim como todo o meio social. As marcas desse processo se perpetuam em todas as instâncias dentro e fora da escola evidenciando o caráter dominante e privilegiado que certas Instituições possuem no tocante à constituição dos sujeitos.

Segundo a ótica de Foucault (2017), os processos estratégicos de dominação por meio de um poder específico, como o disciplinar contido nas práticas cotidianas ou o biopoder que envolve o coletivo ou “corpo molar da população” não é unilateral, exige uma força difusa, um poder que se estabelece “capilarmente” a partir da cooperação de várias instâncias engajadas no mesmo propósito. A saber, a imposição sexual se dá na articulação de instâncias heterogêneas, família, medicina, justiça, escola. Cada uma à sua maneira, mas até certo ponto conectadas consegue impelir essa autoridade. Nesse dinamismo, as instituições funcionam como transmissoras do poder que se impõe por meio dos discursos de verdade. Tais discursos julgam, classificam e definem certo modo de viver e morrer.

Os sujeitos que sofrem a ação do poder são efeitos desse mecanismo. No entanto, é impossível uma imposição externa aos sujeitos inertes, passivos, sem que haja uma reação, pois além de receptores são também produtores e transmissores do poder. O exercício do poder, ou estar subjugado a um poder não anula a existência do sujeito. É preciso observar que o processo de governo do corpo está muito bem amarrado, emparelhado de forma que as rupturas, muitas vezes, não são notadas por representarem o lado que sempre ocupou a posição de subordinado. Contudo, sempre existem diferentes posições sociais contraditórias, trajetórias individuais ou coletivas que criam a zona de conflito respondendo ativamente como forma de resistência. Portanto, existe a possibilidade de transformação, outras formas de produção, outros valores e representações.

2.8 Um espaço escolar sem gênero

O sexo sempre representou uma obscuridade, um cuidado, um falar em voz baixa que o confiscou para a intimidade familiar. Regulado basicamente pela pastoral cristã tornou-se um segredo, foi expulso, silenciado ganhando status de proibição. Mas a partir do século XVIII o sexo se torna questão política, uma vez que se relacionava às questões de natalidade, mortalidade, incidência de doenças, fecundidade, idade do casamento, nascimentos legítimos e ilegítimos, práticas contraceptivas. Como afirma Foucault (2015),

(...) é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo (FOUCAULT, 2015, p. 29).

Sendo assim, o sexo se torna objeto de análise e a conduta sexual se torna alvo de intervenção política. A multiplicidade das sexualidades periféricas (FOUCAULT, 2015) deslocou o sexo desviante do campo da proibição para outro no qual ele seria adestrado. As orientações acerca das condutas sexuais foram categorizadas, codificadas, a sexualidade antes contida se tornou tema de discursos, saberes, regras. Criaram-se dispositivos de observação, controle, procedimentos para registrar e interrogar, todo um mecanismo funcionando em diferentes instituições administrado pela “polícia do sexo, isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2015, p. 28).

Dentre os organismos de controle figura a Instituição escolar. Preeminente no que tange à transmissão de saberes e formação pessoal, a escola também se torna local de vigilância da sexualidade das crianças e jovens. Todavia, a indiferença em torno do sexo das crianças tornou-o silencioso, quase negado. O controle ocorria de forma velada manifestando-se, como afirma Foucault (2015), no

espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados pela vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala de maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição --- o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar --- articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. O sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII --- e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral---, um problema público (FOUCAULT, 2015, p. 31).

As transformações da sociedade moderna trouxeram novos sujeitos para a sala de aula, sua sexualidade diverge ao mesmo tempo em que contesta o padrão cartesiano de comportamento ensinado na escola tradicional. Isso exigiu certo deslocamento dos saberes acerca da sexualidade humana sem precedentes no ambiente acadêmico.

Contudo, esse cenário marcado por signos sociais sedimentados no sistema cisheteronormativo torna obscura a forma como as Instituições escolares trabalham as questões de gênero e sexualidade e, sobretudo, como promovem o enfrentamento ao preconceito e exclusão. A escola se torna mais um espaço que dificulta a manifestação de outras formas sexuais, pois se encontra configurada para produzir as diferenças que teoricamente empenha-se em respeitar. Essa dissonância revela uma escola que

nega e ignora formas não heterossexuais de sexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e ignorância (LOURO, 2018, p. 37-38).

Os últimos anos ficaram marcados pelo aparecimento de políticas de enfrentamento ao preconceito e respeito à diversidade de gênero no ambiente escolar como forma de combater os discursos que ainda se encontram arraigados nos padrões hegemônicos. Todavia, a mudança desse cenário ocorre a passos lentos e ainda representa local de muita luta e resistência como será demonstrado nas análises de algumas iniciativas.

Em 2011, o projeto Escola Sem Homofobia, iniciado pelo Ministério da Educação com ação participativa da sociedade civil, representou uma tentativa pioneira na promoção do reconhecimento da diversidade sexual e combate à homofobia dentro das escolas. Assim, alvo de críticas tanto de setores conservadores da sociedade quanto do Congresso Nacional (dentre eles o atual presidente do Brasil), muitos ligados às entidades religiosas se organizaram e conseguiram impedir que o projeto fosse adiante. Dentre as justificativas para impedir a concretude do projeto, destacam-se a incitação à sexualidade precoce, a estimulação à promiscuidade e ao homossexualismo.

As principais críticas recaíram sobre o material didático do projeto que seria distribuído nas escolas a professores e alunos do ensino médio. O material composto por ferramentas dinâmicas de ensino-aprendizagem serviria de aporte teórico que orientaria para a execução de práticas não homofóbicas e ao respeito à diversidade sexual.

No entanto, esse material ficou conhecido pelo nome pejorativo de *kit gay* e sua veiculação foi proibida devido a pressões contrárias. É importante ressaltar que tanto os representantes da comunidade LGBTTAIQ, quanto da UNESCO no Brasil (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) reconheceram que o conteúdo do material não oferecia risco algum à inocência das crianças e jovens, tampouco representava uma forma de incentivo à sexualidade precoce, como afirmavam críticas contrárias. O Conselho Federal de Psicologia se manifestou por meio de nota que corrobora com o ponto de vista do MEC e da UNESCO, segue trecho:

Os materiais apresentados para o projeto Escola Sem Homofobia estão adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam, com linguagem contemporânea e de acordo com a problemática enfrentada na escola na atualidade (...). É notório o cuidado didático pedagógico e qualidade visual com que foi criado e desenvolvido todo o conjunto educacional apresentado no kit – vídeos, livretos, cartilhas, boletins com temas específicos e panfletos. Trata-se de uma produção densa, cuidadosa, bem articulada com recurso de acessibilidade e dinâmicas para pessoas com deficiência visual e auditiva. Representa material de vanguarda, pois são instrumentos de capacitação e formação continuada para o próprio professor, no sentido de referendar políticas educacionais e de saúde adotadas em âmbito nacional. O kit reforça a atenção e cuidado com os temas transversais da educação nas relações de ensino aprendizagem, como no caso do respeito à diversidade sexual. O material convida o educador a voltar-se para o compromisso ético das competências profissionais, na luta e enfrentamento do sofrimento de adolescentes Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, com proposta de intervenção prática para a redução de problemas diante do alto índice de agressões registradas nas pesquisas prévias (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Mais tarde, no ano de 2014, houve a aprovação do Plano Nacional de Ensino (PNE) sem contemplar as deliberações das Conferências Nacionais de Educação sobre equidade de gênero e respeito à diversidade sexual. A frase do Art. 2º- “São diretrizes do PNE (...) III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2010) foi substituída pela frase “III- reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades” (BRASIL, 2012), essa alteração, segundo a ABGLT (2017), não garante que o tema gênero e orientação sexual esteja incluído no termo mais amplo “diversidades”.

Seguindo essa mesma linha, em 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) acatou a sugestão do Ministério da Educação (MEC) e aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece as diretrizes para a educação básica em todas as escolas brasileiras, com supressões dos termos gênero e orientação

sexual de alguns trechos¹³. A CNE justificou as mudanças devido às controvérsias sobre o tema “gênero” nos debates públicos e decidiu que estabeleceria normativas para tratar orientação sexual e identidade de gênero, posteriormente (CNE, 2017).

A ABGLT alertou que a retirada desses termos nos documentos oficiais representava um retrocesso quanto à inclusão de temas transversais que envolvem o respeito à diversidade sexual no âmbito educacional,

Ser omissos e não nominar especificamente a orientação sexual e identidade de gênero na BNCC significa respaldar e ser conivente com o preconceito, a discriminação, o estigma e a violência vivenciados por estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nos ambientes educacionais e, pior, significa indiferença e inércia por parte das autoridades constituídas em assumir sua obrigação de tomar medidas para garantir a segurança e a permanência de todos/ todas os/ as estudantes nas escolas, inclusive os/ as estudantes LGBT, ferindo assim a Constituição Federal, os marcos normativos da educação brasileira e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário (ABGLT, 2017).

Paralelo às discussões em torno da BNCC houve grande mobilização na contramão da agenda que objetivava incluir questões de gênero na educação. Grupos antigênero, como parlamentares vinculados a grupos religiosos, líderes católicos e evangélicos representantes de entidades da sociedade civil, dentre elas pode-se destacar a Igreja Católica como ator ativo nas discussões, travavam embates fervorosos com representantes de movimentos feministas e LGBTTAIQ.

Na esteira dos debates, reaparece o termo “ideologia de gênero”. Este termo foi usado pela primeira vez em 1998 em documento eclesiástico da Conferência Episcopal do Peru, intitulado: *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, o qual associava a perspectiva de gênero ao marxismo, ateísmo e construcionismo negando, assim, a dimensão natural do homem e da mulher (MACHADO, 2018). No Brasil, este termo foi usado em meados de 2003 por parlamentares que não apoiavam a agenda dos movimentos feministas e LGBTTAIQ que propuseram a inclusão da perspectiva de gênero no campo da educação, dos direitos humanos e da saúde.

Além disso, em 2010, Jorge Scala um advogado argentino e cristão publica o livro: *Ideologia de género: El género como herramienta de poder*, que mais tarde deu

¹³ Ver tabela com alterações do texto da BNCC. NORO, Deisi. **Diversidade sexual e de gênero na formação docente**: a heteronormatividade diante das neurociências, 2019, 147 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande d Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Porto Alegre, 2019, p.70-72. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/196534>> Acesso em 24 set. 2019.

origem à obra que foi lançada e bastante difundida no Brasil com o título: Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família (MACHADO, 2018).

Scala apud Machado (2018) denuncia o caráter ideológico dos estudos de gênero e argumenta que não apresentam base teórica, portanto não passam de uma ideologia, ou seja, de um conjunto de ideias fechadas sedimentadas num pressuposto básico falso. O autor pontua ainda que a perspectiva de gênero se tornou um mecanismo de poder que pode levar ao totalitarismo, assim como no marxismo e nazismo que se impõem por meios educacionais formais (universidade, escola) e não formais (veículos de propaganda).

O termo engloba basicamente o que as partes contrárias entendiam por identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual, mas de uma forma deturpada. Isso se desenvolveu numa mescla de informações interpretadas de maneira equivocada e distorcidas que deu origem a crença de que tratar questões de gênero na escola seria doutrinar, ou seja, impor uma “ideologia de gênero” às crianças e adolescentes causando a perda de identidade do sujeito e a desconstrução das famílias naturais tradicionais. A repercussão da “ideologia de gênero” promovida pelos setores conservadores, sobretudo a bancada evangélica, tinha o intuito de angariar opiniões a favor da proibição do tema gênero nas escolas e,

O que se vê, nesse caso, é um empenho em promover a restauração ou, ainda, um *aggiornamento* do estatuto da ordem sexual tradicional, de modo a reafirmar sua hegemonia, reiterar seus postulados, hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios e, assim, permitir uma legitimação ulterior das normas de gênero sintonizadas com a dominação masculina, a heterossexualização compulsória e a configuração de hierarquias sociais (JUNQUEIRA, 2018, p. 456).

Entretanto, é importante ressaltar que o termo “ideologia de gênero” não é considerado um conceito teórico, mas sim um sintagma, um neologismo que emergiu como slogan das agendas antigênero transnacionais que buscam a “mobilização da ordem moral e o revigoramento de visões de mundo tradicionais” (JUNQUEIRA, 2018, p. 452). A centralidade de tais agendas assenta-se na contenção dos avanços acerca de gênero, sexo e sexualidade afirmando concepções tradicionalistas, sobretudo a (re) biologização da diferença sexual, a (re) hierarquização das diferenças e a manutenção da “única família natural”, patriarcal e fundada na união monogâmica entre homem e mulher (JUNQUEIRA, 2018).

Diante de tal cenário, depreendem-se várias questões factíveis de análises, das quais seguem algumas abaixo. Em primeiro lugar, é possível observar que existe insegurança, um temor social diante dos novos arranjos advindos de uma concepção de gênero e sexualidade desprovida do caráter essencialista. O chamado pânico moral, ou seja, o medo social relacionado com as transformações acontece concomitante à abjeção e repulsa das novas ideias e seus formuladores (JUNQUEIRA, 2018), uma vez que, “Para os grupos conservadores, tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos, valores e ‘modos de vida’” (LOURO, 2018, p.39).

A homossexualidade, por exemplo, certamente causa uma desestabilização dos papéis sexuais e sua fixidez, na hierarquia de um sexo sobre o outro, muda as configurações do modelo familiar tradicional, mas “nossa sociedade construiu historicamente a imagem de *gays* como uma ameaça ao *status quo* (MISKOLCI, 2007, p.104).

Em seguida, esboça-se uma preocupação exacerbada no tocante à sexualidade de crianças e jovens, tal qual acontecia no século XVIII conforme aparece neste trecho em Foucault (2015):

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdité-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (FOUCAULT, 2015, p.8).

Foucault (2015) afirma que existe uma tratativa muito bem arquitetada entre as forças dominantes que legitima quem pode falar de sexo, onde e de que maneira falar. Isso fica claro quando a família ocupa lugar privilegiado na transmissão de valores e crenças, na educação moral e sexual das crianças e adolescentes. Consensualmente, a escola não está legitimada para tal tarefa, nesse ambiente o sexo é silenciado, contido no discurso de viés biológico em prol de uma escola sem gênero, não ideológica e doutrinadora (JUNQUEIRA, 2018).

Outro fato observado é que, nos processos de mudanças sociais onde existe a demanda de direitos, sobretudo relacionados à liberdade individual, a Igreja Católica sempre desponta em conflito com grupos que atuam em defesa dos direitos humanos. A entidade, de postura conservadora, se manifesta publicamente de forma fundamentalista acerca do aborto, de métodos contraceptivos, reprodução e questões relacionadas à

sexualidade e tenta impor seu posicionamento em diversos países, sobretudo nos latinos americanos (LUNA, 2017).

Na esteira das discussões sobre a BNCC, por exemplo, chamamentos de alerta à comunidade por meio da Igreja se tornaram comuns: “O tempo urge! Está para ser ultimado o decreto sobre a Base Nacional Curricular Comum em nosso país que, se for deixado com as menções sobre a ideologia de gênero, nos deixará à mercê de um futuro perigoso para a nossa civilização” (CNBB, 2017).

Junqueira (2018) salienta que, desde a década de 1960, existe um trabalho em favor da reafirmação dos princípios católicos em defesa da ordem moral e antigênero que vem “agindo como se estivessem orientados por princípios técnicos, científicos, legais, democráticos, laicos, não-ideológicos e em favor do interesse comum” (JUNQUEIRA, 2018, p. 486). As concepções hierárquicas, heteronormativas, autoritárias e tradicionais difundidas pelo movimento tem se fortalecido com a adesão de setores políticos, da área da saúde, de outras religiões, grupos não religiosos, entre outros. Contudo, mesmo que não explicitamente sempre haverá uma matriz religiosa insuflando essas correntes.

Nesse sentido, fica evidente o vigor social no combate a quaisquer iniciativas de gênero e sexualidade na esfera educacional, deixando claro que o respeito à diversidade de gênero não representa pauta a compor políticas futuras. Esse enfrentamento se torna mais forte aliado às práticas político-discursivas trazidas pela retórica “ideologia de gênero” que causou o contingenciamento da opinião pública. Dessa forma, a Escola e a população LGBTTAIQ foram colocadas no centro desses debates como dois atores sociais mutuamente excludentes, como se o ambiente escolar não fosse o lugar apropriado para expor as subjetividades trazidas por esse grupo. Isso causa a desestabilização do caráter público e laico da Instituição Escolar (JUNQUEIRA, 2018) e representa mais um desafio diante dos esforços acerca da manutenção e avanços dos direitos de pessoas LGBTTAIQ no cenário educacional.

2.9 Cenário político e perspectivas futuras

Nos debates acerca da inclusão do tema gênero e orientação sexual no currículo escolar, foi possível observar que o ambiente permanece hostil a essas questões. Com a rejeição dessas agendas desenvolveram-se várias frentes antigênero que uniram forças, sobretudo políticas, em defesa dos valores morais tradicionais.

Tais embates serviram como indicadores que demonstraram a falta de conhecimento e interesse pelo tema, o temor social relativo a mudanças. Houve a manifestação do preconceito, antes velado, em diversas práticas e ainda demonstraram a força que a pressão popular exerce sobre o Estado, mesmo que isso resultasse na perda de direitos e exclusão social de grupos minoritários. Além disso, o descontentamento social com o sistema político de governo contribuiu para que parlamentares conservadores se ancorassem nos discursos contra a “ideologia de gênero”, na decadência moral, na destruição da família, para se promoverem e dividirem a opinião pública.

Nesse sentido, pode-se observar que tanto o cenário político quanto o social, oferecem um futuro incerto acerca das agendas sociais que empenhem avanços em políticas públicas em favor da população LGBTTAIQ.

O Brasil, atualmente, passa por um período de crise ideológica retomando embates políticos que há mais de dois séculos figuram entre dois movimentos, os chamados de direita e esquerda. Esses dois segmentos ganharam força no período da ditadura Militar no Brasil, os apoiadores da ditadura foram considerados de direita enquanto os defensores do socialismo, de esquerda.

Os termos direita e esquerda são usados para designar movimentos políticos que têm ideias opostas, “indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesse e valorações (*valutazione*) a respeito da direção a ser seguida pela sociedade” (BOBBIO, 1995, p. 33).

Os movimentos de esquerda formados pelos ambientalistas, progressistas, socialistas democráticos, estão mais alinhados com a promoção da justiça social e com políticas emancipatórias na construção de uma sociedade democrática. Já os movimentos de direita abrangem democratas cristãos, conservadores, nacionalistas e liberais e estão mais inclinados com o bem-estar individual, representam interesses econômicos elitistas e defendem a manutenção dos valores tradicionais e a moral com

base religiosa. Com base nessas matrizes, seguiram-se outros movimentos como os de extrema direita, extrema esquerda e centro (BOBBIO, 1995).

O atual governo instalado no Brasil vem colocando em prática um projeto político ancorado no neoliberalismo, que tem como premissa a diminuição da intervenção estatal na economia, tratados de livre-comércio e o desaparecimento do Estado por meio das privatizações, (TORRES, 2009). A defesa do Estado mínimo, que implica na redução do gasto público, tem impactado diretamente em importantes setores responsáveis por programas sociais e reformulou ministérios evidenciando qual o foco desse governo.

Com a aprovação da medida provisória 870/19 que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios (BRASIL, 2019), as pautas relacionadas à população LGBTTAIQ ficaram a cargo do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos sob responsabilidade da pastora Damares Alves, dentro da Secretaria de Proteção Global.

Representantes LGBTTAIQ criticaram a medida argumentando que não ficou claro como o atual governo incluirá as demandas dessa população nas diretrizes de promoção aos direitos humanos, pois o documento sequer faz menção ao grupo, enquanto evidencia, por meio de secretarias específicas, outras minorias como mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, população negra, idosos, minorias étnicas, sociais e índios (BRASIL, 2019).

Torres (2009) ressalta que “O desmonte das políticas públicas do estado de bem-estar social não se faz indiscriminadamente, mas seletivamente, dirigindo-se a alvos específicos” (TORRES, 2009, p.110), ou seja, se existe uma seleção que faz um grupo mais legítimo que outro nas diretrizes de implementação de políticas públicas, conseqüentemente há razões para a comunidade LGBTTAIQ ficar alerta quanto a perda e estagnação dos direitos já conquistados. Os governos anteriores ficaram marcados pelos avanços concretos¹⁴ de valorização a esse grupo, e pelo espaço cedido às questões relacionadas à população LGBTTAIQ que integravam uma Coordenadoria específica na Secretaria de Direitos humanos. Com a mudança de governo, essa agenda não só foi remanejada, mas praticamente deixou de existir.

¹⁴Ver tabela 1. Medidas dos governos Lula e Dilma de valorização da população LGBT.

No discurso de Damares Alves na cerimônia de transmissão de cargo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a ministra coloca em evidência os grupos minoritários aos quais se direcionarão as políticas públicas desse Ministério, segue trecho:

Nós conhecemos e nos preocupamos com a realidade do jovem negro, indígena, cigano, ribeirinho, quilombola, o boia fria. Estes jovens invisíveis que trabalham de sol a sol sem acesso à saúde, educação, sem moradia, trabalho e renda terão o protagonismo que merecem nesse ministério. Cuidaremos de todos com políticas públicas sérias e equilibradas respeitando sua cultura e seu modo de ser dentro do caráter universal dos direitos humanos (PODER 360, 2019).

É importante ressaltar que, durante todo o discurso, a ministra fez apenas uma breve passagem garantindo o diálogo e a manutenção de direitos LGBTTAQI. Um aspecto importante a ser observado, é a forma como a ministra enfatiza a divisão binária de gênero entre meninos e meninas em falas como: “É uma nova era no Brasil, menina veste azul e menina veste rosa” (PODER 360, 2019).

Nossas meninas e meninos estão entre os bens mais preciosos da nação. E neste governo menina será princesa e menino será príncipe tá dado o recado... Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes. No Brasil temos meninos e meninas (PODER 360, 2019)

O referido discurso remete aos episódios acontecidos no período da aprovação da BNCC e o polêmico termo “ideologia de gênero” e demonstra a convergência da ministra com o caráter biologicista da sexualidade humana. A inclusão dos temas relacionados ao gênero e sexualidade representa, ainda, local de discussões que se intensificaram numa fase política extremamente conturbada. Em tempo de combate de caráter ideológico, o posicionamento do Estado tomou forma, sendo personificado no discurso dos representantes de seus Ministérios, como assegura a ANTRA (2018),

Com o final do processo eleitoral o governo brasileiro intensificou as suas investidas contra a população LGBT usando o termo “ideologia de gênero” para se referir a qualquer coisa que diga respeito à forma como os LGBTI disputam as suas pautas. O desrespeito governamental fica evidente nas inúmeras declarações de diferentes membros desse governo ao se referir às nossas demandas. (...) Portanto, é desonesto afirmar que o governo se preocupa e respeita a orientação sexual e identidade de gênero de sua população. É mentiroso afirmar que esse governo trabalha para que essa população possa ter garantido os seus direitos (ANTRA, 2018).

Além do aspecto biologista que norteará as questões de gênero e sexualidade, conforme sinalizado pelo governo atual, o fundamentalismo religioso fica evidente na fala da ministra Damares Alves: “O estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”. De fato, o espaço público brasileiro ainda dialoga com a religião, mas o princípio da laicidade conferiu equilíbrio nessa separação de forças entre a Igreja e o Estado e legitimou a soberania popular em detrimento de princípios religiosos (GIUMBELLI, 2008).

Entretanto, é possível notar no cenário político brasileiro iniciativas de projetos que visam a intervenção das Associações Religiosas nos assuntos de Estado como as da Frente Parlamentar Evangélica, composta por políticos evangélicos de partidos distintos e também conhecida nacionalmente por bancada evangélica. Em 2011, a bancada evangélica propôs a PEC 99/ 2011 que autorizava as Associações Religiosas a questionarem leis junto ao Supremo Tribunal Federal por meio de recursos como Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. É importante ressaltar que o autor desta PEC, o deputado João Campos (PSDB-GO), apresentou, em 2013, a proposta da “cura gay”, a qual ele mesmo retirou por pressão do seu próprio partido.

Nesse sentido, é inegável que existe um projeto de fundamentalismo religioso em curso almejando momento político favorável para se estabelecer, e que esse espaço parece ser o atual conforme sinalizado no discurso da ministra. Isso significa que as questões de interesse público, o enfrentamento de crises, o investimento, a aprovação de leis e a implementação de políticas públicas, enfim, todas as questões que abrangem uma infinidade de subjetividades, característica relevante do povo brasileiro, serão filtradas por uma lente de cunho religioso que terá preeminência nos atos governamentais em detrimento da neutralidade prevista na legislação brasileira?

Ainda sobre o discurso da ministra Damares Alves, ela faz referência à “Escola sem partido”, um fenômeno social alvo de vários projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, todos inspirados no programa criado no ano de 2004 pela sociedade civil. O programa estabelece limites na atuação do professor dentro da sala de aula quanto às suas crenças pessoais, dentre elas doutrinação político-partidária e ideológica de gênero (FRIGOTTO, 2017). De acordo com a ministra, “Um dos desafios desse atual governo é acabar com o abuso da doutrinação ideológica. Trabalharemos com o poder público para construir um Brasil em que nossas crianças tenham acesso à verdade e sejam livres para pensar” (PODER 360, 2019).

O alinhamento com projetos que policiam a atuação do professor por meio de procedimentos de vigilância, controle e criminalização e demoniza as práticas e conceitos complementares à educação plena, representa indícios de uma reforma moralizante para uma educação autoritária. Dessa forma, está implícito nesse projeto,

(...) a defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero de etnia, da pobreza e dos pobres etc... Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

Não obstante, o atual governo colocou em prática o projeto de militarização das escolas públicas que tem, dentre vários objetivos, a melhoria da aprendizagem e a contenção da indisciplina. Esse projeto aliado ao projeto “Escola sem partido” se torna porta de entrada para violência simbólica aos alunos que não terão respeitadas suas subjetividades devido ao apagamento das diversidades, modelo característico dos colégios militares e aos professores que ficarão à mercê de denúncias oriundas daqueles que não corroborarem com algum tema debatido em sala de aula. Assim, iniciou-se no Brasil o silenciamento da educação, pois,

É o ato de educar, como mediação complexa da formação humana, que é alvo do conservadorismo das elites empresariais e de grupos políticos-religiosos por intermédios de seus intelectuais e parlamentares comprometidos com o atraso em termos inquisitoriais: “A pedagogia da confiança e o diálogo crítico são substituídos pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores” Isto porque incomoda aos setores conservadores do país que o ato de educar seja um “confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem sujeitos autônomos”(FRIGOTTO, 2017, p. 8).

Esse aparelhamento que articula o descrédito ao professor e seu trabalho, uma educação policiada e coercitiva e a desvalorização do ensino público, orientam para a instauração de um regime doutrinador no espaço público escolar que integram um mecanismo muito bem arquitetado que tem por finalidade incutir os princípios fundamentalistas, conservadores e reacionários já demonstrados pelo atual governo. Isso coloca em risco o processo de construção de uma sociedade democrática, inclusiva e igualitária.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Optou-se pela pesquisa com procedimentos qualitativos buscando aprofundar “no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 22). Os instrumentos de coleta de dados deste trabalho envolveram a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa documental envolveu a análise da legislação Federal que regula o uso nome social por meio do decreto 8.727/16, pois se trata da única legislação vigente no CEFET-MG que contempla pessoas transexuais e travestis, pois o órgão não possui legislação própria sobre o nome social, como em outras Instituições.

A pesquisa bibliográfica, com base no material indicado nas Referências, serviu de aporte teórico para a análise da implicação dos dispositivos sócio-históricos na construção da sexualidade, bem como a influência dessa construção na visão estigmatizada da sociedade diante das diversas orientações sexuais.

Foram utilizadas também entrevistas semiestruturadas (conforme modelo no APÊNDICE A) para a análise de como sujeitos transexuais e travestis percebem o nome social no CEFET-MG. E como o nome social influencia a forma como percebem a si próprios e suas relações interpessoais dentro do ambiente acadêmico.

É importante ressaltar que as entrevistas permitem ao pesquisador conduzir o entrevistado de modo que este aborde livremente o tema proposto de forma espontânea, pois “se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (MINAYO, 2002, p.57).

Os dados coletados nas entrevistas foram analisados à luz da Análise do Discurso, tomando a linguagem como mediadora entre o sujeito e sua realidade social: “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2015, p. 13).

A Análise do Discurso analisa o ser humano falando e produzindo o sentido constitutivo de si e sua história. Considera o ser humano

enquanto sujeito e enquanto membro de uma determinada forma de sociedade. Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer (ORLANDI, 2015, p. 14).

A análise partiu da materialização do discurso no texto, da compreensão do modo como foram produzidos os discursos e como estabeleceram sentido, tomando como base três premissas: a primeira estabeleceu que a percepção de si só se dá a partir das relações que ligam ao outro, isto é, “o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto” (BRANDÃO, 2004, p.76). Em outras palavras:

Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2015, p. 37).

A segunda premissa considerou o lugar de fala dos sujeitos em relação à sua posição nas hierarquias sociais, sendo os sujeitos pensados como essencialmente históricos, uma vez que são marcados espacial e temporalmente (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Por fim, a terceira premissa considerou o sujeito ideológico, uma vez que “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 44). Nesse sentido, sua fala deve ser analisada como “um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social” (BRANDÃO, 2004, p. 59).

A Análise do Discurso se diferencia da Análise do Conteúdo, pois enquanto esta busca sentido somente nos textos questionando “o que este texto quer dizer?”, a Análise do Discurso busca produzir sentidos, interpretar por meio da junção da língua e a história com a questão “como este texto significa?” (ORLANDI, 2015).

Herdeira de três áreas de conhecimento: Psicanálise, Linguística, Marxismo, a Análise do Discurso interpreta a língua não só como estrutura, mas como acontecimento (ORLANDI, 2015), constrói escutas por meio de uma nova prática de leitura “que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito” (ORLANDI, 2015, p. 32).

3.1 O espaço da pesquisa

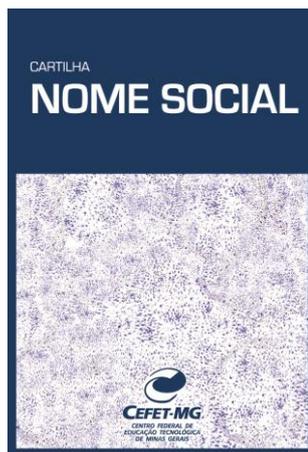
O *locus* dessa pesquisa foi o Centro Federal de Educação tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)¹⁵. A Instituição centenária foi fundada em 1909 com o nome de Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais e ao longo das décadas foi rebatizada até se institucionalizar com o nome atual. No momento, o CEFET-MG conta com 11 unidades nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Araxá, Curvelo, Divinópolis, Leopoldina, Nepomuceno, Timóteo e Varginha, pontos estratégicos de desenvolvimento industrial no estado de Minas Gerais.

A Instituição se destaca no cenário educacional pela excelência na educação profissional e técnica que, acompanhando o processo de mudanças mercadológicas e industriais, evoluiu para um ensino verticalizado (o ensino técnico de nível médio até o doutoramento) e se consolidou em várias áreas do conhecimento. Até 2017, foram ofertados 16 cursos de graduação e 20 cursos técnicos gratuitos que totalizavam mais de 6.000 mil matrículas efetivadas nos cursos de nível superior e mais de 8.000 mil nos cursos de nível técnico.

O CEFET-MG preza pela responsabilidade social e trabalha para “estimular o conhecimento dos problemas da sociedade, em particular os nacionais e regionais (...) estimular a solidariedade nacional e internacional, com vistas à melhoria das condições de vida da comunidade e à construção de uma sociedade justa e democrática;” (CEFET, 2018a, grifo nosso). Com base nisso, observa-se que a comunidade cefetiana vem trabalhando pela inclusão da população LGBTTAIQ promovendo discussões em grupos de pesquisas como o Grupo GENTTE e o NEGED, este último integrante o CGRID, unidade organizacional da Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário do CEFET-MG.

Exemplo disso foi o lançamento, em 2018, da Cartilha Nome Social em todos os *campi* do CEFET. A iniciativa partiu da Coordenadoria de Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes da Secretaria de Política Estudantil (SPE). O material trouxe orientações acerca da legislação que regula o nome social, um glossário com conceitos pertinentes à diversidade e gênero e indicações de obras e filmes para aprofundamento do tema.

¹⁵ Informações retiradas no site da Instituição. Disponível em: <<https://www.cefetmg.br/>> Acesso em: 1º out 2019.



Cartilha Nome Social

Fonte: CEFET-MG (2018b)

Versão on-line disponível em:
<http://www.spe.cefetmg.br/versao-online/>

Um ponto a destacar é que a cartilha orienta tanto as pessoas pertencentes à comunidade LGBTTAIQ sobre os procedimentos burocráticos e necessários ao requerimento do nome social na Instituição, quanto a comunidade cefetiana mais ampla, no que tange ao conhecimento dos direitos da população LGBTAIQ no âmbito educacional e o respeito ao gênero de cada indivíduo. São essas pequenas ações estimuladas no cotidiano escolar que promoverão futuramente a ruptura com práticas de exclusão e preconceito.

3.2 Os sujeitos da pesquisa

A amostra das entrevistas foi obtida por meio de busca no Registro Acadêmico de todos os estudantes que utilizavam o nome social e em todas as unidades do CEFET-MG. Os critérios de escolha inicialmente utilizados foram: ser aluno regular do CEFET-MG; usar o nome social; se autodeclarar transexual ou travesti. Contudo, o Registro Acadêmico constatou a presença de apenas quatro indivíduos que faziam uso do nome social. Todos os participantes se declararam transexuais.

Analisando a amostragem foi constatado que um dos estudantes era egresso e dos três restantes somente dois usavam o nome social, pois um deles já havia retificado o nome nos documentos civis. Com o quantitativo reduzido, decidiu-se por incluir os quatro sujeitos na pesquisa.

Tais estudantes foram convidados via e-mail a participar da pesquisa, sendo que aceitaram prontamente. No entanto, durante o percurso um dos sujeitos desistiu da

entrevista por orientação de seu psicólogo, com a justificativa de que relatar sua vivência transexual na pesquisa traria memórias que poderiam agravar seu estado depressivo. Tal episódio colocou em evidência a depressão, um fenômeno social que tem assolado a população LGBTTAIQ e se tornou mais um fator, dentre muitos, no agravo à vulnerabilidade dessa população, portanto essa questão integrará os pontos de análise deste trabalho.

A amostra deste trabalho foi constituída, portanto, por apenas três estudantes que se autodeclararam transexuais, conforme tabela abaixo. O nome dos participantes foi modificado com a finalidade de guardar o anonimato.

Gráfico 1: Perfil dos participantes

	Gênero	Sexo atribuído no nascimento	Idade	Escolaridade	Vínculo com a Instituição CEFET-MG	Nome Social	Profissão
Luiz	masculino	Feminino	23	Superior incompleto	Aluno regular	Usou no CEFET-MG (Já refiticado)	Aux. Administrativo
Patrícia	Feminino	Masculino	17	Ensino médio incompleto	Aluna Regular	Usa Nome Social no CEFET-MG	Não trabalha
Gabriela	Feminino	Masculino	31	Superior incompleto	Egresso	Usou no CEFET-MG (Já refiticado)	Servidora Pública

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4 TRANSITANDO ENTRE OS DISCURSOS, INTERDISCURSOS, O DITO E O NÃO-DITO

A análise aqui empregada representa uma das várias possibilidades de interpretação do objeto, não se esgota e permite releituras, bem como outras abordagens. Na Análise do Discurso, a construção do olhar interpretativo leva a cabo quem fala, de onde fala e sob qual dispositivo teórico está alicerçada a análise. Certamente, ela não é de todo objetiva, mas deve ser o menos subjetiva possível (ORLANDI, 2015). Assim, fica sob responsabilidade do pesquisador a formulação da questão que desencadeia a análise.

É importante mencionar que este trabalho passa pela lente de uma pesquisadora cônica de que o lugar de enunciação também pode ser lugar de reprodução das hierarquias, cônica do seu lugar cisheteronormativo, portanto, privilegiado e desprovido do protagonismo válido e necessário no tocante às questões que envolvem as vivências LGBTTAIQ, mas, sobretudo consciência do seu engajamento e solidariedade para com as vivências oprimidas. Traz nessas análises, portanto, um profundo desejo de transformação que vem somar no conjunto de forças que tem sido empenhadas para desconstruir esse (cis)tema que, além de excluir grupos minoritários, se encarrega de separar a humanidade.

Uma análise não é igual a outra, porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais (ORLANDI, 2015, p. 25). Contudo, o fato do procedimento analítico estar filtrado pela lente da pesquisadora e, de certa maneira, estar atravessada pela sua subjetividade, não faz esta análise inconsistente, pois as várias possibilidades de interpretação não têm a ver com a objetividade, mas “com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise, assim como dispositivo teórico de interpretação que construímos” (ORLANDI, 2015, p. 62). É importante também mencionar que esta análise

não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2015, p. 24).

O *corpus* analisado foi extraído dos discursos dos participantes da pesquisa, transexuais, produzidos nas entrevistas semiestruturadas. Além de discorrer sobre questões que nortearam as entrevistas, foi permitido aos participantes relatar à pesquisadora suas experiências e memórias de forma mais ampla, extrapolando as questões propostas. Essa estratégia permitiu não só a identificação das sequências discursivas, mas também a correlação com os modos de produção do discurso, resultando em um aprofundamento acerca daquilo que se queria saber.

4.1 O reconhecimento de si

Como vemos, “tornar-se humano”, não é tarefa simples, e nem sempre é claro quando nos tornamos humanos ou se o conseguimos. Ser humano parece ser o mesmo que estar em uma situação impossível de ser resolvida (BUTLER, 2015, p. 84).

Como ponto de partida dessa análise discursiva, optou-se prioritariamente em saber quem fala nas entrevistas, quem ocupa o lugar do “eu” que produz no discurso o sentido e significação constitutivos de si. Essa preocupação está centrada no fato de que a localização do autor permite a identificação de sua posição no contexto histórico-social, torna o sujeito visível, assim como seu objetivo, seu viés argumentativo (ORLANDI, 2015). Por isso, o autor é “o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz etc.” (ORLANDI, 2015, p. 74).

De acordo com Orlandi (2015), existe no sujeito e sua fala uma incompletude, uma opacidade, a qual só se torna um pouco mais determinada, ou seja, visível, legível pela análise discursiva do sujeito em seu processo histórico. Essa determinação é fundamental na constituição da relação entre sujeito-texto-gramática-sentidos, bem como na constituição das subjetividades.

Nesse sentido, Butler (2015) argumenta que o sujeito se tornou um problema filosófico ao demandar saberes acerca da sua constituição, desconstrução, agenciamento e sobrevivência. Corroborando com Orlandi, a autora diz que isso implica num estudo do sujeito que contemple seu processo produtivo imerso no contexto histórico, pois,

Não existe nenhum “eu” que possa se separar totalmente das condições sociais de seu surgimento, nenhum “eu” que não esteja implicado em um

conjunto de normas morais condicionadoras, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal ou idiossincrático (BUTLER, 2015, p. 10-11).

Este ponto foi observado na descrição feita pelos participantes no início das entrevistas, quando davam relato de si mesmo:

é uma coisa até meio complicada falar isso porque eu... é desde criança eu sabia que eu tinha uma coisa muito diferente comigo eu só não sabia o que era. Eu não senti isso tão claro, mas eu sentia que tinha uma coisa muito diferente, eu não sabia explicar o que era (GABRIELA).

A questão que está explícita neste trecho de fala, para uma interpretação ingênua, mostra somente a dificuldade acerca do autorreconhecimento, ou seja, um conflito interno que diz sobre o significado de si. No entanto, o não reconhecimento de si mesmo se dá, sobretudo, pela tentativa de adequação do “eu” a uma referência de sujeito já existente, qual seja o sujeito constituído na matriz cisheteronormativa. Assim, na forma discursiva: “eu tinha uma coisa muito diferente comigo/ eu não sabia explicar o que era”, está implícito, que a falta de compreensão de sua condição se deve à forma comparativa que o sujeito faz de si (coisa muito diferente) com um padrão imposto socialmente, que ele foi coagido a reconhecer como sendo um sujeito coerente. Diante dessa referência “coerente”, surge a consciência de que algo em si não está de acordo, ou algo é muito diferente.

Nessa direção, o reconhecimento do “eu” diz mais do outro do que de si próprio, pois é preciso se referenciar no outro para se perceber como sujeito, seja coerente, seja de forma ambígua. O outro sujeito, neste caso, a referência, se trata de alguém cisgênero numa condição social, moral, ética que já está posta. Isso faz com que o relato de si já nasça implicado num contexto que é a condição de seu surgimento e isso ultrapassa a capacidade de autor de si mesmo, desapossando o sujeito (BUTLER, 2015).

É possível também notar o conflito em outro trecho: “Eu passei minha adolescência toda tentando entender o que estava acontecendo e eu demorei um pouco para me aceitar” (GABRIELA). Butler (2015) argumenta que isso acontece porque tentar o autorreconhecimento partindo de si, mas referenciado no outro negligencia o processo de relações sociais que confere sentido, pois o “eu” não tem história própria, ele só existe implicado nas relações ou um conjunto de normas.

A forma discursiva: “demorei um pouco para me aceitar” mostra que não basta o indivíduo se reconhecer é preciso ainda o indivíduo se aceitar. Aceitar a sua

constituição, ou seja, aceitar o seu “eu” implicado nas condições histórico-sociais já postas e aceitar ainda que essas condições, muitas vezes, não permitem o reconhecimento de sua subjetividade como algo inteligível. Ao observar ainda, de forma isolada, a forma discursiva “me aceitar” é possível depreender novos sentidos, como o fato de que aceitar a si mesmo na condição de transexual pressupõe também a aceitação das consequências negativas que compõem o contexto existencial de quem foge às normas binárias de gênero.

Um fato observado nos discursos analisados até aqui, é que a apresentação de si partiu de uma localização temporal comum, o momento em que se descobriram ou estavam na iminência de descobrir a transexualidade. Isso demonstra, dentre muitas coisas, que o indivíduo passou a se significar como sujeito inteligível para si próprio, somente após a ocorrência de uma conformidade entre seu corpo, sua mente e sua sexualidade como observado no trecho seguinte: “Depois que eu me assumi eu meio que, ganhei mais força sabe, mais coragem para me impor e isso de certa forma me ajudou” (PATRÍCIA). O “assumir” pressupõe, antes de tudo, a aceitação, ou seja, o conflito do autorreconhecimento dá lugar à consolidação do sujeito.

Ao relacionar a forma discursiva “coragem para me impor” com o destaque do trecho: “Só que eu sempre tive “medo de mostrar quem eu era” (PATRÍCIA) fica claro que o sujeito tem consciência tanto do contexto histórico-social normativo em que sua condição de transexual está inserida, bem como as consequências advindas dessa condição, pois ele acredita que precisa ter coragem para se autodeclarar transexual e, acima de tudo, sente medo de subverter a norma. O trecho “coragem para me impor” indica, no caso, que se a pessoa na condição de transexual não se impõe, ela oferece espaço para sua subjugação e resignação, pois a imposição é um ato que só se faz necessário quando algo, ou alguém, ou até mesmo um sistema tenta forçosamente relegá-la ao assujeitamento.

O trecho que segue aponta para outra forma de reconhecimento, “Eu descobri a minha transexualidade, eu descobri com esse nome, aos 14 anos, que *eu entendi o que eu era e que tinha pessoas iguais, que eu não era um, que eu não estava perdido*” (LUIZ, grifo da autora). Até aqui se observou que o reconhecimento de si se deu por meio de outro (diferente) que representava uma referência fronteira daquilo que o outro é em relação ao que eu sou a partir do que o outro é. Já a demarcação no trecho acima demonstra que esse reconhecimento também se dá no outro (igual), ou seja,

identificar um referente que seja ou esteja em condição semelhante permite a localização da própria subjetividade dentro contexto histórico-social mais amplo.

Dito isto, fica evidenciado o quão consolidado está o sistema cisheteronormativo que representa a referência e única via válida para o autorreconhecimento, inclusive transexual. Entende-se que esse sistema está condicionado a produzir as identidades que são as “outras”, ou seja, a transexualidade é tudo aquilo que a cisgeneridade não é, é aquilo que está fora dela, implicando na mesma lógica de que a mulher é o oposto e aquilo que o homem não é. Enquanto se constituírem subjetividades a partir dessa matriz haverá a manutenção dos grupos hegemônicos.

4.2 Sobre a sexualidade das crianças e adolescentes

Notou-se nos relatos de apresentação acima, que a consciência da própria transexualidade se deu basicamente na infância ou, mais tardar, na adolescência, isto é, a aceitação da sexualidade transgênero em si mesmo, pode acontecer um pouco tardia, mas a consciência dessa condição já está inscrita desde cedo. Esse fato corrobora com a argumentação de Foucault (2015) de que as crianças têm precocemente uma consciência sexual que é negligenciada pelo silenciamento, ocultação e vigilância.

O cerceamento da expressão sexual da criança e do adolescente foi palco de discussões no século XVIII e ainda hoje representa local de conflito. Muito se tem discutido acerca da terapia hormonal para crianças e adolescentes após polêmica divulgada em vários veículos de comunicação acerca do Projeto de Lei 491/ 2019 de autoria da deputada Érika Maluginho (PSOL) que institui no Estado de São Paulo o TransCidadania. O projeto prevê, dentre outras ações, o acesso à saúde da população transexual o qual contempla, inclusive, o tratamento hormonal. Contudo, a deputada Janaína Paschoal (PSL) propôs emenda ao projeto para proibir a terapia hormonal em crianças e adolescentes e a cirurgia de redesignação sexual a menores de 21 anos pela rede pública e privada¹⁶. Como justificativa à propositura da emenda, a deputada argumenta que a hormonização ainda na fase infantil impede a criança de uma reconciliação com seu sexo biológico e que se corre o risco de um arrependimento futuro por parte dos jovens submetidos ao tratamento.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264113>> Acesso em: 18 out. 2019. <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/projeto-transcidadania-vira-guerra-entre-erica-maluginho-e-janaina-paschoal/>> Acesso em: 18 out. 2019.

Cabe ressaltar que esse tipo de tratamento já é ofertado gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para maiores de 18 anos. Em caráter experimental, o tratamento também é ofertado no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) para crianças e adolescentes com base no Parecer 8/ 2013¹⁷ do Conselho Federal de Medicina (CFM), o qual inclui mais esclarecimentos sobre a terapia hormonal.

Segundo o CFM (2013), o tratamento realizado em crianças a partir dos 12 anos apenas bloqueia a puberdade hormonal do gênero biológico, não incluindo administração de hormônio sexual cruzado (gênero oposto). Assim, esta intervenção não deve ser considerada “mudança de sexo per si”, pois seus efeitos são reversíveis. Somente aos 16 anos, após a persistência do adolescente, a mudança de sexo será induzida à puberdade do gênero oposto e estudados os encaminhamentos futuros para uma possível cirurgia de redesignação genital.

A recomendação do CFM (2013) é de que a intervenção hormonal seja feita nas fases iniciais da puberdade, antes do desenvolvimento irreversível das características sexuais. O CFM (2013) reconhece que, embora a não identificação com o gênero atribuído no nascimento aconteça mais frequentemente após a puberdade, isso também acontece na idade infantil e alerta para as consequências advindas de uma conformação forçosa entre sexo biológico e gênero,

Para eles, os primeiros sinais de puberdade são frequentemente uma fonte de angústia, causando um forte efeito negativo social, emocional e problemas na escola. Mesmo aquelas que se sentem emocionalmente bem, podem quando adentram a puberdade apresentar comportamentos opostos – por exemplo: ansiedade e depressão. Por isso, a supressão da puberdade seguida pelo tratamento hormonal e eventual cirurgia parece ter inegável benefício para esses jovens... A não disponibilidade de cuidados e tratamento pode ser questionada no campo da ética e, obviamente, no campo legal (CFM, 2013, p. 2-9).

O trecho que se seguirá relata o conflito com relação ao próprio corpo vivenciado por um dos participantes desta pesquisa, o qual possui apenas 17 anos. O relato corrobora com as orientações do CFM acerca da importância do tratamento na pré-puberdade:

¹⁷Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_normas&buscaEfetuada=true&tipoNormaP=P&normasUf=&normasNumero=&normasAno=&normasAssunto=&normasTexto=Terapia+hormonal+para+adolescentes+travestis+e+transexuais#buscaNormas Acesso em: 18 out. 2019.

Eu comecei a fazer a hormonização por conta própria. Eu comprei os remédios usando o dinheiro da bolsa que eu recebo da escola e eu pesquisei bastante antes de usar pra saber o hormônio que teria o menor efeito colateral. Eu tomava escondido da minha avó, aí um dia ela descobriu. A gente teve uma “conversa” aí eu falei pra ela que eu não iria tomar mais, porque ela estava preocupada, pois poderia acontecer algo de ruim comigo se eu tomasse sem acompanhamento médico. Aí passou acho que um mês e eu voltei a tomar de novo porque eu já não estava mais aguentando olhar pra minha aparência no espelho. Só que ela descobriu de novo, então eu parei de novo, mas eu tenho medo de no momento de crise eu voltar a tomar, porque eu só posso ir à endócrina quando eu fizer 18 anos (PATRÍCIA).

É possível notar neste relato, sobretudo, que o fato da legislação proibir o tratamento hormonal para crianças e adolescentes não garante que isso não aconteça ou, dito de outra forma, a legislação impede que isso seja feito de maneira segura, uma vez que a automedicação pode acontecer de forma clandestina, como evidenciado na forma discursiva “Eu tomava escondido da minha avó”.

O “escondido” revela muito mais que o sentimento de estar cometendo um ato digno de condenação. Demonstra que existem outras maneiras de adquirir o medicamento no mercado, certamente clandestino, bem como outras formas de se informar acerca do tipo e dosagens destes medicamentos. Nota-se ainda neste trecho do discurso que nas formas discursivas “eu votei a tomar de novo e eu tenho medo de no momento de crise eu voltar a tomar”, existe a primazia do corpo idealizado sobre o medo em relação aos riscos à saúde. Contudo, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia do Estado de São Paulo (SBEM)¹⁸ afirma que este tratamento deve ser feito de forma individualizada, com acompanhamento clínico multidisciplinar, composto por profissionais como endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, urologista, ginecologista, dentre outros. Aponta, ainda, os riscos à saúde causados pelo uso de medicamentos inadequados que podem ocasionar a precarização do processo de produção do corpo e da subjetividade.

Nesse sentido, entende-se que, ao negar aos jovens a possibilidade de realizar a terapia hormonal nas unidades de saúde, a sociedade passa a ser conivente com o tratamento realizado por conta própria e assume os riscos advindos dessa prática. O que, de certa maneira, privilegia o processo de desenvolvimento natural biológico do corpo em detrimento da subjetividade transexual, acreditando que essa condição nos jovens se torna passageira na fase adulta, conforme afirmado na justificativa da emenda.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.sbemsp.org.br/imprensa/releases/94-transexualidade-deve-ser-acompanhada-por-endocrinologistas>> Acesso em: 18 out. 2019.

Nota-se que o documento adverte sobre a classificação precoce de jovens como heterossexuais, homossexuais ou transexuais. Isso não ficou tão claro, uma vez que a proposta em questão se refere à subjetividade transexual, que é a forma como a pessoa se percebe. Sendo assim, seu oposto direto seria a cisgeneridade. O texto colocado desta forma induz ao entendimento de que as três classificações seriam mutuamente excludentes quando, na verdade, a heterossexualidade e a homossexualidade dizem sobre o desejo, tornando-se debate para questões no que tange à orientação sexual. Além disso, a orientação sexual da pessoa transexual pode abranger todas as possíveis, não se restringindo somente à heterossexual.

A forma apelativa trazida no documento de que os jovens “devem apenas ter o direito a ser crianças e adolescentes” (SÃO PAULO, 2019b) faz refletir não só sobre a questão do silenciamento do sexo como visto em Foucault, mas na afirmação de Preciado (2017) de que o corpo só tem sentido como sexuado ou ainda em Butler (2017) que assevera: “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea (BUTLER, 2017, p. 241)”. Pensando nessa direção, se as crianças e jovens ocupam uma posição exterior ao sexo, que é o que humaniza e confere inteligibilidade ao corpo, então, é fundamental questionar se elas, de fato, possuem qualidade de sujeito.

O que se observa no tocante à sexualidade infantil, é que existem movimentos que caminham em direções contrárias. O primeiro se inicia logo no nascimento da criança, na “mesa de operação abstrata” (PRECIADO, 2017) quando são atribuídos os sexos ao corpo, o segundo acontece no negligenciamento desse mesmo sexo no corpo do infante, e ainda existe um terceiro movimento que Preciado (2017) chama de “mesa de operação secundária”, onde é feita a negociação do trabalho feito na primeira mesa de operação abstrata pela qual todos passam. Essa negociação se dá por meio de cirurgia de mudança de sexo, tratamento hormonal, dentre outros. Os dois primeiros movimentos fazem parte da tecnologia biopolítica que tenta forçosamente produzir uma identidade sexual “normal”, já o último representa a falibilidade do sistema de categorização dos corpos na lógica cisheteronormativa.

O documento questiona a capacidade dos jovens acerca do seu autorreconhecimento na condição de transexual como se isso estivesse no mesmo patamar de algo que pode ser escolhido à vontade, como se num dado momento a pessoa escolhesse ser transexual e em outro escolhesse ser cisgênera.

Dessa forma, segue um relato de vivência a título de exemplo: “Eu acho que ninguém escolhe ser trans, a gente escolhe se transicionar ou não” (LUIZ). Fica claro neste trecho que estar nessa condição não se trata de uma mera escolha, a escolha se dá no tocante às mudanças corporais. A forma discursiva “ninguém escolhe ser trans”, carrega ainda, implicitamente, uma conotação negativa. Talvez isso se deve ao fato de que se assumir na condição de transexual pode acarretar consequências que impactam, na maioria das vezes, de forma devastadora no âmbito da vida privada e social.

Sendo assim, caso se tratasse somente de uma escolha, qual seria o sentido de “sair da zona de conforto” da cisgeneridade para adentrar o local de lutas que representa o contexto existencial da pessoa transexual? Esse tipo de entendimento sobre as questões sexuais não binárias e as subjetividades não cisgênero, principalmente na adolescência, só demonstra que é fundamental se encaixar ao padrão socialmente aceito das identidades sexuais e que as normas sociais estão acima do bem-estar do jovem e acima de quaisquer proposituras de ação política que visem ao acolhimento de pessoas transexuais.

4.3 Processos depressivos e suicídio da população LGBTTAIQ

Tendo um sentimento muito vivo de si mesmo e de seu próprio valor, quer ser ele mesmo seu próprio fim, e como tal objetivo não lhe pode bastar, arrasta, mergulhado em desânimo e tédio, uma existência que lhe parece então desprovida de sentido (DURKHEIM, 2000, p. 463).

Estudos que monitoram o aumento significativo nas taxas atuais de suicídio, frequentemente o relacionam aos processos depressivos desencadeados por vários fatores dentre eles os sociais. Tendo em vista que isso se tornou, na sociedade contemporânea, questão de saúde pública, Organizações da sociedade civil em várias partes do mundo fazem acompanhamento e combate desse fenômeno nas populações LGBTTAIQ.

Considerado universal por figurar em todas as sociedades, o suicídio é apontado como principal causa de morte entre jovens de 10 a 24 anos. Na população LGBTTAIQ, a situação é ainda mais preocupante, pois jovens lésbicas, gays e bissexuais consideram três vezes mais a possibilidade do suicídio se comparado à população heterossexual. Já os estudos relacionados à população transgênero realizados nos EUA, em 2015,

demonstraram que 40% dos adultos transgêneros já tentaram o suicídio, dentre eles, 92% relataram ter feito a tentativa antes dos 25 anos de idade¹⁹.

O Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (CRPSP) (2011) aponta a homofobia e demais tipos de violência à população LGBTTAIQ como agravantes do quadro de suicídio nessa população. Segundo Teixeira Filho (2012), a baixa “autoestima, imagem negativa do próprio corpo, depressão, vergonha, pode levar ao suicídio já em tenra juventude” (TEIXEIRA FILHO, 2012, p. 653).

O autor afirma que adolescentes não-cisgêneros se tornam mais vulneráveis à processos depressivos, uma vez que se isolam das relações sociais. Como observado neste relato: “Eu era uma pessoa muito tímida e introvertida, eu me isolava de todos e só ficava no meu quarto e eu tinha dificuldades pra fazer amigos. E eu ainda sou um pouco assim atualmente, mas eu estou melhorando, sabe” (PATRÍCIA).

Para Teixeira Filho (2012), o amadurecimento biológico e psicológico na puberdade deixa o adolescente susceptível a conflitos emocionais intensificando ainda mais o sentimento de rejeição ao corpo que, por sua vez, interfere nos modos de produção da subjetividade conforme trecho: “Na minha adolescência, eu comecei a ter problemas por causa disso e, principalmente, com as mudanças do meu corpo. Eu comecei a desenvolver um quadro depressivo muito forte” (GABRIELA). É nessa fase de transformação corporal que grande parte dos adolescentes transexuais experienciam de forma mais pungente a ansiedade e o sofrimento (CFM, 2013).

É importante destacar que os acontecimentos sociais negativos também influenciam nos processos depressivos. Segundo Durkheim (2000), isso se deve ao fato de que a sociedade mantém relações que são estruturadas por meio da coerção, “pressão social”, sedimentada numa moralidade comum entre os indivíduos. O autor afirma que tal coerção e moralidade se integram aos hábitos sociais, se naturalizam e passam imperceptíveis. Essas duas categorias, para o autor, são fatores fundamentais na constituição de qualquer sociedade. Contudo, certos tipos de coerção se tornam mais evidentes e atingem diretamente os sujeitos que estão na contramão a ela, desencadeando relações de forças desproporcionais e relações desequilibradas nas diversas populações, que desembocam em sentimentos de não pertencimento e medo. A produção coercitiva do corpo é um exemplo real disso.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.thetrevorproject.org/resources/preventing-suicide/facts-about-suicide/>> Acesso em: 20 out 2019.

Um estudo realizado por Pelúcio (2006) com travestis participantes de um Programa de prevenção à DST/ Aids na cidade de São Paulo, demonstra de forma clara como funciona a coerção por meio da “pressão social”. As participantes que sobrevivem da prostituição relataram vivências noturnas que colocam a “rua” ou “pista” como pano de fundo para um cenário suscetível a atos de violência e morte. Já o “dia” traz um olhar inquisitivo que denuncia a todo instante a incongruência entre imagem social e sexo biológico, ao mesmo tempo em que faz julgamento moral com relação ao trabalho de prostituição e à condição de pessoa soropositiva. “Assim, é mais difícil se proteger de olhares e falas diurnas do que da violência e surpresas da noite” (PELÚCIO, 2006, p. 3). Esse aspecto também foi observado nos relatos dos participantes dessa pesquisa:

Uma coisa também que me incomoda é quando a gente não tem aquela passabilidade cis, sabe, quando a gente está andando na rua, as pessoas percebem que a gente é trans, eles ficam olhando pra gente, encarando, observando e isso é uma coisa que me incomoda muito, porque eles nem disfarçam (PATRÍCIA).

Pelúcio (2006) argumenta que o espaço social causa essa “pressão” mencionada por Durkheim (2000), pois não representa atos isolados ou esporádicos, mas uma violência corriqueira que integra o cotidiano das pessoas transexuais e travestis. A esse respeito, a passabilidade cis, já discutida aqui neste trabalho, exerce bastante influência nos atos de preconceito, ela pode determinar como será percebida a presença de uma pessoa transexual ou travesti, pois têm pessoas que são mais “passáveis” que outras como relatado neste trecho:

Para homem trans eu acho que é mais fácil do que para mulher trans, do ponto de vista de que os hormônios auxiliam a chegar mais fácil num ponto de transição. Do masculino para o feminino talvez leve mais tempo e precise até de intervenções cirúrgicas. Eu fui ao médico essa semana fazer um exame de risco cirúrgico e a cardiologista viu lá no prontuário que eu estava buscando a cirurgia de histerectomia, aí ela olhou para a folha e falou comigo assim: Ué, mas como assim? Eu respondi: Olha, eu sou transgênero. Eu não deveria esperar essa reação das pessoas, mas dentro de mim eu me alegro, eu até brinquei e falei assim: Deu certo, meu investimento não foi em vão. Aí ela disse que é raro ver homens trans, eu disse a ela que não é raro ver homem trans, é raro você conseguir identificar um homem trans, você já deve ter consultado vários aqui e não identificou (LUIZ).

Nos relatos que se seguem emerge o fator medo, como mais uma causa da “pressão” social: “Eu sempre tive medo de mostrar quem eu era, demorei um pouco

para me aceitar e quando isso aconteceu foi um momento principalmente de muito stress e acho que por causa do medo” (PATRÍCIA).

No lugar onde eu morava lá no Pará não era um lugar muito seguro pra me assumir, porque, por exemplo, se eu tivesse me assumido lá e eu andasse na rua eu poderia apanhar ou algo do tipo. Alguém poderia tentar me matar lá, lá é realmente muito perigoso (PATRÍCIA).

De acordo com a ANTRA (2018b), o estado do Pará ocupou o 8º lugar no relatório: **Ranking de assassinatos de pessoas trans por estado, proporcional a população trans**, no ano de 2018. Já em dados absolutos por estado, o Pará ficou em 5º lugar, contabilizando 10 assassinatos neste mesmo ano. É importante ressaltar que o Pará foi o primeiro Estado brasileiro a produzir uma normativa (Portaria Estadual 016/2008- GS) no sentido de garantir o uso do nome social nas escolas públicas (LIMA, 2013).

O medo relatado nos dois discursos aparece relacionado com dois fatores principais, o primeiro relacionado com o ato de se assumir transexual que presume também o medo da reação das pessoas e o segundo atribuído à sociedade violenta. Teixeira Filho (2012) salienta que, quanto mais violento o contexto, mais as pessoas LGBTTAIQ ficarão enclausuradas pelo receio de sofrerem retaliações e por se sentirem estranhas num cenário no qual todos são ou deveriam ser compulsoriamente heterossexuais e cisgêneros. Cabe ressaltar que, além do isolamento social, é imposta a essa população o peso de ser cativa de si mesmo por não poder externalizar sua subjetividade.

Toda essa violência representada em atos de julgamento, exclusão, violência física, psicológica são oriundos da moralidade (DURKHEIM, 2000), que confere à grupos hegemônicos, como os cisheterossexuais, o direito a impor “regimes de verdade” (FOUCAULT, 2017), os quais estão ligados a sistemas de poder que os apoiam e o reproduzem.

Em Foucault (2017), a verdade é o conjunto de regras produzido por meio de múltiplas coerções pelas quais se distingue o verdadeiro do falso. O autor explica que cada sociedade tem a sua verdade própria e também é dotada de mecanismos, instâncias, estatutos que definem quem está legitimado a dizer quais discursos funcionam como verdadeiros. Ele demonstra, ainda, as cinco principais características desse regime:

A “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande);...é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos; enfim é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas) (FOUCAULT, 2017, p. 52-53).

A lógica foucaultiana é tão correta quanto atual, como se pode observar nestas narrativas:

Eu tive alguns episódios na minha infância até os 18 anos, de sudorese noturna, dor no estômago que ninguém entendia, médico nenhum descobria a causa. Já tinha feito controle com diversos medicamentos e nada resolvia. Até que eu procurei um urologista que me falou o seguinte: “Olha, eu já não tenho mais medicamentos pra tentar resolver esse seu caso e a única coisa que me resta é tentar com o psicólogo, porque isso é psicológico. Você está 100% saudável e não tem o que acusar aqui, então agora eu vou te pedir que faça um tratamento com o psicólogo” (LUIZ).

Eu tinha procurado na época uma ajuda profissional, só que a pessoa não soube, ela não entendeu direito o que eu estava tentando explicar. Aí foi meu grande desgaste porque eu estava me sentindo extremamente sozinha, solitária (GABRIELA).

O que se pode observar nesses discursos é que a medicina, principalmente a psicanálise, funciona arraigada nos padrões cisheteronormativos. Destarte, as crenças, a cultura e as ideologias do profissional também integram o processo do diagnóstico. Assim, o que acontece é uma visão afunilada de certas questões acerca da sexualidade ao ponto de não permitir identificar que o “problema” está centrado no não reconhecimento do sexo biológico e gênero definido no nascimento. Essa recusa sinaliza o efeito coercitivo produzido pela verdade, neste caso científica, sobre os corpos que historicamente classificou como patologia todo corpo e toda sexualidade que não se identificou com o padrão binário de gênero.

Durante muito tempo a psicologia serviu de base teórica para produção de condutas de punição e exclusão daqueles aos quais julgava patológicos. Isso se deve ao fato de que este saber científico leva em conta o binarismo de gênero não só como materialidades, mas como naturais (TEIXEIRA FILHO, 2011). Sendo assim, Teixeira Filho (2011) não se faz tão otimista em relação às perspectivas de mudança nesse campo, mas alerta:

Temos diante de nós a responsabilidade como categoria profissional, de tentar diminuir as desigualdades sociais, compreender melhor o risco e a opressão que cada gênero enfrenta na rede social, reduzir as vulnerabilidades sociais, garantir o acesso aos dispositivos de saúde e educação a todas as pessoas, independente do gênero, orientação sexual ou condição psíquica...Isso requer de nós não somente uma revisão pessoal de valores, crenças e discursos, mas também uma busca ativa dos nossos referentes teóricos profundamente comprometidos com a desnaturalização de verdades seculares (TEIXEIRA FILHO, 2011, p. 57).

É importante destacar que essa é uma área bastante demandada pela população LGBTTAIQ, isso exige desses profissionais melhor entendimento e mais acolhimento para que os pacientes construam uma subjetividade consistente, mais estruturada psíquica e socialmente.

Outro fator a ser considerado nas reflexões sobre depressão LGBTTAIQ é em relação à exclusão familiar. O espaço doméstico ainda representa, para grande parte desse grupo, local de conflito, tensões, dúvidas, decepções, rompimentos que são consequências do fenômeno denominado homofobia familiar (SCHULMAN, 2012).
Entende-se por homofobia

todo um conjunto de práticas e discursos negativos a respeito do erotismo e performatividades dissidentes da heteronormatividade... Assim, são vítimas da homofobia, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e todos aqueles que não se adequam à norma linear fêmea/ feminina/ mulher/ heterossexual ou macho/ masculino/ homem/ heterossexual” (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013, p. 377).

Dessa forma, a busca pela aceitação e reconhecimento no núcleo familiar gera imensa ansiedade em torno do momento de se assumir LGBTTAIQ, como se pode observar:

Eu fiquei quatro anos pesquisando a respeito de quais caminhos seguir né, o que eu deveria fazer, como fazer e pra quando chegasse a hora eu já ter tudo em mãos, já ter tudo em mente, não precisar recorrer a ninguém, ninguém que eu falo assim...é...não estar imaturo pra lidar com a situação, já estar assim, com o máximo de conhecimento possível, saber todos os passos, pra não dar brecha para os meus pais questionarem isso em algum momento (LUIZ).

O discurso acima demonstra grande ansiedade em torno do ato de se assumir perante a família, isso se deve ao fato de que a possibilidade de rompimento das relações familiares causa estresse e depressão (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013). Tal ansiedade se refletiu num longo processo de preparação e planejamento para que tudo

ocorresse da melhor maneira no “grande dia”. No cerne dessa preocupação, está o temor ao questionamento familiar, em outras palavras, a preocupação sempre esteve centrada na legitimação de sua subjetividade pela família, pois a aprovação familiar faz parte da sua constituição como sujeito, é parte de algo que legitima sua existência, portanto ocupa lugar privilegiado (TOLEDO; TEIXA FILHO, 2013), como observado no trecho: “Quando eu ouvia algumas coisas na rua, não me afetava, mas quando isso vinha de dentro de casa o peso era outro” (LUIZ).

Nas narrativas seguintes, fica clara a forma como grande parte das famílias lida com membros LGBTTAIQ:

A partir do momento em que eu me assumi foi um processo complicado, não foi uma coisa muito fácil. Eu conversei com algumas pessoas da minha família, mas eu acho que na época as pessoas não entenderam muito bem, não foi muito tranquilo. Muitas brigas, muitas discussões, enfim, muitas palavras ofensivas (GABRIELA).

Hoje a gente vive, tem uma relação tranquila foram quatro anos batalhando pra conquistar essa relação, muitos ainda não conseguem (LUIZ).

Historicamente, a família representa uma das instituições legitimadas a proferir discursos de “verdade” (FOUCAULT, 2017). Assim, alicerçada no tradicional, a família está autorizada pelo dispositivo da sexualidade a guardar as identidades sexuais de seus rebentos e a questionar por meio de julgamento os modos como expressam suas vivências sexuais (TOLEDO; TEIXA FILHO, 2013). Cabe ressaltar que estão envolvidos nesse processo de aceitação as crenças, a cultura, as ideologias e os dogmas, como pode ser observado no trecho: “Meus pais são da religião evangélica eles tiveram um posicionamento meio religioso no início, já tiveram inúmeros episódios aí de eu acordar de madrugada com meus pais expulsando demônio da minha cabeça, orando com a mão na minha cabeça” (LUIZ).

No próximo relato emerge a postura irredutível do pai:

Atualmente, eu moro com a minha avó, meus pais são separados. Depois que eu me assumi, a minha família não reagiu muito bem e foi preciso muita conversa até eles entenderem como eu estava me sentindo. E hoje em dia até que “é de boa” a relação com a minha avó, com minha mãe e com meu irmão. Só que com meu pai é mais diferente, hoje em dia a gente não se fala mais e ele desaprova totalmente a minha identidade de gênero (PATRÍCIA).

É comum observar pais que tentam fazer de seus filhos uma extensão de si mesmos, fazem projeções e criam expectativas sobre a vida adulta dos filhos sem levar

em conta que os filhos são pensantes e independentes. Essas idealizações seguem alinhadas à cultura cisheteronormativa, qual seja, ser heterossexual a priori, crescer, casar e ter filhos. A descoberta de um filho LGBTTAIQ causa o rompimento não só dessas expectativas, mas da ordem “natural” das coisas.

Essa postura é típica de uma cultura patriarcal em que o pai representa a égide e o poder dentro da família, neste espaço de dominação dissidências são, quando muito, toleradas. “A própria palavra tolerância é significativa: tolera-se algo que, na verdade, se considera errado ou é indesejável desde o ponto de vista ético ou estético” (TEIXEIRA FILHO, 2011, p. 62). O assumir do filho soa como traição à heterossexualidade e a todo projeto arquitetado pelo pai, principalmente no que tange ao compromisso com as questões sociais e morais.

Assim, a família é obrigada a realizar o luto da heterossexualidade, ou melhor, o luto do/a filho/ a heterossexual e o luto de si mesmos por terem falhado. Castañeda (2007) apud Toledo; Teixeira Filho (2013) descreve o processo de luto baseada em Elizabeth Kubler-Ross:

(...) o luto compreende necessariamente uma série de reações que são normais quando sofremos uma grande perda afetiva. Assim passamos pela negação (não é verdade, não estou acreditando), a raiva (como podem ter feito isso comigo?), a barganha mágica (talvez eu pudesse fazer alguma coisa para evitar), a depressão (minha vida não tem mais sentido), a culpabilidade (deveria ter agido de outro modo) e, enfim, a aceitação (eu fiz o melhor que pude, não há mais nada a fazer) (CASTAÑEDA apud TOLEDO, TEIXEIRA FILHO, 2013, p. 385).

A partir daí a violência pode se manifestar de várias formas, até mesmo por meio do silêncio. A tolerância e o silêncio do pai ou da família, de modo geral, torna invisível a existência do indivíduo no seio familiar.

Segue outro trecho que envolve condutas homofóbicas muito características do patriarcado:

E já vi meu pai, muitas vezes, antes disso tudo, antes dele saber, antes de eu tentar informar a ele, ele viu uma mulher lésbica com um estilo mais masculino passando na rua, um dia que a gente estava junto. Ele fez um comentário muito grosseiro: “tá achando que é homem? Nunca vai ser” (LUIZ).

A forma discursiva “tá achando que é homem? Nunca vai ser” é um discurso clássico comumente utilizado para deslegitimar pessoas LGBTTAIQ com base no sexo

biológico. Tratando-se de homem transexual, por exemplo, a exclusão acontece pela falta do falo em torno do qual, supostamente, se constitui toda sua masculinidade que confere a virilidade, qualidade tida como *sine qua non* para pertença ao universo cisheteronormativo masculino. Já a lésbica é destituída da feminilidade passiva, deixa de ser reprodutora de filhos e assume postura ativa no sexo, atividade vista como exclusiva do homem, por isso são rechaçadas. Na contramão disso, os homens gays são estereotipados por perderem a virilidade e ceder espaço para uma postura passiva, tornando-se “mulherzinhas”, “viadinhos”. A mulher transexual, ainda que emasculada, não tem passaporte para o universo feminino, pois carrega em si o peso da “essência masculina” (TEIXEIRA FILHO, 2011).

Segundo Teixeira Filho (2011), o termo viriarcado, cunhado pela antropóloga feminista Nicole-Claude Mathieu, seria o mais adequado para retratar culturas nas quais o homem é a referência. O termo não fica limitado somente ao patriarcalismo, na dominação do homem sobre a mulher, mas se encarrega da superioridade do homem acima de qualquer subjetividade, sobretudo, sobre a subjetividade de homens que assumem *performances* ditas femininas. Além do mais, leva em conta homens pais ou não, casados e/ou solteiros.

Neste outro trecho, nota-se a exclusão, agora com a mulher transexual:

Eu lembro que fui num lugar, um salão, eu fui com uma colega minha de serviço. Logo na entrada fui perguntar sobre um procedimento estético, a pessoa já foi bem taxativa comigo: “Olha, aqui a gente só aceita mulheres”. Pra mim foi um choque, porque foi uma coisa meio que me expulsando dali. Não sei se seria exagero, mas eu não estava legal ali com aquilo. E eu sabia que eu não me senti legal por causa do meu gênero, porque eu me considero uma mulher. Então, não tinha porque eu ser expulsa dali ou me ser negado um serviço porque a pessoa não me considerava mulher (GABRIELA).

Como já mencionado neste trabalho, ainda existem vários espaços em que a mulher transexual sofre exclusão por parte das mulheres cisgêneras, levando em conta as tensões ocorridas nos movimentos feministas tradicionais (COACCI, 2014). No entanto, o que se percebe nesse discurso é que pessoas não binárias, por mais que reconheçam seus direitos, apresentam certa sensação de culpa quando sofrem atos de preconceito, conforme visto na forma discursiva “Não sei se seria exagero”. Esta dúvida do indignar-se ou não com a violência sofrida, demonstra a resignação, algo que acontece diariamente para tornar a existência menos dura.

Dito isto, foi possível observar como a vivência de pessoas não binárias representa um campo de batalha diário, consigo mesmo e com a sociedade. Isso implica em relações ansiosas, e tímidas, na forma de compreensão do mundo, dos seres humanos e de si, pois fica subjacente a ideia de que a sociedade não tem nada a oferecer além de exclusão, violência física, psicológica. A inculcação de tal ideia interfere diretamente no processo de subjetivação, daí a importância do entendimento, acolhimento e respeito no âmbito familiar e social e de profissionais preparados não só da área da saúde, mas também em outros campos para lidar com essas vivências.

4.4 Interpelação e reconhecimento: a violência moral centrada nos padrões

Se Nietzsche está correto, começo então a fazer um relato de mim porque alguém me pediu, e esse alguém tem um poder delegado por um sistema de justiça estabelecido. Alguém me interpelou, talvez até atribuiu um ato a mim, e determinada ameaça de castigo dá suporte a esse interrogatório (BUTLER, 2015, p. 13).

O problema da moral surge da divergência entre o interesse universal e o interesse particular. A pretensão da universalidade ignora os direitos dos indivíduos quando o universal deixa de incluir o individual. Assim, quando “a moral não oferece um modo de vida, ou revela, dentro das condições sociais existentes, impossível de ser apropriada tem de ser submetida à revisão crítica” (ADORNO apud BUTLER, 2015 p. 9), pois as inquisições e questionamentos morais tornam-se atos de violência.

Nesse sentido, o que ocorre nas relações de reconhecimento dos sujeitos são uma interpelação e um questionamento que tem como base um quadro de referências morais universais constituídas historicamente dentro do regime de verdade (FOUCAULT, 2017). Esse quadro de referências diz respeito às normas que estabelecem a partir de quais critérios o sujeito se torna um ser reconhecível. Sendo assim, é com base nessas normas que acontece a interpelação violenta da gênese das subjetividades dissidentes. No relato abaixo, nota-se o que significa padronizar a forma de expressão da sexualidade:

Eu era obrigada a agir e a ter uma aparência de um gênero que era o que eles acreditavam que me definia, porque eu nasci com aquilo e eu teria que ir com aquilo até o fim da minha vida. Eu tinha que cortar o cabelo sempre, e sempre do mesmo jeito, tinha que andar de certo jeito e não de outro e só podia fazer um tipo de coisa e só podia ter certo tipo de interesse, e só podia pensar de uma forma e só podia ter atração por certo tipo de pessoa e essa

peessoa tinha que ser de um jeito assim, ou de um jeito assado, entende?
(GABRIELA).

É interessante ressaltar que a forma de padronizar a sexualidade na sociedade ocidental se deu por meio da exclusão. Quando se elegem características de um dado gênero, imediatamente pressupõem-se a perda das características do gênero oposto, pois ambiguidades não são toleradas, como se observa também neste discurso:

Se eu tiver um comportamento socialmente conhecido como comportamento feminino, por exemplo, se eu vir uma barata e desesperar, as pessoas irão entender: ah não! Mas ele é trans, ele é mulher. Sabe, vão entender dessa forma. Se eu fizer isso é justificável. Para lidar com essas coisas tão banais eu tive um tempo para aprender que eu não podia ter medo de barata. Que eu não posso ter medo de escuro, que eu não posso temer. Porque homem não teme, o homem não chora, o homem é corajoso, é valente e tenho que ser machista. Eu tenho que representar isso, eu não posso, por exemplo, aceitar dois homens se beijando. Eu não posso aceitar minha namorada ou minha esposa chegar em casa e, em vez dela fazer a janta, eu me prontificar a fazer, isso é inaceitável (LUIZ).

Depreende-se aqui, primeiro, a partir da forma discursiva “Mas ele é trans ele é mulher/ Se eu fizer isso é justificável” que a sociedade ainda persiste na essência de cada gênero, ou seja, um homem transexual pode ter medo de barata porque, em profundidade, ele é uma mulher. Sendo assim, não seria estranha a demonstração de medo, uma vez que ele estaria expressando simplesmente algo que é da natureza feminina. Ao mesmo tempo, a pressuposição de que o homem transexual carrega a essência feminina é uma forma de deslegitimar sua subjetividade como homem e anunciar que somente a identidade de homem cisgênero tem validade.

No trecho: “se um homem cisgênero e heterossexual fizer, eles vão colocar a sexualidade dele em pauta”, mais uma vez recorre-se à essência para fazer o movimento contrário, deslegitimar a subjetividade masculina que, por ventura, expresse alguma característica típica do gênero feminino. Contudo, o que é chamado de essência nas categorias feminino e masculino, Butler (2018) chama de performatividade, que é a materialização no corpo das normas de comportamento já postas, com a finalidade de produzir as categorias feminino ou masculino como demonstrado no discurso acima e também fica evidente no próximo trecho:

Eu dizia pra minha mãe que eu era uma menina, só que ela brigava comigo, ela falava que era uma coisa errada, aí eu levava isso comigo na minha vida como se fosse algo errado. Então, durante muito tempo, boa parte da minha

adolescência eu tentei fingir ser um menino pra me enquadrar só que eu não me identificava (PATRÍCIA).

A forma discursiva “eu tentei fingir ser um menino para me enquadrar” revela duas questões. Primeiro, o “fingir” causa o ocultamento do sujeito e uma contradição interna, ao passo que é a única forma viável de existir. Segundo, o fingir também denuncia o caráter performativo do gênero e ressalta que a performatividade tem de estar, obrigatoriamente, alinhada com o sexo biológico, ou seja, uma categoria determina a outra de forma que não pode haver ambiguidade nos papéis sexuais e na constituição do sujeito, tampouco a incongruência entre a imagem e o sexo biológico.

É importante salientar que, quando ocorre o deslocamento de um gênero para o outro, feminino para o masculino e vice-versa, como no caso de transexuais, nesse trânsito a imagem passa a não refletir o sexo biológico e o gênero, pois ocorre a tendência de achar que aconteceu o deslocamento do desejo, ou seja, a mudança de orientação sexual e não de subjetividade, conforme mostrado nos trechos seguintes:

Durante muito tempo eu pensei que era só uma questão ligada à orientação sexual. Então, por muito tempo eu me identificava como uma pessoa gay, mas eu sabia que isso não fazia muito sentido (GABRIELA).

Até que as pessoas entendessem que eu não estava me apresentando como Luiz porque eu era uma mulher lésbica masculina, mas sim porque eu me identificava como homem trans foi um processo difícil, o que teve duração de quase dois anos. Porque dependia também do resultado da aplicação dos hormônios, da eficácia dos hormônios, da transição física (PARTICIPANTE 1).

Nesse ponto, o debate entra em outra questão que é a confusão relacionada com o gênero e a expressão do desejo sexual. Quando se menciona expressão de gênero é destacada a forma como a pessoa se vê e se identifica. Entretanto, quando se fala em expressão do desejo sexual, se fala de orientação sexual. Tais aspectos ainda são muito controversos para a maioria das pessoas, como se pode notar nos trechos:

Eu me transicionei e dou sorte, sou privilegiado porque eu sou hetero. Meus pais falam assim: ‘Tá, você é homem, então, você gosta de mulher. né?’. Até aí eles conseguem entender, agora deixa eu chegar em casa hoje e falar assim: Mãe eu gosto de homem. Vai dá uma ‘bugada’ na cabeça dela. (LUIZ).

Eu tenho um amigo que ele é homem trans gay, hoje eu entendo, mas quando ele me falou eu ficava assim: Que? Eu confesso que reproduzi pensamentos heteronormativos, confesso que errei, mas é tudo um aprendizado (LUIZ).

As pessoas apontam para minha namorada e dizem: Você é lésbica, eu digo não, ela é heterossexual, ela se relaciona hoje com um homem (LUIZ).

Nos trechos acima, fica evidenciado que o entendimento, ou o reconhecimento do outro, só se dá a partir do alinhamento do sexo biológico-imagem-gênero-desejo, ou seja, é obrigatório haver uma conformidade entre o gênero e os padrões reconhecíveis de inteligibilidade, bem como é obrigatório ser heterossexual (BUTLER, 2017), tal como narrado no trecho: “Obrigatoriamente, eu tenho que me relacionar com mulheres. Isso também é cobrado quando você se transiciona. Eu me transicionei e eu dou sorte, sou privilegiado porque eu sou hetero” (LUIZ).

É comum também a ideia de que a orientação sexual, diferente da heterossexual, é uma escolha ou algo que se possa eleger. Teixeira Filho (2011) explica que a orientação sexual é um acontecimento e não uma opção, pois não existe este questionamento com relação à heterossexualidade. Assim, o autor questiona:

Qual foi o dia em que as pessoas heterossexuais aqui presentes escolheram a sua orientação sexual? Alguém saberia me dizer? Claro que não. Isso porque não escolhemos a nossa orientação como quem escolhe o que vai comer hoje, o que comeu ontem, o que irá comer amanhã. A orientação sexual, seja qual for, é um acontecimento em nossas vidas e não se confunde com o gênero, isto é, como nossa identidade masculina ou feminina, com nossa forma (cultural) de expressá-la (TEIXEIRA FILHO, 2011, p. 55).

As categorias sexo, gênero, orientação sexual e identidade ainda são bastante controversas, principalmente quando são analisadas sob uma ótica *queer*. É preciso ter em mente que um o corpo *queer* pressupõe uma identidade fluida e não se prende aos padrões universais. Nesse sentido, apresenta-se como um ser totalmente ambíguo (LOURO, 2004).

Sendo assim, o que se observa é que a sociedade procura forçosa e violentamente nos corpos dissidentes os padrões cisheteronormativos que se universalizaram em detrimento do interesse individual (ADORNO apud BUTLER, 2015), mas que não servem de referência para pessoas não binárias.

Butler (2015) afirma que interpelar a partir desse padrão universal coloca em cheque a própria noção de humano das pessoas que não se enquadram. Assevera ainda que se essas normativas excluem previamente o surgimento de novas categorias de subjetividade, logicamente essas normas precisam ser revistas. É preciso se perguntar “o que elas deixam de fora e o que poderiam ser forçadas a abrigar” (BUTLER, 2015, p. 21), pois não contemplam a transformação e a expansão das subjetividades existentes.

4.5 Agora tenho um nome, eu existo?

Para renascer, e às vezes para nascer, é preciso morrer, e ele começou morrendo (SCLIAR, 2008, p. 584).

O **Nascimento de um Cidadão** de Scliar (2008) impele à reflexão acerca da importância do nome na vida de pessoas transexuais e travestis. Fazendo uma analogia, é preciso que o sexo atribuído no nascimento morra para dá lugar a um novo ser que se materializa por meio do nome. De fato, o *post mortem* foi tangenciado quando a pesquisadora não teve acesso aos nomes civis.

Nesse sentido, foi preciso transitar em meio às vivências narradas nos tópicos anteriores para compreender, mesmo que minimamente, o percurso e seus percalços, nesse deslocamento de um gênero para o outro que resultou numa nova forma de existir. Abstrair o sentido dessas mudanças e sob quais circunstâncias foram ensejadas, bem como a política que garante o uso do nome social e sua relação nesse contexto. Portanto, a partir daqui este trabalho seguirá centrado nessa política, sua agência, finalidade e eficácia do ponto de vista de pessoas transexuais que fazem parte dessa pesquisa.

Acerca do nome social na sociedade mais ampla, foi relatado que o respeito ao nome é mais eficaz quando este segue alinhado ao corpo e ao gênero como confirmado nesse relato:

O começo de tudo pra mim, o que foi mais difícil, foi assumir essa identidade diante da sociedade sabe. Porque para a sociedade não basta eu só chegar aqui hoje e falar: Olha o meu nome é tal! Eu tenho que transparecer e performar o nome com o qual eu estou me apresentando (LUIZ).

Os efeitos da incoerência entre imagem, corpo e gênero são sentidos em forma de violência simbólica em vários ambientes de acesso público:

É um problema ainda essa questão de acesso público, nem sempre trans são respeitadas, por exemplo, numa loja de roupa que é separada por gênero volta e meia tem uma história de problema que alguém teve para poder usar uma roupa e não ter uma reação negativa, seja do atendente, seja de outras pessoas que estavam na loja que não gostaram, é complicado isso. Tem a questão do acesso aos serviços públicos e outros que a pessoa é obrigada a apresentar a identidade, aí a pessoa que está prestando o serviço nem sempre leva em conta a questão do nome social, principalmente em serviço de saúde. Tive problemas em hospitais, postos de saúde, banco que é outro problema sério (GABRIELA).

Fica subentendido que as pessoas que não “se enquadram”, que vivem de forma ambígua, mas usam o nome social, ou aqueles que ainda não têm a passabilidade cisgênera ficam à mercê de fatores externos que podem garantir ou não o respeito ao nome e à subjetividade. Isso traz a ideia de que o fim último de qualquer indivíduo em relação ao corpo é performar os padrões hegemônicos de gênero para existir no meio social (BUTLER, 2017). Se o nome social só é respeitado enquanto existe a conformidade entre nome, gênero e corpo, então, existem razões para que a efetividade dessa política seja colocada em cheque. Ainda sobre os serviços públicos, é preocupante quando um sistema público bastante demandado pela população LGBTTAIQ, que é a área da saúde não consegue entregar um serviço humanizado e seja conivente com à discriminação, preconceito e desrespeito à subjetividade transexual e travesti, se transformando em mais um obstáculo para o acesso aos serviços que promovem a saúde dessa população.

Em relação ao respeito ao nome social no círculo familiar, ficou constatado que a família representa uma das instâncias mais resistentes à essa mudança:

Infelizmente, minha família não respeita meu nome social. Eu já falei isso com eles e eles dizem pra mim que é difícil me chamar por esse nome e que vai levar certo tempo até se acostumarem (PATRÍCIA).

Muita gente não entendeu na época e quando eu adotei meu nome, foi um choque. Na minha família, eu ainda tenho problemas com isso até hoje, eu tento relevar, não deixar isso me abater. Mas, no geral, as pessoas me tratam e hoje, com exceção a uma pessoa bem próxima de mim, ele não consegue me chamar pelo meu nome e neste caso, especificamente, eu entendo e tirando alguns parentes que eu não tenho tanta proximidade, eu já não tenho mais problemas porque eu já retifiquei o meu nome (GABRIELA).

Este último relato é marcado por dois momentos. No primeiro, a família se mostrou resistente ao nome social. Por outro lado, no segundo momento a resistência permaneceu em relação à ascensão do nome social a nome civil, pois a retificação já tinha acontecido. Por trás da rejeição do nome, emerge a rejeição velada da condição transgênero, ou seja, algo que está além do nome, o qual aparece apenas como pano de fundo para justificar o preconceito familiar diante das subjetividades não cisgênero.

Com relação ao respeito do nome social no trabalho, primeiro foi observado que os participantes acreditam que não existem muitas oportunidades de trabalho para pessoas transexuais e travestis. Isso leva a maior parte dessa população aos subempregos e, frequentemente, também não existe respeito ao nome social:

A gente tem visto que tem uma dificuldade muito grande para as pessoas mulheres trans, as travestis, os homens trans, as pessoas não binárias de estarem encontrando emprego, também é uma questão de qualificação. Muitas pessoas trans e travestis são obrigadas a trabalhar com o nome de registro, são os subempregos, são os empregos em que a pessoa fica invisível, no caso especificamente dos homens trans e das pessoas não binárias, a invisibilidade ela é quase total (GABRIELA).

Ainda em relação à empregabilidade, foi apontada a importância da formação acadêmica e da qualificação como fatores fundamentais na obtenção de um trabalho:

O mercado de trabalho depende muito do nível de instrução, escolaridade, por exemplo, se eu não tenho ensino fundamental completo e nem ensino médio, não tenho nada. O mercado de trabalho pra mim vai ser um pouco mais difícil, né, como é para as pessoas que não têm formação nenhuma, então, além de lidar com essa dificuldade, eu ainda vou lidar com a questão de ser trans (LUIZ).

A questão do estigma social que recai sobre as pessoas não binárias em relação à prostituição foi apontada com descontentamento e o fato de estar nessa condição foi atribuído à hostilidade do mercado de trabalho:

Eu gostaria que as pessoas parassem de associar trans à prostituição, porque tipo, às vezes, quando eu falo que sou trans, as pessoas pensam que sou prostituta, porque infelizmente 90% de nós estão na prostituição, porque a sociedade não dá oportunidade de emprego (PATRÍCIA).

No trecho seguinte, observa-se um fato peculiar com relação ao trabalho:

Às vezes, as pessoas voltam atrás ao ponto de falar: Tá muito difícil, eu não consigo mais, eu preciso comer, eu preciso de emprego, eu preciso pagar minhas contas e eu não tenho renda, eu preciso sobreviver e eu não tenho mais estrutura. Aí a pessoa volta atrás e começa a viver com aquele gênero que foi designado no nascimento, aí todo mundo fala: Olha lá, é ex-trans. Mas é exatamente isso, foi a forma com a qual a pessoa conseguiu sobreviver (LUIZ).

Fica evidenciado neste discurso que o trabalho é um fator fundamental para subsistência de qualquer pessoa. Contudo, em relação às pessoas não cisgêneras o impacto que a falta de renda provoca na sua subjetividade é algo que não acontece com pessoas cisgênero. A forma discursiva “conseguiu sobreviver” deixa bem claro que o apagamento da subjetividade impede a pessoa de viver de forma plena, restando somente o direito à sobrevivência. Eis o que leva a retomar Scliar (2008) de forma análoga, mas agora em um movimento contrário no qual ocorre o funeral do novo ser

que se materializou por meio do nome para ceder o lugar ao ser regulado (FOUCAULT, 2015) pelas normativas cisheterossexuais.

Foi observado também que o ambiente escolar se revelou como o mais receptivo em relação ao respeito do nome social e expressão de gênero, se comparado a outros ambientes:

Eu penso que não é tão violento quanto em outros espaços, talvez uma pessoa trans tenha um pouco menos de dificuldade de estar em um ambiente acadêmico do que estar em um ambiente de trabalho. O ambiente acadêmico talvez por ser um espaço de produção do conhecimento tenha mais facilidade de as pessoas e da sociedade em geral entenderem a situação das pessoas trans. É uma realidade que não é vista, por exemplo, em outros espaços públicos (GABRIELA).

É possível notar que a participante acredita não só no papel da escola no combate ao preconceito, mas na influência que a postura da escola diante das questões de gênero exerce sobre o meio social. Isso faz refletir sobre a escola como mais uma instância produtora e repetidora (LOURO, 2004) das “verdades” (FOUCAULT, 2017) sobre a sexualidade, sobre a categorização, regulação e vigilância das condutas e dos corpos. Além de analisar como atualmente têm se debatido a inclusão das questões de gênero no espaço escolar. Uma revisão mais crítica e o engajamento político possibilitaria, em um futuro utópico, fazer o movimento contrário, ou seja, começar um processo de inclusão na escola que se estenderia para as demais instâncias.

O CEFET-MG, especialmente, se sobressaiu em comparação com outras Instituições de ensino no tocante à abertura para as questões de gênero:

O ambiente acadêmico é muito mais respeitoso, sabe. Desde que eu me assumi no CEFET-MG eu nunca sofri nenhum tipo de preconceito. Eles fizeram o maior esforço para me tratarem no feminino e respeitar o meu nome social. Eu acho isso muito legal. No CEFET-MG eu nunca sofri nenhum tipo de *bullying* por conta da minha condição e em outra escola sim (PATRÍCIA).

Eu penso que o CEFET-MG teve um acolhimento que eu não tive em outros lugares, ele teve um papel muito importante e eu acredito que esse acolhimento, eu não sei em relação à experiência de outras pessoas trans, mas foi um acolhimento que fez muita diferença pra mim. Em todos os outros lugares eu tive um stress muito grande, eu tive um desgaste muito grande e no CEFET-MG foi onde isso aconteceu menos (GABRIELA).

A (o nome da Instituição foi suprimido) tem toda uma mídia de que foi a primeira instituição privada a aceitar o uso do nome social e não aceita nada né, a gente tem que ficar implorando as coisas, pedindo respeito. Desde que eu vim pra cá, desde meu primeiro contato com o CEFET-MG eu não tenho nada a reclamar em questão de respeito quanto ao meu nome, sabe. Meus colegas de classe só souberam que eu era transgênero porque eu quis que eles

soubessem, eu me senti à vontade pra falar. Porque por conta da faculdade, do nome, da chamada ou qualquer outra coisa eles não saberiam disso (LUIZ).

A forma discursiva “no CEFET-MG foi onde isso aconteceu menos”, no segundo relato leva ao entendimento de que, apesar de todo o acolhimento da Instituição, aconteceram alguns contratempos que infligiram diretamente o direito desse grupo de usar o nome social e ter respeitada sua expressão de gênero. Assim, questionados a esse respeito:

Eu tive um problema, foi a questão de que o sistema acadêmico do CEFET-MG não tinha sido desenhado, não tinha sido pensado de forma a incluir pessoas trans. Então, mesmo eu tenho feito o requerimento de inclusão do nome social, que já era regulamentado por Portaria do MEC, já era uma questão bem consolidada, ainda acontecia de o sistema alterar meu nome. Isso era uma situação frustrante, uma coisa que me chateava muito (GABRIELA).

Teve um caso de uma professora que demorou um pouco a me chamar pelo nome. Na lista de presença ela me chamava pelo meu nome de registro, mesmo sabendo que eu já tinha nome social. Tirando esse caso o resto foi muito tranquilo (GABRIELA).

O que eu já ouvi foi de gente que achava que eu era um homem gay, um homem cis gay, aí me ofendendo porque eu abraço meus amigos, eu cumprimento, homem tem medo de abraçar, sei lá, então por cumprimentar meus colegas abraçando resolveram fazer piadinhas de que tinha um casal gay na sala (LUIZ).

Nota-se que o preconceito e o desrespeito a um direito consolidado, apesar de serem fatos pontuais, o que também não justifica, visto que a presença de pessoas transexuais e travestis no corpo discente da instituição também são pontuais, derivaram de atores diferentes que integram o corpo institucional, quais sejam, a burocratização do sistema da Instituição, os professores e os estudantes. Isso demonstrou que a violência simbólica acontece em todas as camadas do sistema escolar do CEFET-MG, levantando a reflexão de que se haverá algum engajamento no sentido de melhoria ao atendimento desse grupo, que as mudanças devem ocorrer verticalmente em todo o corpo escolar para que as políticas implementadas tenham efetividade.

No último relato, a forma discursiva “homem tem medo de abraçar” tem seu ponto central na construção da sexualidade heterossexual nos meninos, a qual foi muito bem arquitetada e vigiada. Louro (2009) explica que manifestações de abraços, beijos e mãos dadas ao contrário do que acontecia com as meninas, não eram práticas

estimuladas em meio aos meninos, os quais tinham outras formas de expressar que envolvia, poucas vezes, o contato físico (LOURO, 2009).

Foi observado também que os participantes consideram que os níveis iniciais de ensino são mais propícios à violência e exclusão que o ensino superior:

A começar pelo ensino básico eu já vi muitos casos de preconceito e situações constrangedoras com meninas trans e travestis que largaram a escola muito cedo por causa do preconceito. Eu sei que existe uma diferença enorme, talvez pelo fato de o CEFET-MG ter mais estrutura para as políticas de acolhimento e inclusão, então isso já é pensado (GABRIELA).

Os participantes salientaram a importância de incluir debates sobre diversidade de gênero nas escolas, também enfatizaram o momento político adverso com relação à essas questões:

Eu acho muito importante que se fale de diversidade nas escolas com todas as alunas e alunos, pois infelizmente a gente está assistindo uma tendência contrária a essa discussão (GABRIELA).

No relato seguinte, é possível perceber como a discussão e o acesso às informações sobre as questões de gênero foi determinante para o autoconhecimento:

Quando eu fiz 16 anos, teve uma palestra no CEFET-MG sobre nome social para pessoas trans, em 2018. Eu tomei conhecimento do nome social através dessa palestra e tive conhecimento de um direito meu que eu nem sabia que era possível. Aí foi quando eu decidi pesquisar sobre o assunto. Foi aí que eu comecei a pensar que eu realmente era uma pessoa trans (PATRÍCIA).

Isso demonstra que o diálogo e a produção do conhecimento acerca dessas questões ainda representam o melhor caminho para promoção da inclusão, o que vai de encontro com as normativas que tentam cercear esses debates em todas as instâncias, a começar pela escola, na tentativa de implantar a política do silêncio sobre a sexualidade (FOUCAULT, 2015).

Em relação ao respeito dos demais atores do ambiente acadêmico, como professores, colegas de classe e funcionários, os participantes relataram que o respeito acontece na maioria das vezes, tendo alguns contratemplos pontuais. Contudo, ressaltaram a importância de que todo o corpo profissional da instituição possa ser capacitado com intuito de saber lidar com as questões de gênero:

Eu acho importante uma capacitação para professoras e funcionários e servidores das escolas, porque isso vai fazer muita diferença na vida daquela criança que não se identifica com o gênero que impuseram a ela (GABRIELA)

Primeiro capacitar a equipe docente e pedagógica, para depois tentar passar isso para os alunos, porque, por exemplo, abriu espaço para a diretoria de graduação aceitar o nome social, mas os meus professores nem sabem o que é nome social, como é que a minha faculdade aceita se o professor que vai lidar com isso não sabe o que é. Capacitar a faculdade como um todo, eu sei que começa segregado, mas em algum momento tem que haver uma junção, eu sei que os alunos estão muito preocupados com a matéria, eu não vou aprender a construir um viaduto baseado nas informações de gênero, mas eu vou me construir como ser humano baseado no meu conhecimento das diversidades da sociedade como um todo (LUIZ).

Além disso, os participantes consideram importante que as instituições trabalhem com uma educação para além dos saberes técnicos, que contemple os aspectos humanos e sociais do indivíduo:

As faculdades, principalmente o CEFET, que é um centro tecnológico, o próprio nome já está aí dizendo, estão muito preocupadas em capacitar o bom profissional, mas o bom profissional também depende de conceitos sociais. Então é de alguma forma importante incluir na capacitação desse profissional, desse técnico, desse estudante, também uma formação humana, não só uma formação profissional e técnica. Então é responsabilidade sim da faculdade dar essa capacitação. Se é uma pessoa analfabeta, se é uma pessoa que não teve acesso à educação, a gente até entende né a falta de informação e a ignorância do ponto de vista da pessoa, mas se é uma pessoa que já esteve na escola, cursou o ensino fundamental, ensino médio, graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e a pessoa não tem conhecimento, alguma coisa está errada na minha estrutura de educar porque eu estou educando só o técnico, eu não estou educando o humano, eu não estou educando um cidadão (LUIZ).

Foi observado que os participantes reconhecem no CEFET-MG um esforço na busca pela inclusão com base na política do nome social, contudo acreditam que toda mudança ocorrida e as futuras serão engajadas por iniciativa do corpo estudantil, ou professores que apoiam a causa, uma vez que o Estado não tem interesse em discutir agendas voltadas ao público LGBTTAIQ, sobretudo no ambiente escolar:

Eu vi um pouco isso começar, a questão do nome social, mas é uma adoção feita principalmente por professores, os técnicos que tomam a frente e os alunos que tentam colocar isso em prática, porque se partisse do governo isso ficaria muito parado. Eu não vejo a política pública sendo feita por parte dos poderes (GABRIELA).

Questionados a respeito do que esperam do CEFET-MG e das políticas públicas voltadas para o gênero, os participantes acreditam que por meio delas o preconceito

possa ser reduzido. Foram também bastante enfáticos quanto à falta de representatividade da população LGBTTAIQ nos debates dentro das instituições e na formulação de políticas públicas junto aos poderes:

Eu espero que seja algo mais bem planejado e que nesse planejamento tenha a presença das pessoas que são o público-alvo, porque você tem uma representação ali, que elas possam estar decidindo também. Que essa política chegue aos lugares que precisa chegar e que as pessoas tenham a capacidade de colocar aquilo em prática. E que seja uma política constante, que não seja uma coisa que aconteça uma vez depois desapareça (GABRIELA).

Eu espero que com essas políticas o preconceito diminua (PATRÍCIA)

A gente tem esse problema não só aqui, mas em muitas outras instituições que, em algum momento, se abrem pra discutir esses assuntos, a não apresentação de vivências, sabe, a não apresentação dos protagonistas, a galera não apresenta os protagonistas. Tem de fato gente que não quer se expor, eu entendo a dificuldade de trazer esse protagonismo, mas tem também muita gente disposta a falar sobre o assunto, então acho que vai muito do interesse de buscar a informação, sabe ir atrás de pessoas que entendem (LUIZ).

Com relação ao uso dos banheiros, garantido no Artigo 6º da Resolução 12/2015:

Depois que eu me transionei eu passei a usar o banheiro feminino. No início, eu tive muito medo de que acontecesse alguma situação, tanto que eu procurava usar os horários que eu sabia que não tinha ninguém, ou usar alguns banheiros que eu sabia que tinha pouca circulação (GABRIELA).

Bom, uma vez eu entrei com uma amiga e não cheguei a usar nada, eu só acompanhei ela, ela deu uma olhada no espelho e a gente saiu. Só que tinha uma menina lá no banheiro, ela ficou olhando pra mim, mas foi só isso (PATRÍCIA).

Eu nunca tive problema com o acesso aos banheiros aqui não, sabe, eu sempre uso o banheiro masculino, nunca me questionaram nada, nunca me pediram pra entrar na cabine pra ver se eu estava no banheiro certo ou não (LUIZ).

Foi constatado que, no geral, o acesso aos banheiros dos *campi* se deu sem intercorrências. Ao observar os relatos, é possível perceber que para Luiz, um homem trans que já tem passabilidade cisgênero, o uso foi irrestrito. Entretanto, no relato de Gabriela, que é uma mulher trans e ainda está em processo de transição, não apresentando a total passabilidade cisgênero, o acesso foi cerceado pelo seu próprio medo de que ocorresse alguma situação vexatória. O caso de Patrícia é semelhante, considerando que houve somente uma breve permanência neste espaço e não o uso do banheiro. Ainda nesse relato, a forma “discursiva uma vez eu entrei com uma amiga”

deixa a presunção de que Patrícia usa efetivamente os banheiros destinados ao gênero masculino e que o acesso ao banheiro destinado à sua expressão de gênero foi um caso esporádico, como um teste de percepção em relação à reação das pessoas (mulheres) naquele espaço.

Nos dois relatos seguintes, aparecem algumas peculiaridades quanto ao uso do banheiro por pessoas transexuais e travestis:

Aí eu uso a cabine e fico pensando que as pessoas estão vendo que meus pés estão virados para frente, coisa que você, por exemplo, nunca precisou pensar quando você foi usar o banheiro, entendeu. Porque o banheiro tem aquela divisória na qual ninguém vai me ver fazendo nada, mas os pés...entendeu (LUIZ).

Já teve época de eu sair de casa e eu não consumir nenhum líquido na rua para não precisar usar o banheiro, muitas vezes por essa questão, sabe, de reconhecimento de lerem ou não o meu corpo como masculino (LUIZ).

O simples ato de utilizar banheiro público que para pessoas cisgênero não tem relevância alguma, se torna um obstáculo diário na vivência de transexuais e travestis. O acesso segue acompanhado do medo de que alguém naquele espaço possa denunciar que ali existe um corpo dissidente. O fato de não poder usar o banheiro viola a dignidade humana, pois reflete no direito de realizar as necessidades fisiológicas em ambientes apropriados, livres de discriminação e violência (ANTRA, 2018c).

Na sequência, um relato acerca do uso do banheiro no ambiente de trabalho:

Eu tive problema com banheiro no ambiente de trabalho, eu estava conversando com uma pessoa perto da porta do vestiário feminino alguém passou e me viu lá. Surgiu uma história de que eu estava vendo as pessoas se trocarem lá dentro, as meninas do serviço terceirizado. O diretor do serviço onde eu trabalhava me chamou para um esclarecimento (GABRIELA).

Desse discurso depreendem-se duas questões: o ato de creditar na mulher transexual atributos que consensualmente pertencem ao gênero masculino, qual seja, espiar ou vigiar mulheres se trocando. Isso coloca em pauta a legitimidade da mulher transexual, rebaixando-a a categoria de “homem efeminado” (TEIXEIRA FILHO, 2011). A outra questão envolve a moralidade (ADORNO apud BUTLER, 2015), pois, historicamente, foram atribuídas às pessoas que não se conforma às normas binárias de gênero e sexualidade características depreciativas que vão de encontro à ética e a moral (FOUCAULT, 2015). Os efeitos disso podem ser notados na forma discursiva “O diretor do serviço onde eu trabalhava me chamou para um esclarecimento”. Fica subentendida a violência simbólica quando a palavra cisgênera passa a valer mais que a

palavra transexual. No momento em que a integridade transexual é contestada, surge, de forma clara, quais são os corpos que importam e quais não (BUTLER, 2017).

Em tal discurso, é possível encontrar semelhanças:

Teve uma situação no banheiro de um shopping, a pessoa tentou me denunciar para me expulsar, tentou chamar a segurança, mas eu já estava saindo, então, eu saí e deixei ela falando sozinha (GABRIELA).

Observou-se o receio de mulheres cisgênero em dividir o espaço do banheiro com pessoas transexuais e travestis. Na posição contrária, observou-se a resignação da pessoa transexual em ceder o espaço que lhe foi concedido por meio da política nome social, mas é cerceado pela “pressão social” (DURKHEIM, 2000). A esse respeito segue explicação da ANTRA:

Há quem diga que a utilização dos banheiros por pessoas trans femininas coloque em risco a segurança das demais usuárias. Esse medo, à primeira vista, concedível, não encontra substrato na realidade, nem é capaz de justificar tratamento restritivo. Isso porque não há qualquer dado concreto que ampare o temor de que pessoas trans sejam ameaças ou cometam violência contra usuárias de banheiros femininos, o que faz juridicamente ilegítima tal restrição, pois encontram-se fundadas em meras suposições preconceituosas, desprovidas de qualquer suporte fático concreto (ANTRA, 2018c).

Sendo assim, entende-se que não há razões plausíveis, senão o preconceito, para restringir o acesso aos banheiros públicos a pessoas transexuais e travestis.

Nesses relatos acerca do uso do nome social e os direitos que acompanham essa política, qual seja, o uso do banheiro público, ficou evidenciado que obter o acesso ao nome está muito aquém da obtenção do respeito e reconhecimento social. O uso do nome facilitou, nem sempre em sua totalidade, o tratamento pelos pronomes femininos/masculinos que refletem a expressão do gênero determinado e deu direito ao acesso e uso dos ambientes segregados por gênero, o que também não ocorreu de forma plena.

Dessa forma, fica evidenciada a incompletude do objetivo último da política, que é garantir o acesso aos serviços com o devido respeito à subjetividade e traz o convite à reflexão de como implementar políticas que ultrapassem efetivamente as barreiras do preconceito social.

5 IMPRESSÕES SOBRE OS ASPECTOS APREENDIDOS

Partindo do objetivo geral que norteou toda a trajetória dessa pesquisa, qual seja, investigar como sujeitos transexuais e travestis percebem e utilizam o nome social no contexto do CEFET-MG, buscando identificar se, na perspectiva desses sujeitos, essa política pública promove uma vivência mais inclusiva e igualitária, resguardando seus direitos de acesso e permanência no ambiente educacional, pode-se inferir no campo das percepções dos participantes que, a princípio, o nome social no CEFET-MG conferiu uma existência que permite refletir o gênero performado, e que, de certa forma, diminuiu o constrangimento e as frustrações a que ficam submetidas às pessoas transexuais quando se apresentam apenas pelo nome civil, porém com várias ressalvas.

O ponto problemático dessa política é tentar, de alguma maneira, legitimar a pessoa transexual e travesti sem o devido amparo legal, princípio fundamental na validação de um direito em todos os âmbitos da vida pública. Isso implica numa vivência dualística, na qual a existência que se enseja apagar tem mais validade que aquela que se quer legitimar. Haja vista, que é obrigatória a apresentação de documentos oficiais para solicitar qualquer serviço em repartições públicas. Dessa forma onde fica o nome social nesse vácuo legal? Fica a critério do entendimento, da consciência, da solidariedade de quem presta o serviço.

É importante ressaltar que no Estado de Minas Gerais menores de 18 anos não podem requerer o nome social sem autorização dos responsáveis. O Conselho Nacional de Educação (CNE) orienta que, caso os responsáveis se neguem a fazer a solicitação, a escola deve encaminhar o aluno à Defensoria Pública para que seja requerido judicialmente. Isso representa um desrespeito à expressão de gênero de jovens e adolescentes que, muitas vezes, têm na família a instância mais resistente à sua forma de expressão. Já é sabido que trâmites judiciais que envolvem o reconhecimento da pessoa enquanto expressões de gênero são burocráticos, longos e trazem uma série de consequências psicológicas negativas. Destarte, submeter jovens e adolescentes a tal desgaste processual fere princípios da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os princípios de Yogyakarta dos quais o Brasil é signatário.

Tal burocracia resulta na desistência do adolescente em requerer o nome social como aconteceu com uma das participantes dessa pesquisa que, ao ver seu direito cerceado, decidiu adotar seu nome de maneira não oficial e solicitar o respeito a ele, diretamente em seu círculo de convivência.

Assim, em face de mais uma lacuna dessa normativa, fica obscuro a quem será creditada a responsabilidade pelo cerceamento do direito dessa jovem e de tantos outros adolescentes que têm a liberdade de expressão entregue ao desejo de outros. Serão as Instituições de ensino as responsáveis, o Estado ou as famílias? Ao que parece, o Estado se encarregou de delegar a autoridade às famílias numa estratégia perversa de se abster das questões polêmicas que envolvem a sexualidade das crianças e adolescentes.

Ao observar a tratativa do nome social no ambiente escolar, especificamente, ficou claro que ali também o respeito ao nome fica a critério de outros, um colega de classe, um professor, o próprio sistema acadêmico da Instituição que podem num certo momento tratá-los pelo nome, em outro não. Sendo assim, ficou evidente que as pessoas transexuais e travestis não têm controle sobre o próprio nome quando este está subscrito somente pelo nome social.

Ao analisar os ambientes segregados por gênero, especificamente os banheiros, ficou explícito o caráter falível do nome social enquanto facilitador do acesso e uso dos banheiros tanto no ambiente escolar quanto nos demais espaços públicos. Carregar o nome social não abonou o medo da interpelação, do constrangimento, da denúncia, percebido nos relatos e que determinaram, na maioria das vezes, a não utilização do banheiro ou sua utilização em horários em que não havia circulação de pessoas.

O que se percebeu, na realidade, é que pessoas transexuais e travestis não podem usar os banheiros, visto que estão suscetíveis ao preconceito e à violência tanto nos banheiros que refletem seu gênero, quanto naqueles alinhados ao gênero designado no nascimento. Destarte, tais espaços estão atravessados pela marcação de gênero binário, certo e bem determinado, o que pressupõe que não há espaço para corpos dissidentes. Diante desse impasse, notou-se a postura resignada desse grupo face à violação de um direito garantido que cede lugar à cisgeneridade como se aqueles corpos tivessem mais importância.

Dessa forma, entende-se que o nome social no CEFET-MG cumpre de forma contingente seu objetivo de permitir uma vivência mais igualitária e inclusiva, justamente porque o respeito a essa normativa não se dá de forma absoluta por todos os atores que compõem o ambiente escolar. Vale salientar que tampouco o nome social confere segurança e sensação de pertença ao ambiente acadêmico de forma plena, levando em conta a não utilização dos banheiros.

Em contrapartida, nos relatos dos participantes que já retificaram o nome, foi notado menor constrangimento em situações nas quais são exigidos os documentos de

identificação. Contudo, durante o percurso desse trabalho descobriu-se que a problemática está além do nome retificado ou do nome social, pois se instaura na incoerência entre o nome, o gênero performado e o corpo, ou seja, há uma exigência social de que os corpos sejam binários, o que exclui qualquer corpo que saia desse padrão, independente do nome.

Sendo assim, observou-se que os corpos que são “passáveis” e já retificaram o nome estão menos suscetíveis à violência e exclusão do que aqueles aos quais fica transparecido a marcação do seu sexo biológico, mesmo que também já tenha retificado o nome. O estigma e o preconceito não recaem especificamente sobre o nome, ou a falta dele, recaem sobre a não conformidade do corpo que denuncia que as barreiras de marcação de gênero foram rompidas.

Isso faz refletir sobre os anseios em relação à imagem corporal, se são movidos somente pelo desejo de pertença ao gênero eleito e apagamento de quaisquer marcações do gênero oposto por questões intrínsecas à própria subjetividade ou se a busca desta coerência corporal tem seu centro na pressão social exercida sobre os corpos ambíguos e, ainda, se tem correlação com a constatação de que corpos mais passáveis sofrem menos violência, preconceito e exclusão.

É importante pensar acerca da exigência desses padrões, visto que na população LGBTTAIQ existem pessoas que não desejam essa conformidade corporal. Pelo contrário, construíram sua subjetividade em cima da dissidência e se orgulham disso. Sujeitá-las ao padrão binário de gênero como condição necessária para o seu reconhecimento como pessoa é causar o apagamento de várias subjetividades e negar o direito à cidadania.

Dessa forma, conclui-se que o nome social por si só não consegue compreender todos os aspectos envolvidos na vivência transexual e travesti e de toda a comunidade LGBTTAIQ. Essa política é transitória, portanto, não confere a identificação da pessoa como se propôs, pelo fato de não ter validade legal, tampouco garante o acesso aos locais públicos em sua plenitude de forma segura e digna. Assim, o nome social se mostrou uma tentativa mal elaborada pelo Estado para regular aqueles que estão à margem de qualquer normativa, representando um mecanismo de controle mascarado de política pública social que resultou numa cidadania precária para esse grupo minoritário, com a conivência do Estado.

É importante ressaltar que é preciso elaborar políticas públicas para essa população com acuidade e que estejam além das normativas do nome, pois o nome por

si só não legitima um corpo dissidente quando o cerne da questão está alicerçado nas relações históricas-políticas-sociais que construíram um estigma sobre os corpos que estão fora da matriz cisheteronormativa. Quaisquer tentativas de inclusão que não trabalhe primeiro a desconstrução de preconceitos arraigados têm toda possibilidade de caracterizar ações equivocadas.

Assim, é importante concentrar os esforços na desconstrução desses saberes que se sedimentaram como verdades universais resultando na exclusão social dessa população. Pensar políticas públicas nesse sentido será uma tarefa árdua, contudo é preciso pensar essas políticas de uma forma que atinja todas as camadas sociais, que figurem como um direito universalizado e não estejam circunscritas apenas ao seu público-alvo. E, acima de tudo, ter a consciência de que o ponto de partida para uma política mais eficaz está no reconhecimento da pessoa, contemplando sua cultura, suas vivências, sua imagem, seu corpo e sua subjetividade.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, jan-ju, v. 43, p. 13- 56, 2014.

ALVES, Claudio Eduardo Resende. **Nome sui generis**: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero. Belo Horizonte: PUC Minas, 304 p., 2017.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa, 2012, 278 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, p. 1-85, 2016. Disponível em: <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Nota da ABGLT sobre a retirada dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da proposta da BNCC – Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da_4b6ca0788400484aa65ce780ba351d45.pdf> Acesso em: 25 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. 2017, 121 p. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/mapa-dos-assassinatos/>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Denúncia Cartórios** 2018a. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/denunciacartorios/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Direitos humanos e o direito dos banheiros 2018c**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2018/07/19/direitos-humanos-e-o-direito-dos-banheiros/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018b**, 60 p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota pública da ANTRA contra a omissão do Estado brasileiro em relação a defesa da população LGBTI na ONU**, 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/noticias/>> Acesso em: 18 out. 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, jan-jun., p. 165-162, 2014.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys: Estudos Feministas**, n. 4, ago./dez., 2003. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/berenice1.htm>>. Acesso em: 18 out. 2018.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização as identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, maio-ago, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1995.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)**. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>> Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Redação Final. Projeto de Lei nº 8.083-B de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 16 out. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1029286&filename=Tramitacao-PL+8035/2010> Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 8, de 6 de março de 2012**. Aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 mai. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 8.727 de 28 de abr. de 2016**. Brasília, DF, 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, Brasília: Distrito Federal, 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Medida provisória nº 870/19a** de 1º de janeiro de 2019. Brasília, DF, 1º jan. 2019 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CC63B29BF93B844901CE65701170450C.proposicoesWebExterno2?codteor=1703891&filenome=MPV+870/2019>. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL. **PEC 99/ 2011**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=524259>> Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Provimento n. 73 de 28/06/2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dedi/resolucao12_2015_cncdltg bt.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: Guacira Lopes Louro Tradução Tomaz Tadeu da Silva. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica, 4. ed., 2018.

BUTLER, Judith. *Criticamente subversiva*. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgressoras**. Una antología de estudios *queer*. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo” 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006a.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Regulaciones de género. La Ventana, Revista de estudios de género*, Guadalajara, vol. 3, n. 23, jul. 2006b, p. 7-36. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-94362006000100007&script=sci_abstract>. Acesso em: 21 out. 2018.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Tradução de Rogério Bettone. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET-MG). **Relatório de Gestão 2018a**. Disponível em: <https://www.cefetmg.br/galeria/download/2019/06/Relatorio_Gestao_CEFETMG_2018_2019_web.pdf> Acesso em: 28 out. 2019.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET-MG). **Cartilha Nome Social 2018b**. Disponível em: <<http://www.spe.cefetmg.br/versao-online/>> Acesso em: 28 out. 2019.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora: revista de história do tempo presente**, v. 1. p.134-161, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **“Ideologia de gênero” na BNCC, do MEC**. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/ideologia-de-genero-na-bncc-do-mec/>> Acesso em: 28 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Processo consulta CFM n.32/ 12. **Parecer CFM n. 8/ 13**. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_normas&buscaEfetuada=true&tipoNormaP=P&normasUf=&normasNumero=&normasAno=&normasAssunto=&normasTexto=Terapia+hormonal+para+adolescentes+travestis+e+transexuais#buscaNormas>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Parecer técnico- Escola Sem Homofobia**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/02/parecer_tecnico_projeto_escola_sem_homofobia.pdf> Acesso em: 25 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Parecer 15/ 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78631-pcp015-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 25 set. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6 REGIÃO (CRPSP). **Psicologia e Diversidade Sexual**. Caderno temático 11, 2011. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf> Acesso em: 17 out. 2019.

CORRÊA, S. **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

DEMANT, Peter. **Minorias: Direitos para os excluídos**. In: História da cidadania. Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky, (Org.). São Paulo: Contexto, 4. ed., 2008.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUQUE, Thiago. **A gente sempre tem coragem**: identificação, reconhecimento e as experiências de (não) passar por homem e/ ou mulher. Cadernos Pagu, São Paulo, 2017, v.51, e175110, não paginado. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510010.pdf>> Acesso em: 23 maio 2019.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**: estudo de sociologia. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, jan./ jun, v. 3, n. 4, p. 131-158, 2009.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo. O Direito ao manejo dos próprios dados, a autodeterminação e a passabilidade trans: diálogos a partir de um relato. In: ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, v. 1, 2017, Salvador, BA. **Anais eletrônicos**: Salvador: Editora Realize, 2017, não paginado. ISSN 2238-9008. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA36_ID649_16062017182251.pdf> Acesso em: 2 maio 2019.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2. ed., 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 6. ed., 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa, São Paulo: Paz e terra, v. 18, n. 19, p. 29-77-79, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo. Roma: a cidadania entre os romanos. In: **História da cidadania**. Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky, (Org.). São Paulo: Contexto, 4. ed. 2008.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e sociedade** (On-line), v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a identidade de Gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2. ed. 2012, (*E-book*, 41 p). Publicação online sem tiragem impressa. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, p. 8-19, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de; et al. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanóia, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia política**, 2018, set./ dez. v. 18, n. 43, p. 449-502.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 12: problemas cruciais para a psicanálise**. Recife: Centro de estudos Freudianos do Recife, 2006.

LEAL, Dodi Tavares Borges. **Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral**, 2018, 534 p. Tese (doutorado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, São Paulo, 2018.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **O uso do nome social como estratégias de inclusão escolar de transexuais e travestis**, 2013, 185 f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Psicologia Social, São Paulo, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. JUNQUEIRA, Rogério D. (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições de casa. In: MEYER, D.E.E (Org.) **Saúde e Sexualidade na escola**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer- Uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 2, n. 9, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudo Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio as diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARIANI, Bethânia. Nome próprio e constituição do sujeito. **Revista Letras, Santa Maria**, v. 24, n. 48, jan. / jun., 2014.

MARTINELLI, Fernanda et al. Entre o *Cisplay* e a Passabilidade: Transfobia e Regulação dos Corpos Trans no Mercado de Trabalho. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, ago./ dez., 2018.

MATTOS, Amana; CIDADE, Maria Luiza. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periodicus**, maio/ out. v.1, n. 5, p. 132-153, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MISKOLCI, R. **O corte da Sexualidade** – A emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil. 2008, 26ª RBA, Anais eletrônicos [...] Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2028/richard%20miskolci.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, jan/ jun.v. 28, p. 101-128, 2007a.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n.21, jan/ jun, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.7, n. 13-14, p. 109- 126, 2003.

MISKOLCI, R. Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: 16º **CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL**, Campinas, 2007b, p.7. Disponível em: < http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

NORO, Deisi. **Diversidade sexual e de gênero na formação docente: a heteronormatividade diante das neurociências**, 2019, 147 f. Tese (doutorado) –

Universidade Federal do Rio Grande d Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Porto Alegre, 2019.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PAZETTO, Débora; SAMWAYS, Samuel. Para além de damas e cavalheiros: uma abordagem *queer* das normas de gênero nas danças de salão. **Revista Educação Artes e Inclusão**, v.14, n. 3, jul/ set, p. 157- 179, 2018.

PELÚCIO, L. Soropositividade, pressão e depressão: da vida nervosa das travestis vivendo com HIV/Aids. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, Florianópolis, NIGS/UFSC, 2006.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS, 2007, 312 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Travestis, a (re) construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista Antropológicas**, v. 15, n. 1, p. 123-154, 2004.

PINSKY, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi, (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 4. ed., 2008.

PODER 360. **Damares Alves diz que “menino veste azul e menina veste rosa”**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>> Acesso em: 1º nov. 2019.

PODER 360. **Discurso de Damares Alves durante cerimônia de transmissão de cargo, 2 jan. 2019**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HZExRJAm7tA>> Acesso em: 1º nov. 2019.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos anormais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.1, jan./ abril, 2011.

PRECIADO, Paul, B. **Manifesto Contrasexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo, n-1 edições, 2017.

REVEL, Judith. *Michel Foucault*: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005, 96 p.

SÃO PAULO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Emenda n. 1, ao Projeto de Lei 491, de 2019b**. Disponível em:<<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264113>>. Acesso em: 18 out. 2019.

SÃO PAULO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Projeto de lei n. 491/ 2019**. Institui o Programa Estadual TransCidadania. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264113>>. Acesso em: 18 out. 2019.

- SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2012.
- SCLIAR, Moacyr. O nascimento de um cidadão. In: Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi, (Org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 4. ed., 2008.
- SEDGWICK, Evekosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, jan./ jun, v. 28, p.19-54, 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SOBRINHO, José. **Educação superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação (Campinas) [On-line]**. v.18, n.1, p. 107-126, 2013.
- SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G. ARRETICHE, M. MARQUES, E. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.
- TEIXEIRA FILHO, Fernando. Homofobia e sua relação com as práticas “psi”. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª região (CRPSP). **Psicologia e Diversidade Sexual. Caderno temático 11**, 2011. Disponível em: <http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf> Acesso em: 17 out. 2019.
- TEIXEIRA FILHO, Fernando. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012.
- TOLEDO, Livia. G; TEIXEIRA FILHO, Fernando. Homofobia familiar: Abrindo o armário 'entre quatro paredes'. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n. 65 (3), p.376-391, 2013.
- TORRES, Carlos Alberto. In: **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Michael Apple. Et al; Pablo Gentili (Org.). Petrópolis: Vozes, 16. ed., p. 103-128, 2009.
- TRANSGENDER EUROPE (TEGEU). **TMM Update- Trans Day of remembrance 2016**. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-trans-day-remembrance-2016/>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- TRANSGENDER EUROPE (TEGEU). **TMM Update- Trans Day of remembrance 2018**. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Nome:

Idade:

Sexo atribuído no nascimento:

Gênero:

Cor/Raça: () branca () preta () parda () indígena () amarela

Nacionalidade:

Endereço:

Você trabalha? () SIM () NÃO Profissão:

Sua renda: () Não tenho nenhuma renda mensal

() Menos de 1 salário mínimo

() De 1 salário mínimo até 2 salários mínimos

() De 2 salários mínimos até 4 salários mínimos

() Mais de 4 salários mínimos

Sabe informar a Renda per capita de sua família?

() Menos de 1 salário mínimo

() De 1 salário mínimo até 2 salários mínimos

() De 2 salários mínimos até 4 salários mínimos

() Mais de 4 salários mínimos

Nível de escolaridade:

Instituição de ensino atual:

Você recebe algum tipo de bolsa ou assistência estudantil? () SIM () NÃO

1. Fale um pouco sobre você, sua história de vida.
2. Conte um pouco da sua vida a partir do momento que se assumiu trans ou travesti.
3. Você já se submeteu a algum processo transexualizador? Se sim, como ocorreu este processo?
4. Como você se sentia quando as pessoas te tratavam pelo seu nome civil?
5. Em sua opinião, quais são as principais dificuldades ou desafios enfrentados pelas pessoas transexuais e travestis nos diversos contextos sociais?
6. Com relação ao ambiente acadêmico, você observa alguma diferença em relação aos demais contextos?

7. Como é a sua relação com os demais sujeitos do ambiente acadêmico (colegas de classe, professores, colaboradores)? Como você avalia o acolhimento no ambiente do CEFET-MG?
8. Seu nome social é respeitado no ambiente acadêmico?
9. O que você entende por gênero?

10. Como funciona seu acesso aos ambientes que são segregados por gênero?
11. Qual banheiro você utiliza nas instalações do campus? Já houve algum tipo de constrangimento quanto ao uso?
12. Além do CEFET-MG, como foi sua experiência com outras escolas? Você observa diferenças? Quais?
13. Você conhece políticas públicas educacionais que tratam da temática de gênero? Se sim, quais? Como tomou conhecimento delas?
14. Com relação especificamente ao nome social, como tem se dado este processo de mudança para você?
15. O que falta ainda, em sua opinião, para melhorar o processo de inclusão no sistema educacional?
16. O que você espera de uma política pública voltada para o gênero?
17. O que mais você gostaria de falar?
18. Alguma opinião, crítica, sugestão de perguntas...

APÊNDICE B – Medidas dos governos Lula e Dilma de valorização da população LGBT

Medida governamental	Ano	Informações
Elevação da Secretaria de Direitos Humanos à categoria de ministério	2003	Aumentou recursos, autonomia e poder de transformação social.
Criação do programa “Brasil sem Homofobia”	2004	Promoção de cidadania e os Direitos Humanos à população LGBT. Combate à violência e discriminação.
Fortalecimento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT	2005	Passou a contar, obrigatoriamente, com membros da população LGBT.
Sanção da Lei Maria da Penha	2006	A lei federal passou a prever expressamente a união homoafetiva feminina
Realização da 1º Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT	2008	Primeira conferência a ouvir, em âmbito nacional, as demandas LGBT.
Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT	2009	Subordinada à Secretaria dos Direitos Humanos, responsável por articular ações com os demais ministérios e órgãos do Governo Federal.
Criação do Plano Nacional da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT	2010	Ações de valorização LGBT, seja por renda, escolarização, educação, acesso à saúde, identidade de gênero e prevenção à violência homofóbica.
Extensão de direito de declaração conjunta para casais homoafetivos pelo Ministério da Fazenda	2010	Medida válida, inclusive, para fins de Imposto de Renda.
Criação do módulo LGBT no disque 100	2011	Recebimento de denúncias de violações de direitos da população LGBT.
Elaboração do 1º Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil	2011	Após a publicação do relatório as denúncias contra violência homofóbica aumentaram 116% em um ano.
Realização da 2º Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT		
Alteração no SUS	2013	Atendimento completo para travestis, transexuais e transgênero, como terapia hormonal e cirurgias. Inclusão do nome social no cartão do SUS.
Reconhecimento dos direitos de casais do mesmo sexo no serviço público federal	2013	Mesmos direitos de qualquer casal, como plano de saúde, licença gala, entre outros.

Assinatura do governo brasileiro à Convenção contra todas as formas de Discriminação e Intolerância da Organização dos Estados Americanos	2013	O texto, assinado em Antígua (Guatemala), define as obrigações dos países sobre temas como orientação sexual e identidade de gênero.
Criação do Sistema Nacional de Promoção dos direitos e Enfrentamento à violência contra LGBT	2013	Comitês de enfrentamento à discriminação e combate à violência, além de oferecer apoio psicológico e jurídico para LGBTs nessa situação.
Posse de Symmy Larrat como Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria dos Direitos Humanos	2015	Primeira travesti a ocupar o cargo.

Fonte: **Notícias do PT**. Disponível em: <<https://pt.org.br/com-lula-e-dilma-direitos-lgbt-conquistam-resultados-ineditos/>> Acesso em: 12 nov. 2019.